



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

MARXISMO E A UNIVERSIDADE NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE O "SEMINÁRIO MARX" (1958-1964)

Éder Luiz Martins

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de **Mestre em Desenvolvimento Econômico** – área de concentração: **História Econômica**, sob a orientação do **Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo**.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Éder Luiz Martins em 24/03/2008 e orientado pelo Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo.

CPG, 24 / 03 / 2008

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Luiz Belluzzo", is written over a horizontal line.

Campinas, 2008

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

M366m	Martins, Eder Luiz. Marxismo e a universidade no Brasil: um estudo sobre o "Seminário Marx" (1958-1964) / Eder Luiz Martins. – Campinas, SP : [s.n.], 2008. Orientador : Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1. Marxismo – Universidade. I. Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello, 1942-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.
08/025/BIE	

Título em Inglês: *Marxism and university in Brazil: a study about the "Marx Seminar"(1958-1964)*

Keywords: *Marxism - University*

Area de Concentração : *Historia Economica*

Títuloção: *Mestre em Desenvolvimento Economico*

Banca examinadora: Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
Prof. Dr. Fernando Antonio Novais
Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Data da defesa: *24-03-2008*

Programa de Pós-Graduação: *Desenvolvimento economico*

Dissertação de Mestrado

Aluno: ÉDER LUIZ MARTINS

**“ Marxismo e a Universidade no Brasil: Um Estudo sobre o `Seminário Marx`
(1958-1964) “**

Defendida em 24 / 03 / 2008

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. LUIZ GONZAGA DE MELLO BELLUZZO
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. FERNANDO ANTONIO NOVAIS
IE / UNICAMP



Profa. Dra. MARIA ARMINDA DO NASCIMENTO ARRUDA
USP

**Para os professores
Fernando Antonio Novais
Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo
João Manuel Cardoso de Mello**
**Intelectuais de rara *virtu* – que não abdicaram de suas convicções e nem
mercadejaram suas idéias nestes tempos de democracia política.
Com respeito e admiração.**

**Para os meus amigos
Denis Maracci Gimenez
Anselmo Luis dos Santos**
**Que jamais hesitaram em demonstrar o real valor de nossas amizades em seus
momentos mais difíceis.
Com carinho e gratidão.**

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 – O marxismo no século XX	13
1.1. Marxismo ocidental: dissidência ou busca de novos paradigmas	17
a) o marxismo ocidental: crítica à esquerda	19
b) o marxismo ocidental: crítica liberal	24
c) capítulo brasileiro do marxismo ocidental	28
1.2. Marxismo Latino-americano: características e especificidades	30
1.3. Marxismo no Brasil: Do Partido à Academia	34
Capítulo 2 – Universidade e cultura acadêmica no Brasil	37
2.1. A Universidade de São Paulo e o Projeto Político Paulista	38
2.2. Faculdade de Filosofia: formação de quadros e Classes dirigentes	45
2.3. O surgimento da “Escola Paulista”	52
Capítulo 3 – O Brasil nos anos 50: Industrialização e Democracia	59
3.1 – ISEB: a sociologia da realidade nacional	68
3.2 – CEPAL: a nova fundação da América Latina	75
Capítulo 4 – O “seminário Marx” e seu contexto histórico	81
4.1. Uma leitura científica de “O capital”	87
4.2. Rompimento com o ensaísmo	90
4.3. Diálogo entre a História e as Ciências Sociais	97
Considerações Finais	109
Bibliografia	115

AGRADECIMENTOS

Ao encerrar esta dissertação, gostaria de agradecer a todas as pessoas que de forma direta ou não contribuíram para que a tarefa fosse concluída apesar de todos os pesares.

Ao mestre Fernando Antonio Novais toda minha dívida de gratidão, respeito e amizade neste quase um decênio de convivência. Professor Fernando, sem sombra de dúvidas o maior historiador vivo deste país, soube ter a “paciência do conceito” para com as minhas investidas no campo do marxismo, desprezado e mal interpretado nestes tempos de pós-modernismo vulgar e reducionismo intelectual no mundo acadêmico.

O Professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, orientador oficial da tese, aceitou também esta tarefa e mais do que nunca, com a sobrançeria intelectual muito rara no nosso país hoje em dia, soube mostrar como os caminhos da economia para um leigo podem ser plenamente percorridos. Professor Belluzzo é o exemplo de honestidade intelectual nestes tempos bicudos para os não alinhados com o pensamento único neste país.

Na Universidade Estadual de Campinas pude ter o convívio com professores que sempre se empenharam em mostrar como o rigor intelectual não exclui o ambiente de respeito e amizade entre mestres e alunos. Aos Professores João Manuel Cardoso de Mello, Frederico Mathias Mazzucchelli, Waldir Quadros, José Jobson de Andrade Arruda, Lígia Osório Silva, Wilma Peres Costa e Paulo Eduardo Baltar, minha gratidão pelos ensinamentos que jamais serão esquecidos.

Ao Professor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira um agradecimento especial. Mais do que mestre, o professor Alonso foi meu pai em Campinas, suas opiniões e conselhos sempre servirão de exemplo.

Em Campinas pude ter o convívio muito salutar e fraterno com algumas pessoas às quais deixo minha dívida de gratidão: Lício da Costa Raimundo, David Nardy Antunes, José Dari Krein, Amilton Amoretto, Fernanda De Negri, Alexandre Gori, Milena Fernandes, Wolfgang Lenk, Eduardo Mariutti, Silvio Rosa e Hernani Maia Costa.

Ao Adauto e a Jucilene, família que o convívio freqüente me fez diminuir a saudade de um lar.

Ao Alberto e a Cida meu agradecimento especial por sempre terem o compromisso e a paciência com os alunos no que diz respeito à burocracia acadêmica.

À minha família agradeço pela paciência com minhas idas e vindas ao longo deste trabalho. Aos meus pais Ovídio e Maria de Lourdes, meus irmãos José Antonio e Ligia e meus cunhados Lorgio e Elaine um muito obrigado pelo amor e pela esperança depositada.

Aos amigos de sempre que jamais duvidaram de que o trabalho fosse completado. Davi, Marilisa, Isis e Mario muito obrigado por acreditarem.

Denis e Anselmo, verdadeiros anjos da guarda que jamais me deixaram desistir, juntamente com Rita e Luciana, são os responsáveis diretos pela conclusão deste trabalho.

Por fim, porém não menos importante, um agradecimento especial a dois grandes amigos que apesar da ausência continuam presentes em minha vida: Antonio Francemir (Tonhão) e Flávio Fonseca (Dum), que sempre estarão na memória.

“Jamais alguém se torna marxista lendo Marx; ou, pelo menos, apenas o lendo; mas olhando em volta de si, seguindo o andamento dos debates, observando a realidade e julgando-a: criticamente. É assim também que alguém se torna Historiador. E foi assim que Marx se tornou”.

Pierre Villar – Marx e a História

“Modo de Produção como critério de periodização. Luta de Classes como motor da transformação. Eis a síntese do Materialismo Histórico”.

Fernando Novais – anotações de aula

“Definitivamente, na visão de Marx, as formas históricas pelas quais o sistema capitalista, em suas várias etapas, da concorrencial à monopólica, vai resolvendo, tanto a perequação da taxa de lucro, quanto os problemas da distribuição da renda entre salários e lucros, não dependem de uma luta de classes abstrata que se realiza em nível político, senão das próprias mudanças da estrutura técnica do capital e de sua forma de organização social enquanto poder de comando sobre o trabalho”.

Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo – Valor e Capitalismo

RESUMO

Esta dissertação procura discutir no âmbito da História Sócio-Cultural, alguns aspectos sobre as origens da Universidade no Brasil, em particular o caso da Universidade de São Paulo e seus impactos para a discussão acadêmica e de desenvolvimento do país. Também procura analisar o impacto do surgimento entre nós do marxismo e de suas mais variadas correntes políticas e intelectuais.

Neste sentido procura incorporar um debate no seio da sociedade brasileira do desenvolvimento do ensino superior e do marxismo, na medida em que este se desenvolve dentro do meio universitário e de suas conseqüências para o desenvolvimento intelectual brasileiro.

O estudo sobre um grupo de estudos marxistas dentro do meio o universitário brasileiro procura encaminhar uma discussão mais profunda sobre os impactos tanto do marxismo, quanto da Universidade no debate sobre os caminhos do desenvolvimento e consolidação do país

ABSTRACT

This thesis tries to discuss, in the field of Social and Cultural History, some aspects of the origins of the University in Brazil, particularly paying attention to the University of São Paulo and its impacts in the academia and in the development of the country. This work also intends to analyze the appearance in Brazil of the Marxism and its political and intellectual streams.

In these sense, it aims to incorporate the discussion around the college education and Marxism in the Brazilian society. This is a very important issue, as this debate emerges in the University environment and has a lot of consequences to the Brazilian intellectual development.

The study of a Marxist studies group in the middle of the Brazilian academic environment tries to show a deeper discussion about of the impacts of the Marxism and of the University in the debate of the Brazilian development.

Introdução

No ano de 1958, um grupo de professores assistentes, vinculados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, iniciava uma grande empreitada no terreno das ciências sociais: debruçar-se sobre uma das obras mais importantes do século XIX, bem como de toda a História das ciências humanas: O *CAPITAL*, de Karl Marx. O grupo tinha formação multidisciplinar, sendo composto por sociólogos, economistas, historiadores, antropólogos e filósofos¹. A introdução, no meio acadêmico da Faculdade, de um método rigoroso de leitura filosófica, oriunda do método estrutural da filosofia francesa norteou os trabalhos do grupo, bem como sua determinação para o rigor científico e intelectual que pretendia ter. Como nos diz um de seus membros:

“... Como tudo que é antediluviano, ela é nebulosa e há mais de uma versão a respeito. Giannotti conta que na França, quando bolsista, freqüentou o grupo ‘Socialisme ou Barbarie’, onde ouviu as explicações de Claude Lefort sobre a burocratização da União Soviética. De volta ao Brasil, em 1958, propôs à sua roda de amigos, jovens assistentes de esquerda, que estudassem o assunto. Fernando Novais achou que era melhor dispensarem intermediários e ler ‘O Capital’ de uma vez. A anedota mostra a combinação heterodoxa e adiantada, em formação na época, de interesse universitário pelo marxismo e distância crítica em relação à União Soviética²”.

¹ A história sobre a formação do grupo e quais foram seus membros é um tanto quanto controversa, pois não se sabe ao certo quem começou e desistiu e quem se incorporou depois. Logo, optamos por apresentar o núcleo de participantes que, praticamente, o fundou e permaneceu até o final, a saber: José Artur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Antonio Novais, Paul Israel Singer, Octávio Ianni e Juarez Brandão Lopes. Sobre o seminário, ver entrevistas nas seguintes obras: Cf. José Marcio Rego, José Geraldo Vinci de Moraes (org) - *Conversas com Historiadores Brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2002; Cf. Marcos Nobre, José Marcio Rego (org) - *Conversas com Filósofos Brasileiros*, São Paulo, Editora 34, 2000; Cf. Guido Mantega, José Marcio Rego (org) - *Conversas com Economistas Brasileiros II*, São Paulo, Editora 34, 1999.

² Cf. Roberto Schwarz, “Um seminário de Marx”, In: *Novos Estudos Cebrap*, número especial, Março 1998. p.99.

A afirmação mostra a preocupação desses intelectuais com a necessidade de se retornar ao marxismo, ao mesmo tempo em que surgiam várias críticas relativas aos problemas internos da União Soviética e os desvios políticos e sociais que o socialismo real apresentava no leste europeu. É importante ressaltar que uma leitura crítica, naquele momento, também dizia respeito a uma distância em relação à doutrina partidária comunista no Brasil. O caráter totalmente novo, ou seja, uma leitura a respeito do marxismo, que estivesse fora dos modismos e das determinações políticas da época, foi explicitada e justificada por alguns de seus membros, inclusive a respeito das formas de leituras que seriam utilizadas.

Como nos explica Schwarz:

*“A intensidade intelectual do seminário devia muito às intervenções lógico-metodológicas de Giannotti, cujos teores exigentes, exaltados e obscuros, além de sempre voltado para o progresso da ciência, causava excitação. (...) Por Giannotti e Bento Prado Jr. interpostos, o estudo de Marx tinha extensões filosóficas, que nutriam a nossa insatisfação com a vulgata comunista. (...) Se não me engano, a inovação mais marcante foi outra, também devida a Giannotti, que na sua estada na França havia aprendido que os grandes textos se devem explicar com paciência, palavra por palavra, argumento por argumento, em vista de lhes entender a arquitetura”.*³

Tais explicações fornecidas no texto de Schwarz nos dão a medida do quanto, para aqueles intelectuais de São Paulo, a leitura de Marx, feita sob uma ótica que amarrava o rigor científico, mas que, ao mesmo tempo, serviria de alavanca para produzir uma nova crítica dentro do pensamento de esquerda no país era, principalmente, um trabalho que pretendia, antes, atingir a autonomia intelectual de que muitos necessitavam para se lançar no meio acadêmico brasileiro.

Aquilo que foi denominado como rigor acadêmico e metodológico diz respeito à forma pela qual o método estrutural da filosofia francesa da época foi absorvido pelos intelectuais paulistas vinculados à Universidade de São Paulo. Fazer uma leitura estrutural de *O Capital*, de Karl Marx, tinha como novidade uma conversão ao texto, na medida em que aquele autor deveria ser lido tal como os demais clássicos da filosofia e, neste sentido, “ler Marx como filósofo” seria a pré-condição para o melhor entendimento

³ Cf. Roberto Schwarz, obra citada, p.100.

por parte dos intelectuais uspianos. Em suma, lia-se Marx como se deviam ler Descartes, Kant, Hegel.

Logo, podemos inferir que o grupo tinha intenções imediatas, em relação ao universo estritamente acadêmico da Faculdade de Filosofia⁴. Para além dessa primeira circunscrição existia, também, mesmo que subjetivada, a questão de transpor o marxismo, fazendo-o extrapolar os circuitos oficiais, principalmente no que concernia aos partidos comunistas, fossem eles do Brasil ou de outros países⁵.

É correto afirmar, pois, que pela dimensão que o grupo viria a alcançar – uma grande referência no mundo acadêmico brasileiro e internacional –, a iniciativa do seminário de Marx e as obras que dele resultaram marcaram uma nova forma de interpretação da sociedade brasileira.

Desse modo, a incorporação do instrumental analítico marxista e a tentativa de uma nova forma de interpretação da realidade nacional moviam os intelectuais uspianos na direção de consolidar uma espécie de nova “Escola de Pensamento”, dentro do país.

Em que pese o risco de certo anacronismo, na medida em que falamos de um grupo interdisciplinar e que, para o período, parecia não ter grande repercussão na universidade, analisar o Seminário Marx é condição para entendermos o profundo avanço do debate marxista dentro da academia brasileira, fato que hoje não se pode negar e muito menos desmesurar sua amplitude e importância. Além disto, praticamente todas as obras desses intelectuais constituem referência tanto para críticos como para aqueles que partilham dos mesmos pontos de vista.

Para entendermos o “Seminário Marx” e a sua importância dentro do período específico (1958-1964) da História das ciências sociais no Brasil, é necessário analisar o conjunto teórico que cercou aquele ambiente intelectual, o qual consistia em

⁴ Quase todos os professores do grupo ainda estavam por doutorar-se, ou seja, a pesquisa científica e a carreira acadêmica ainda eram o ponto principal que almejavam, exceção feita ao Professor Giannotti, que se doutorou em 1960, com uma tese sobre John Stuart Mill. Sobre a questão do desenvolvimento da Faculdade de Filosofia, a partir dos anos 50 e 60, cf. Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A modernidade possível: cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais”, “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista de sociologia”; in *História das Ciências Sociais no Brasil* – org. Sérgio Miceli, 2 vols., Ed. Vértice/Sumaré 1998.

⁵ Uma das preocupações do grupo era fazer uma leitura da obra que transcendesse os ditames dos manuais marxistas, vinculados aos partidos comunistas da época, bem como também uma crítica aos institutos ligados ao Governo, dentre os quais o ISEB. Sobre essas questões cf. Roberto Schwarz, obra citada, p.100-101.

compreender como a confluência de dois elementos importantes na História Latino-americana impactava o ambiente acadêmico do período: o desenvolvimento do marxismo, especialmente na América Latina e também no Brasil e, ao mesmo tempo, o surgimento e a consolidação da universidade no Brasil, a partir dos anos 30, com destaque para a criação da Universidade de São Paulo, local onde se desenvolveria a experiência acadêmica da qual pretendemos nos ocupar. Em suma, partimos da análise maior sobre o marxismo, o surgimento e a consolidação da universidade, especificamente da Universidade de São Paulo, para entendermos o significado e a importância da experiência do “Seminário Marx”.

Nossa hipótese procura traçar um caminho que pode ser definido da seguinte forma: analisar um aspecto da cultura acadêmica brasileira, qual seja, um grupo de estudos marxistas e sua confluência com a modernização do país, através da instituição da universidade e, a partir da confluência destes dois objetos – a cultura acadêmica universitária e o marxismo –, o surgimento de uma nova interpretação da formação histórica do modo de produção capitalista no Brasil, tendo como principal ferramenta o próprio Marxismo, seja como método de análise, o materialismo histórico. Ainda o próprio Marxismo seria tema, na medida em procuramos estudar um grupo dedicado a essa temática.

No que diz respeito à utilização do materialismo histórico como método, achamos melhor fazer uma pequena digressão do que consideramos essencial neste método de abordagem histórica, para que possa ficar clara nossa forma de interpretação neste trabalho.

Segundo Lênin, ao integrar as contribuições anteriores da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia clássica inglesa, com a finalidade de explicar a dinâmica e o funcionamento do Modo de Produção Capitalista, Marx deixou como herança intelectual ao marxismo, herdeiro direto das idéias do pensador alemão, um método histórico capaz de analisar formas históricas precedentes, simultâneas e posteriores ao capitalismo. Nesse sentido, o materialismo histórico só é um método de análise das formas históricas da vida social, na medida em que

consegue dialogar com as demais esferas da existência humana e abarcar a totalidade histórica que pretende explicar⁶.

Então, a herança teórica de Marx, no que diz respeito à constituição do materialismo histórico, foi dotá-lo de uma gênese de elementos necessários para uma análise conceitual e precisa do Modo de Produção Capitalista, bem como de outras formações históricas. Como formulou Novais: “O pressuposto das Ciências Sociais é o da impossibilidade de teorizar todas as esferas da existência ao mesmo tempo. Em função disto, recortam apenas uma esfera e teorizam sobre ela. Em suma, abandonam a totalidade em prol do conceito. O Materialismo Histórico inverte a questão, ou seja, é possível teorizar sim sobre todas as esferas da existência ao mesmo tempo. Abdica-se do conceito em prol da totalidade a ser reconstituída historicamente. Por isso os conceitos de Modo de Produção como forma de periodização e de Luta de Classes como motor das transformações históricas”⁷.

Para que o materialismo histórico se constituísse uma teoria da História capaz de analisar a sociedade em sua forma mais ampla, vejamos como Marx procedeu na incorporação dos elementos constitutivos do materialismo histórico, tornando-o um método capaz de contemplar as principais questões sobre a forma de organização social capitalista, bem como de outras formações pretéritas.

Ao incorporar o método dialético da crítica que faz à filosofia clássica alemã, em especial a Hegel e Feuerbach, Marx privilegia, como ponto de partida, a questão da transformação do mundo como tarefa primeira do método que inaugurava, e em que a dialética deveria ser a arma capaz de entender as contradições do mundo real. Ao recolocar sob novo prisma o conceito de luta de classes, incorporado a partir da tradição conservadora da Historiografia francesa do século XIX, Marx determinou que a

⁶ “A doutrina de Marx é onipotente porque exata; é completa, harmoniosa, dando aos homens uma concepção integral do mundo, inconciliável com toda superstição, com toda reação, com toda a defesa da opressão burguesa. O marxismo é o sucessor legítimo do que de melhor criou a humanidade no século XIX: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês”. Cf. Vladimir Lênin, “Karl Marx”. p. 19-49; “As três partes constitutivas do marxismo”, p. 58-62, In: *Obras escolhidas* tradução portuguesa. São Paulo, ed. Alfa Ômega.

⁷ Essa dimensão teórica sobre o materialismo histórico como uma teoria da história que tem como pressuposto um diálogo com outras esferas da existência humana (demais ciências sociais) foi-nos apresentada durante os cursos sobre historiografia e formação histórica do capitalismo, ambos ministrados pelo professor Fernando Novais nos cursos de pós-graduação na Universidade Estadual de Campinas.

questão das contradições de classes, bem como da própria luta de classes, eram o sentido de transformação da sociedade⁸.

É sob tal aspecto que a luta de classes é o motor da História, ou seja, o conceito de luta de classes deve ser entendido como um momento de ruptura e transformação. Engels foi mais longe e entendeu que, sob a forma revolucionária, o tempo histórico se acelerava: “A Revolução é a parteira da História”. Finalmente, ao fazer a crítica da Economia Política inglesa, enquanto analisava as obras de Adam Smith e de David Ricardo, Marx desenvolve as questões contraditórias que cercam o modo de produção capitalista e demonstra como o conceito de contradição imanente do Capital é fundamental para entender a lógica de exploração do trabalho assalariado, e que a forma de constituição do Capital no modo de produção capitalista (D-M-D’) reproduz e repõe tais condições de exploração.

Convém ressaltar que, ao fazer a crítica da Economia Política, na segunda metade do século XIX, Marx, ao mesmo tempo, estava fazendo uma História do presente. Contudo, ele não teve como analisar, até o âmago, as questões relativas às profundas transformações que ocorreram no final do século XIX, quando o Imperialismo e o caráter monopolista e financeiro do capitalismo tomaram proporções muito grandes.⁹

No século XX, pensadores como Lênin, Gerog Lukács, Antonio Gramsci e Jean Paul Sartre aprofundaram as análises sobre o capitalismo, fazendo com que o marxismo se tornasse a principal corrente de pensamento, capaz de realizar uma profunda análise e crítica daquela modalidade social. Todos procuraram frisar que a obra de Marx e o próprio marxismo, enquanto corrente ideológica dela nascida, têm como principal ferramenta de abordagem o método pelo qual se analisa a sociedade. Como escreveu Lukács:

⁸ Como diz o próprio Marx: “No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes, e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica”. Cf. Karl Marx, “Carta a Weydemeyer, 5 mar. 1852” in: *Obras Escolhidas*. Tradução Portuguesa, vol. III. Rio de Janeiro, 1963, p. 253, 254.

⁹ Como bem afirmou o pensador alemão Walter Benjamin: “Quando Marx iniciou suas análises, o Modo de Produção Capitalista ainda estava em seus primórdios” – in: Walter Benjamin. “A obra de Arte na época de sua reprodutibilidade”. In: *Obras Escolhidas*, volume I. trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo, Ed. Brasiliense. 1985.

“Não é o predomínio de temas econômicos na explanação da história que separa decisivamente o marxismo da ciência burguesa. É o ponto de vista da totalidade. A categoria totalidade, a dominação universal e determinante do todo sobre as partes, constitui a essência do método que Marx recebeu de Hegel. Para o marxismo não há, em última análise, nenhuma ciência autônoma do direito, da economia política, da história, etc; só há uma ciência, histórica e dialética, peculiar e unitária, do desenvolvimento da sociedade como um todo.”¹⁰

Ora, somente a abordagem totalizante de um objeto poderá dar o entendimento de um específico período histórico. Assim, para que a reconstituição total do objeto estudado seja plena, a utilização dos conceitos de modo de produção e de luta de classes – cada qual respondendo por uma parte da análise – fará com que se apreendam a historicidade e as mediações históricas necessárias para a análise.

Por isso, o materialismo histórico irá diferenciar-se das demais correntes historiográficas, ao priorizar a análise total de um acontecimento e introduzir a dinâmica da luta de classes como conceito capaz de explicar as possíveis formas de ruptura no contexto de um modo de produção específico, dando à reconstituição histórica um caráter pleno. Como frisou Fernando Novais: “O modo de produção como um critério de periodização e a luta de classes como fator dinâmico na transformação histórica são, ambos, a síntese do materialismo histórico”¹¹.

Ao procurarmos refazer a trajetória do marxismo como parte da influência teórica e prática que teve no século XX, além de sua recepção tanto no continente Latino-americano quanto no Brasil, tentaremos trazer à baila as questões pertinentes ao desenvolvimento do marxismo nos meios acadêmicos, e sua oposição ao meio político partidário. Dessa forma, procuraremos entender como tal embate trouxe um campo novo de discussão sobre os problemas que o marxismo enfrentou em sua jornada de

¹⁰ Cf. Georg Lukács – *História e Consciência de Classe* – tradução portuguesa – primeira edição. São Paulo. Martins Fontes. 2003. p. 105

¹¹ Sobre as questões do desenvolvimento do materialismo histórico ao longo do século XX: Josep Fontana – *História, análise do passado e projeto Social* – Trad. São Paulo. EDUSC. 1999; David Maclellan – “Concepção materialista da história”, In: Eric Hobsbawm (org) *História do Marxismo – O marxismo nos tempos de Marx*, Trad. Rio de Janeiro - Paz e Terra, 1983; Edward Palmer Thompson – *A miséria da teoria ou um planetário de erros* – Trad. São Paulo, Zahar Editores, 1981; Florestan Fernandes (org) *MARX & ENGELS – HISTÓRIA*- Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo. Ática. 1983.

constituição como uma visão social de mundo ou, se quisermos ser mais diretos, enquanto ideologia.

De outro lado, ao estudarmos o surgimento e a institucionalização da Universidade no Brasil (no nosso caso específico, o surgimento da Universidade de São Paulo, criada em 1934, a partir de um amplo projeto político e pedagógico da classe dominante paulista e paulistana, especificamente) como uma forma de modernização da sociedade e, também, como uma tentativa de aprofundar e avançar os estudos de cunho ensaístico que predominavam neste período no país, tentaremos mostrar como esse processo se tornaria decisivo para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil¹².

Há ainda uma pergunta: é possível fazer uma história da cultura brasileira, melhor dizendo, de um aspecto da cultura brasileira, no caso, a história do surgimento de uma Universidade e suas implicações no desenvolvimento das Ciências Sociais, a partir do marxismo, e utilizando essa doutrina como método de análise?

A pertinência da questão encontra respaldo nas seguintes constatações: uma grande parte dos estudos de história da cultura e, no caso específico, da cultura acadêmica, é geralmente realizada fora do marxismo, ou seja, utilizando outras escolas de pensamento. Grande parte dos sociólogos que se propuseram a fazer, seja Sociologia do Conhecimento ou História das Ciências Sociais, optou por utilizar métodos que se distanciam do marxismo, na medida em que oferecem uma abertura maior e também um diálogo com as demais ciências sociais.

Em suma, por não terem o ponto de vista da totalidade que visa dar conta da realidade histórica, os trabalhos que não utilizam o marxismo como método de interpretação propiciam uma maior abertura no que diz respeito ao objeto e uma menor preocupação em explicar a totalidade de um processo histórico¹³, o que não quer dizer

¹² Cf. Sérgio Miceli (org) – *História das Ciências Sociais no Brasil. 2 vols.* – Ed. Vértice/Sumaré; os textos que discutem diretamente o nosso tema são: Maria Arminda do Nascimento Arruda - “A modernidade possível: cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais”; “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista de sociologia”, e o texto de Fernando Papaterra Limongi – “Mentores e clientela na Universidade de São Paulo” ; Irene Cardoso - *A universidade da comunhão paulista. Uma crônica das origens*- São Paulo. Cortez editora.1982; e também o texto do professor Franklin Leopoldo e Silva “A experiência universitária entre dois liberalismos”. Texto apresentado para concurso de professor titular junto ao departamento de Filosofia em 1999. mimeografado.

¹³ Um exemplo sobre trabalhos que não utilizam o marxismo como método são os do sociólogo francês Pierre Bourdieu, a partir da segunda metade do século XX. Cf. Pierre Bordieu.*Homo Academicus*.

que esses trabalhos não sejam importantes, nem que eles não possuam sua relevância. A questão que colocamos é se seria possível fazer uma análise da história da cultura de dentro do próprio marxismo, e até que ponto tal análise teria validade.

Como forma de respaldar a problemática, qual seja, de fundir marxismo e cultura, utilizaremos o argumento exposto por Michel Löwy¹⁴, um membro temporário do grupo de estudos marxistas, por conta de um trabalho sobre a obra de Lukács. Com base na argumentação exposta por Löwy, discutiremos os pressupostos que achamos necessários para que nossa hipótese seja plausível em relação a proposta de trabalho.

Para justificar seu trabalho, Löwy apresenta como analisa a obra de Lukács:

“Nosso método, no estudo do fenômeno Lukács, é o materialismo histórico e, em particular, uma interpretação deste, largamente inspirada por História e Consciência de Classe de Lukács. Poder-se-ia dizer que se trata não somente de um estudo marxista de um pensador marxista, mas também de uma análise lukacsiana de Lukács...”¹⁵.

Ou seja, Michel Löwy argumenta que é possível uma análise marxista sobre intelectuais marxistas, quando diz:

“Isto significa que nosso ponto de partida é a categoria da totalidade, com certo número de implicações metodológicas”; primeiro: As ideologias, teorias e visões de mundo devem ser tomadas enquanto aspecto de uma totalidade histórica concreta, nas suas ligações dialéticas com as relações de produção, o processo de luta de classes, os conflitos políticos e outras correntes ideológicas; segundo: Uma compreensão dialética de um acontecimento histórico, seja econômico, político ou ideológico, implica a apreensão de seu papel no interior do todo social, no interior da unidade do processo histórico. Os “fatos” abstratos e isolados devem ser dissolvidos e concebidos como momentos deste processo unitário; por fim: Um estudo que se situa numa tal perspectiva escapa necessariamente às compartimentalizações tradicionais das disciplinas acadêmicas e implica uma abordagem, ao mesmo tempo, econômica, sociológica, histórica, política, filosófica etc., ainda que se privilegie tal ou qual caminho em vez de outro.¹⁶

Stanford University Press. USA. 1984. *Pierre Bordieu* – org. Renato Ortiz – Coleção Grandes Cientistas Sociais. Ática. São Paulo. 1984.

¹⁴ Cf. Michel Löwy. *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários: A Evolução Política Lukács (1909-1929)* – tradução portuguesa.- Heloísa Helena Mello – Livraria Editora Ciências Humanas – São Paulo 1979.

¹⁵ Michel Löwy, obra citada, p. XI, XII e segs.

¹⁶ Michel Löwy, obra citada, p. XI.

Ora, na medida em que vamos estudar um grupo de intelectuais e não um único autor, isto, por si só, não nos impede de utilizar o método acima exposto. Na verdade, o recorte por nós concebido, não se situa fora do espectro descrito por Lowy, muito pelo contrário, entendemos, sim, que ele pode perfeitamente ser aplicado, a partir do ponto de vista do materialismo histórico.

O mesmo recorte que procuramos efetuar em nosso trabalho também encontra respaldo em um outro contexto e momento específico que consideramos essencial para a análise - a Revolução de 1930 – que, em nossa opinião, marca de forma clara a abertura para uma nova e diferente tentativa de (re)interpretação da sociedade brasileira. Como diz Novais:

“Mito ou realidade, a chamada revolução de 30 parece ter indiscutivelmente estimulado entre nós as atividades intelectuais, particularmente voltadas para a interpretação do país; nunca se falou tanto em realidade brasileira como nessa época... Do volumoso caudal de publicações de então, contudo, poucas resistiram à corrosão definitiva do tempo, que vai separando o joio do trigo... Hoje quando pensamos nas grandes interpretações surgidas naquele contexto, é, sobretudo para três obras que nos voltamos: além do livro de Caio Prado Jr., Casa Grande & Senzala (1933) de Gilberto Freire e Raízes do Brasil (1936) de Sérgio Buarque de Holanda. De lá para cá, os três autores enriqueceram enormemente nossa brasiliana, por caminhos diversos e às vezes opostos, mas vale lembrar aquele ponto de partida: aparecem no bojo do que porventura se possa chamar a geração de 30 nos quadros de nossa história intelectual”¹⁷.

Nesse artigo sobre Caio Prado Junior, Fernando Novais nos fornece a dimensão do impacto da Revolução de 30 sobre a chamada “cultura brasileira”, na qual ele próprio, posteriormente, marcaria sua posição, ao avançar nos temas sobre a colonização, que Caio Prado havia inaugurado, nos estudos de cunho marxista, sobre a colonização portuguesa na América.

É claro que a Revolução de 30, também do ponto de vista histórico, marca o início do processo pelo qual este trabalho se torna inteligível, pois, é a partir dela que a Universidade virá a se institucionalizar, o mesmo acontecendo com as questões de

¹⁷ Fernando Antonio Novais – “Caio Prado Junior Historiador” In: *Novos Estudos Cebrap* nº. 2 – julho/1983. Esta questão colocada pelo professor Novais foi empregada pela primeira vez por Antonio Candido de Mello e Souza no prefácio à edição de 1967 do livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda.

cnho político que essa Revolução causará dentro do espectro partidário marxista brasileiro.

Circunscrevendo nosso recorte do objeto, entendemos que esse aspecto da cultura acadêmica brasileira, vinculada ao marxismo, torna-se importante, na medida em que procura dar *sentido* ao desenvolvimento de um novo método de interpretação dentro do pensamento sociológico brasileiro, do qual os intelectuais marxistas uspianos são alguns de seus iniciadores. Logo, ao analisarmos marxismo e cultura acadêmica, confluindo-os na experiência do Seminário, procuramos tentar entender um aspecto da cultura acadêmica universitária brasileira, tendo como ponto de partida o marxismo e sua especificidade em nosso país. Esperamos que as questões que estamos nos propondo discutir possam contribuir para o desenvolvimento e para a continuidade dos debates acadêmicos, principalmente no campo do marxismo, que sempre continua a dar sinais de fôlego e de interesse.

A organização dos capítulos do presente trabalho buscou, na medida do possível, atender à forma e ao método por nós acima explicitado. No primeiro capítulo, procuramos percorrer uma certa trajetória do marxismo, enquanto corrente teórica e ideológica ao longo do século XX, tentando circunscrevê-lo, a partir de sua totalidade, no aspecto mundial até suas variantes no continente Latino-americano e no Brasil.

No capítulo segundo, analisamos a trajetória político-educacional que deu origem à Universidade de São Paulo, bem como também o surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, em última instância, o próprio surgimento da “Escola Paulista de Sociologia”.

A partir do terceiro capítulo, procuramos inserir a trajetória da Sociologia uspiana no contexto nacional e Latino-americano dos anos 50, período de maior efervescência intelectual da escola, do qual surgirá, inclusive, o grupo de estudos marxistas.

Por fim, no quarto capítulo, analisamos o próprio grupo em seu contexto histórico mais específico, buscando entender suas contribuições teóricas para o desenvolvimento do marxismo no meio acadêmico nacional.

Capítulo 1

O marxismo no século XX

É correto afirmar que o século XX foi o século do marxismo¹⁸. Seja pela volumosa e extensa obra produzida por inúmeros autores, fossem eles marxistas ou não, a respeito do tema e dos seus autores-fundadores, seja pelas revoluções que se desencadearam em diversos períodos e regiões do planeta, empunhando a bandeira do marxismo¹⁹. A obra de Karl Marx, “forjada e construída a ferro e fogo no decorrer da segunda metade do século XIX”, trouxe para a maior parte dos intelectuais do século XX um enorme leque de questões e problemas acerca do capitalismo, que deveriam ser discutidos e interpretados, tendo sempre como base sua principal contribuição, qual seja, a Crítica da Economia Política Clássica. Entender o Modo de Produção Capitalista, principalmente no que diz respeito à sua estrutura, dinâmica e funcionamento, foi uma tarefa que os marxistas do século XX se propuseram a enfrentar.

Nesse sentido, o marxismo, sendo um método de compreensão e de interpretação sobre o funcionamento do capitalismo, também se desenvolveu nos meios intelectuais e dentro dos partidos políticos de esquerda, comunistas ou não, fazendo com que questões com as quais Marx não se havia debatido, viessem a fazer parte de

¹⁸ O termo marxismo é utilizado neste trabalho no sentido de uma corrente teórica que tem como principal característica a utilização do conjunto teórico que a obra de Karl Marx e Friedrich Engels deixou para as Ciências Sociais como método de abordagem, bem como prática revolucionária a ser buscada pelos partidos de esquerda no mundo como forma de superação do modo de produção capitalista. Para uma melhor análise sobre o desenvolvimento e os problemas relativos ao marxismo ao longo do tempo, utilizamos o texto de Georges Haupt “Marx e o marxismo” In: *História do Marxismo* vol. 1. – Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Ed. Paz e Terra.

¹⁹ Entre os exemplos mais importantes sobre a dimensão que o tema marxismo teve ao longo do século XX, destacamos a pioneira e gigantesca obra empreendida por Eric Hobsbawm sobre a História do Marxismo composta de 12 Volumes e que cobre toda a trajetória do marxismo desde as origens até o colapso do Socialismo Real na década de 90. No Brasil, também está sendo escrita uma História do marxismo, organizada por João Quartim de Moraes, com sete volumes já publicados que traz toda a trajetória do marxismo no país. No que diz respeito aos processos revolucionários, a Revolução Soviética de 1917 é, com certeza, a de maior impacto e dimensão do significado do marxismo. Não podemos esquecer, contudo, a revolução chinesa (1949) e a revolução cubana (1959).

discussões nos meios marxistas. Estava claro que, a partir de uma profunda interpretação do capitalismo, procurar-se-ia lançar luz sobre seu funcionamento no mundo contemporâneo, bem como perceber quais seriam as alternativas políticas e opções que poderiam ser vislumbradas, enquanto formas de ruptura do capitalismo²⁰. Como diz Eric Hobsbawm: “O marxismo, que é ao mesmo tempo um método, um corpo de pensamento teórico e um conjunto de textos considerados por seus seguidores como uma fonte de autoridade, sempre sofreu com a tendência dos marxistas de começar por decidir o que pensam que Marx deveria ter dito e depois procurar a confirmação nos textos, dos pontos de vista escolhidos”²¹.

O impacto que a Primeira Grande Guerra e a Revolução Russa trouxeram para o cenário do século XX foi de tal ordem que, tanto para os marxistas, quanto para os não-marxistas, analisá-las em toda a sua profundidade tornou-se uma obrigação. No que diz respeito à primeira, significava entender suas causas e os motivos que levaram a sociedade europeia, até então tratada como bastião dos valores democráticos e iluministas, a iniciar um conflito, sem precedentes até aquele momento, marcando, praticamente, o início do que posteriormente se chamaria de Guerra Total.

A catástrofe iniciada com a guerra, não obstante o fato de que as classes trabalhadoras europeias – até então consideradas por Marx como portadoras da revolução mundial – viessem por abandonar esse princípio revolucionário e entregar-se aos valores mais nacionalistas possíveis, deixou todo o pensamento marxista em xeque, na medida em que a questão da consciência de classe deveria de ser (re) pensada.

²⁰ Eric Hobsbawm procura analisar esta trajetória do que ele próprio chamou de curto século XX, uma alusão ao que havia sido o longo século XIX. Ele mostra como as opções políticas surgidas no decorrer do século XX, em meio às duas guerras e ao fenômeno totalitário tanto de esquerda como de direita, fizeram com que os intelectuais se debatessem sobre como a sociedade Ocidental teria que tratar os problemas que o próprio capitalismo e também o chamado socialismo real traziam em seu desenvolvimento. Questões importantes como democracia, planejamento econômico, entre outras, fizeram com que o próprio marxismo fosse obrigado a tentar entender e propor novos caminhos, muitos dos quais não faziam parte do universo da obra de Marx. Ou seja, ao mesmo tempo em que procurava entender o desenvolvimento dinâmico do capitalismo, bem como a experiência socialista em prática, o marxismo também tinha que fazer sua auto-reflexão e tentar buscar alternativas dentro da realidade própria do capitalismo contemporâneo. Cf. Eric Hobsbawm *Era dos Extremos*. Tradução portuguesa. São Paulo, Cia. Das Letras. Capítulos I, II e III.

²¹ Cf. Eric Hobsbawm. *Revolucionários* – tradução portuguesa Maria Célia Paoli – Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987.

Logo, a revolução mundial, compreendida como quase inevitável para os países que haviam atingido um certo desenvolvimento no Modo de Produção Capitalista, mas que, àquela altura, não transcorria nesses mesmos países, trazia para o pensamento marxista da época uma nova gama de problemas. Ao contrário, nos países industrializados o que começava a ganhar força no primeiro decênio do século XX era, sim, o nacionalismo, que desde o século XIX caminhava em paralelo com o movimento revolucionário internacional. Com a eclosão da Grande Guerra e a incorporação da classe operária aos seus respectivos exércitos nacionais, todo o pensamento marxista passou, praticamente, a rever as questões relativas à práxis revolucionária, até então defendida pelo internacionalismo revolucionário.

Foi nesse cenário de morticínio e perplexidade que a Revolução de Outubro inaugurou um modelo novo de Revolução, diferente daquela de 1789 e também na contramão dos pressupostos teóricos marxianos, acerca das condições de irrupção revolucionária anticapitalista na Europa. E, à medida que o contexto do século XX se desenvolvia, ela ajudava, juntamente com a guerra e a tendência à monopolização da economia capitalista, a sepultar a velha ordem liberal-burguesa do final do século XIX.²²

A partir da consolidação do processo, ou seja, do surgimento do estado soviético, o Ocidente passou a se debruçar sobre as possibilidades de continuidade do processo revolucionário em países nos quais, de certa forma, já havia se consolidado a estrutura capitalista, caso da Alemanha, Itália e da Inglaterra. Ora, na medida em que a proposta de Revolução mundial não acontecia, e o próprio Estado soviético também entendia que naquele momento o processo deveria concentrar-se em um só país, no caso, a própria Rússia, os marxistas propuseram-se, pois, a discutir e interpretar o significado e o impacto da Revolução Russa.

Mas, afinal de contas, quem são esses marxistas de quem estamos falando? Quais são suas divergências ou convergências? Qual era, naquele momento, o corpo de teóricos marxistas e quais suas contribuições para o momento histórico e político?

²² Hobsbawm chama a atenção para o fato de que, em primeiro lugar a Revolução é filha da guerra no século XX, e que seu impacto no contexto, pós 1914, estava condenando para sempre a ordem liberal do XIX, ou seja, essa ordem havia *“perdido o mandato do céu”*. CF. Eric Hobsbawm - *Era dos Extremos*, obra citada. p. 61, 62. É claro que muito mais que a Revolução Bolchevique, foi o Imperialismo e a Grande Guerra que, praticamente, selaram o fim da chamada era liberal desde seu apogeu a partir da segunda metade do século XIX. .

A primeira geração de marxistas teve como principais expoentes Karl Kaustsky e Antonio Labriola, entre outros. Suas principais contribuições estão na tentativa, de *sistematizar o materialismo histórico* ²³, tornando-o uma teoria abrangente para se contrapor à ideologia liberal burguesa do século XIX, então dominante. Nesse mesmo período, o capitalismo mundial avançava em um acentuado progresso econômico, bem como em transformações estruturais, dentre as quais a consolidação do caráter monopolista do processo²⁴.

Além disto, esses teóricos também atuavam como militantes políticos nos diversos postos de relevância dentro de organizações partidárias de esquerda. Na questão teórica do marxismo, também avançavam em relação a Marx e a Engels, principalmente no maior legado que ambos deixaram – o aprofundamento da análise do modo de produção capitalista. Entre os principais nomes deste período estão os de Rosa Luxemburgo, Rudolf Hilferding e, principalmente, Lênin.

Este último, além de contribuir de forma fundamental para as análises sobre a evolução e o estágio de desenvolvimento do capitalismo, desde os fins do século XIX, também teorizou sobre as possíveis formas de organização político-partidárias as quais terão seu melhor exemplo concreto nas lutas que desembocaram, posteriormente, na Revolução de Outubro de 1917 ²⁵.

Concomitantemente, inaugurava-se uma nova porta dentro do pensamento marxista, pela tentativa de elaboração de uma teoria política marxista. Se por um lado a contribuição teórica de Marx para a crítica ao Modo de Produção Capitalista era a fonte da autoridade intelectual, em que todos os pensadores marxistas se baseavam, no que diz respeito à questão da teoria política essa tarefa ainda estava por ser feita²⁶.

Vários foram os autores que se debruçaram sobre o tema, inclusive Lênin, porém não podemos dizer que a tarefa tenha sido bem sucedida. Sobre tal aspecto, o próprio marxismo, corrente política revolucionária, deteve-se em analisar, posteriormente, os

²³ Cf. Perry Anderson - *Considerações sobre o marxismo Ocidental*, Tradução portuguesa, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2ªed. 1989 p. 18-19.

²⁴ Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, *O processo de Industrialização*. São Paulo. Editora Unesp. 2004. Capítulos II e III

²⁵ Perry Anderson, op. cit. p. 22 - 23

²⁶ Segundo Anderson: “a contribuição de Marx no campo da Crítica da Economia Política tinha deixado um grande e coerente legado, o mesmo não se podia dizer dos textos políticos”. Cf. Perry Anderson – *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Obra citada. p.17

efeitos das práticas políticas, principalmente as do bolchevismo, para um melhor diagnóstico dos problemas de uma teoria política do marxismo.

Essa nova geração – que, de certa forma, está inclusa na primeira – após Marx e Engels, veio a se tornar a primeira de grandes líderes partidários marxistas, e foi sobre ela que o impacto da guerra e também do pós-guerra teve maior profundidade. Em suma, coube a esses intelectuais, principalmente Lênin e Rosa Luxemburgo, a tarefa de encaminhar, tanto em termos de análise econômica quanto em termos políticos uma diretriz da atuação que a esquerda daria, frente ao estágio em que o capitalismo mundial se encontrava, principalmente após a eclosão da Primeira Grande Guerra.

O impacto do conflito bélico praticamente encerrou a trajetória política da maioria dessa geração herdeira dos clássicos. E foi no desenrolar tanto da primeira guerra quanto da eclosão da revolução russa, que o marxismo teria novo sopro de renovação, mas, então, com novas diretrizes e na busca de novos paradigmas. Com certeza, tal geração, juntamente com a anterior, sofreria profunda influência para que o desenvolvimento do marxismo se tornasse a corrente de pensamento com maior impacto no século XX.

1.1 – Marxismo Ocidental: dissidência ou busca de novos paradigmas.

A Primeira Guerra Mundial mudou, radicalmente, o panorama da Europa, ao acabar com a velha ordem liberal do século XIX e por expor os problemas das disputas econômicas, ocasionadas pelo imperialismo, tendo em vista que a própria beligerância era seu final²⁷. Todas as nações, vencedoras e vencidas, estavam diante, a partir de 1918, de um mundo totalmente novo, e a década seguinte mostraria não ser mais possível retornar aos bons momentos da *Belle Époque*. Ao mesmo tempo, o impacto da Revolução Russa contribuiu em muito para selar definitivamente o velho século XIX. Pela primeira vez na História, a luta de classes mostrava sua força e, ao contrário de 1848 e da época da II internacional Socialista, surgia um momento histórico em que, inusitadamente, a força dos de “baixo” se impunha contra a velha aristocracia czarista.

²⁷ Na famosa afirmação do teórico militar Clausewitz: “A guerra é a continuação da política por outros meios”. In: Raymond Aron – *Pensar a Guerra: Clausewitz*. Tradução portuguesa. Editora UNB. 1983

Foi esse o panorama histórico que marcou a nova geração de intelectuais marxistas e foi sobre estes novos paradigmas, o de uma revolução socialista e de um mundo de transformação no capitalismo, que seus autores dedicaram todas as suas obras e o seu poder de análise. Para entendermos o seu significado, é necessário enquadrar esses intelectuais dentro do contexto histórico e explicar o porquê do termo “marxismo ocidental”.

Essa geração de intelectuais se formou no período entre guerras, ou seja, foi sob o impacto da Primeira Guerra, da Revolução Russa e do surgimento dos totalitarismos que eles se lançaram no debate acadêmico, político e revolucionário. Em suma, é vasto o campo de atuação em que esse grupo de autores, que podem ser considerados como pertencentes ao termo “marxismo ocidental”, faria repercutir suas obras. Em que pese estarem sob a mesma denominação, não é fácil achar uma linha mestra, seja de pensamento, seja de atuação política que os unifique.

Na verdade, eles se propuseram a analisar o marxismo e seu estágio de desenvolvimento, tendo como norte os reflexos tanto da Revolução Russa – que, de certa forma, não simbolizava o conceito de revolução proletária de Marx –, quanto à incapacidade de, em meio a uma crise de ordem política e econômica no capitalismo, a classe operária de países industrializados não conseguir encaminhar o processo revolucionário. Esse é apenas um dos primeiros problemas que os mencionados intelectuais começaram a debater e a analisar. Em uma primeira aproximação, os intelectuais que podem ser considerados como pertencentes ao marxismo ocidental são, entre outros: George Lukács, Antonio Gramsci, Karl Korsch, Walter Benjamin, Max Horkheimer, Galvano Della Volpe, Herbert Marcuse, Jean Paul Sartre e Louis Althusser.

A principal mudança produzida dentro do marxismo, por estes novos intelectuais, foi o deslocamento e o desenvolvimento de novos problemas relativos ao materialismo histórico. Explicando melhor: esses autores utilizaram o marxismo como uma nova teoria, diferente em alguns aspectos, inclusive alguns cruciais, em relação à geração anterior²⁸. Não nos cabe aqui debater a obra dos chamados “marxistas ocidentais”, mesmo porque isto seria um outro trabalho. Limitar-nos-emos a analisar dois autores

²⁸ Cf. Perry Anderson, obra citada. p.44

que debateram as obras e a importância desses intelectuais no espectro do marxismo no século XX: Perry Anderson e José Guilherme Merquior, que tratam em livros específicos o tema²⁹.

a) O marxismo Ocidental: crítica à esquerda

Perry Anderson, historiador marxista inglês, juntamente com Edward Palmer Thompson, Eric J. Hobsbawm e Christopher Hill constituíram a grande geração da historiografia marxista inglesa, uma das melhores que o marxismo produziu no século XX. Durante muito tempo, editou a revista *New Left Review* e teve importantes obras publicadas sobre o tema.

Seu livro, *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, constitui uma explanação teórica e histórica sobre as origens, o desenvolvimento e a derrota do movimento intelectual por ele analisado, em que não faltam críticas ao suposto rompimento entre os dois alicerces do marxismo, enquanto e conquanto teoria da história, quais sejam: teoria e prática. Anderson divide seu livro em dois momentos: no primeiro faz uma retrospectiva sobre a tradição clássica do marxismo, partindo de Marx até o momento considerado por ele como ruptura – a Revolução Russa de 1917.

A partir de então, ainda segundo Anderson, o marxismo muda de foco e os autores procuram novos objetos para analisar, sob a ótica do materialismo histórico, o que, de certa forma, rompe com a chamada tradição clássica. Na verdade, com a Revolução de Outubro, pela primeira vez, a *práxis* marxista encontrava historicamente seu exemplo. Nesse sentido, o impacto da revolução acabou por mudar o rumo dos estudos acerca do materialismo histórico.

No segundo momento, quando trata do marxismo ocidental propriamente dito, são citados os autores, suas trajetórias, bem como seus projetos, análises, obras e os

²⁹ Sabemos que a literatura sobre o marxismo é vasta, por isso recortamos apenas dois autores que escreveram especificamente livros para tratar da questão do marxismo ocidental. Mesmo incorrendo no risco de deixar alguma obra importante sem analisar, preferimos apenas discutir os seguintes trabalhos: Perry Anderson – *Considerações sobre o marxismo ocidental* tradução portuguesa. Ed. Brasiliense – SP. 2ªed. 1989 e o livro de José Guilherme Merquior – *O Marxismo Ocidental* – tradução portuguesa. Ed. Nova fronteira – RJ 2ª ed. 1986. No nosso entender estas duas obras contemplam o que pretendemos discutir sobre o marxismo ocidental.

dilemas enfrentados por todos, praticamente, visto que procuravam reformular o próprio materialismo histórico.

Os pressupostos de Anderson para uma primeira caracterização dos chamados marxistas ocidentais são de ordem geográfica. Segundo ele, “praticamente todos os teóricos importantes das duas gerações imediatamente posteriores aos fundadores do materialismo histórico vieram do leste ou centro leste europeu”³⁰. Em seguida, procura analisar a trajetória política dos marxistas ocidentais e, nesse sentido, divide o grupo em dois: o primeiro caracterizado como composto por intelectuais, em cujas formações políticas a experiência mais marcante foi a Primeira Guerra e a Revolução Russa³¹, em que se encaixam Lukács e Korsch, além de uma tentativa de incluir também Gramsci. O segundo grupo consistia de homens que atingiram a maturidade na década de 20 e 30, entre os totalitarismos e a crise econômica capitalista de 1929, e entre os quais aparecem Henri Lefèbvre, Teodor W. Adorno, Walter Benjamin, Jean Paul Sartre e Louis Althusser.

Concluindo essa primeira aproximação, Anderson chama a atenção para que “a partir do início da década de 20, o marxismo europeu passou a concentrar-se cada vez mais na Alemanha, França e Itália”³² e, então, o autor passará a tratar das questões teóricas que distinguem o marxismo ocidental.

Ao tratar de questões teóricas, a primeira hipótese discutida é a de que o marxismo ocidental significou um divórcio estrutural entre a teoria e a prática política, ou seja, o marxismo cada vez mais ganhava contornos de uma “teoria crítica”. Contudo, essa tendência não foi assumida rapidamente, mesmo porque os principais expoentes, como Lukács e Gramsci tinham sido, inicialmente, líderes políticos em seus países e, também, de organizações proletárias. Segundo Anderson, o surgimento das teorias desses autores foi fortemente influenciado pelas suas experiências na prática político-partidária.

Fundamentalmente, precisamos entender que as tentativas de insurreições proletárias na Europa do pós-guerra e sob o impacto da revolução soviética foram frustradas ou reprimidas, pois os movimentos conservadores, principalmente os

³⁰ Cf. Perry Anderson. Obra citada. p.47

³¹ Cf. Perry Anderson. Obra citada. p.48

³² Cf. Perry Anderson. Obra citada. p.49

totalitários – fascismo e nazismo – começavam a ganhar força, principalmente na Itália, Espanha, Portugal e Alemanha. E foram justamente tais fenômenos que, praticamente, selaram a sorte desses intelectuais (Gramsci, Lukács) no movimento operário internacional, bem como no marxismo, enquanto prática revolucionária³³.

Gramsci foi preso por Mussolini em 1926, sendo libertado apenas em 1937, para morrer logo em seguida. Dentro da prisão, escreveu uma grande quantidade de textos, publicados com o título de *Os Cadernos do Cárcere* e que continham a quase totalidade de sua obra. Como se não bastasse sua situação de vida muito precária, precisou utilizar uma linguagem totalmente figurada para poder mostrar ao movimento comunista quais seriam os caminhos a serem tomados na Itália e, mais amplamente, no Ocidente. Não bastasse a perseguição dos fascistas de um lado, de outro lado, a III Internacional, já sob a tutela do PCUS, onde Stalin ditava as regras, procurava comandar teórica e politicamente todos os aparelhos partidários comunistas, fossem eles europeus ou não. Nesse aspecto, Gramsci não foi poupado.

No caso de Lukács, o problema veio diretamente da própria esquerda, quando da publicação de *História e Consciência de Classe*, em 1923, que teve grande impacto no movimento comunista e sofreu forte censura por parte da esquerda militante. Lukács e Gramsci escreveram suas principais obras em condições de perseguição e exílio: Gramsci na prisão e Lukács em Viena, fugindo do terror branco que pairava sobre a Hungria. O isolamento é, pois, uma marca dos dois intelectuais que, aos poucos, foram sendo expurgados tanto por parte da esquerda stalinista dominante, quanto da direita fascista que subia ao poder na Europa centro-ocidental.

A primeira geração de marxistas ocidentais tentou, de certa forma, o último suspiro, de combinar teoria e prática revolucionária em meio aos horrores que as décadas de 20 e 30 propiciaram. O silenciamento e o ostracismo, enfrentados por esses intelectuais, marcaram a segunda geração de marxistas ocidentais, esta sim, nascida totalmente desvinculada de qualquer tentativa de união entre teoria marxista e prática revolucionária.

³³ Sobre Lukács e Gramsci, cf. Michel Lowy. *Para uma sociologia dos Intelectuais Revolucionários – A evolução política de Lukács (1909 –1929)* – Tradução portuguesa. São Paulo – Pioneira; Michel Debrun. *Gramsci: Filosofia, política e bom senso* – São Paulo, Unicamp. 2002; Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político* – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1999.

A primeira mudança desses paradigmas ocorreu com um grupo de intelectuais alemães que criaram um Instituto de pesquisa que procurava produzir textos marxistas, mesmo dentro de um Estado capitalista. O Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, que ficou conhecido como “Escola de Frankfurt”, marcou o surgimento da segunda geração de marxistas ocidentais, bem como de toda a mudança de paradigmas teóricos dentro do pensamento marxista³⁴. Para Anderson, a partir dos frankfurtianos, todo o rompimento entre teoria e prática que se iniciara com a primeira geração de marxistas se consolidou nas obras dos autores pertencentes ao instituto. Segundo ele, “o rompimento entre teoria e prática, que na realidade começara silenciosamente na Alemanha no final da década de 20, foi clamorosamente consagrado em teoria em meados dos anos sessenta, com Hebert Marcuse ao publicar seu livro *O Homem Unidimensional*”³⁵.

Além dos alemães, Anderson chama atenção para o marxismo francês que, depois da década de 40, também surgiu na cena intelectual, principalmente por meio de autores como: Jean Paul Sartre, Maurice Merleau Ponty e Louis Althusser. Essa direção do marxismo no sentido dos estudos de caráter filosófico marcou, claramente, o marxismo ocidental, inclusive como forma de renovação do próprio marxismo. Ora, as mudanças formais e significativas impostas pelo marxismo ocidental consistiam em analisar a superestrutura capitalista, direcionado em suas obras para questões relativas à modernidade cultural e à massificação da sociedade. Além disto, faz-se um retorno à filosofia, principalmente a Hegel e Kant, para buscar, nesses autores, tentativas de repensar e melhorar toda a obra marxiana.

Nessa trajetória, uma característica que permeia o pensamento marxista ocidental é o pessimismo em relação à impotência do pensamento de esquerda diante do capitalismo, agora revigorado de sua grande crise e em fase de expansão no pós-Segunda Guerra. Numa passagem, Anderson define o *corpus* teórico dos marxistas

³⁴ Sobre a escola de Frankfurt, cf. Bárbara Freitag – *A teoria Crítica, ontem e Hoje*. São Paulo. Brasiliense; José Guilherme Merquior. *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Bejamin*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Sérgio Paulo Rouanet. *Poder e Imaginação* - Tese de Doutorado, USP 1979 – mimeografado; Olgária Matos. *Os arcanos do Inteiramente Outro. A escola de Frankfurt: a melancolia, a revolução*. São Paulo, Brasiliense. 1996.

³⁵ Cf. Perry Anderson, obra citada, p.54

ocidentais como: “O marxismo ocidental é o método como impotência, a arte como consolação e o pessimismo como aquiescência”³⁶.

Feita esta rápida panorâmica acerca das considerações de Perry Anderson sobre o marxismo ocidental, cumpre enfatizar alguns pontos. Primeiramente convém ressaltar que o marxismo ocidental foi, em última instância, a trincheira ideológica contra os totalitarismos, tanto de esquerda quanto de direita. No caso do primeiro, foi mais que isto, significou a resposta que a teoria tentou dar ao bolchevismo e, mais intensamente, ao stalinismo.

Logo, o aprofundamento e a busca de novas interpretações dos textos de Marx foram disseminados por todo o Ocidente, a partir desses marxistas. Por outro lado, mudar o foco para a superestrutura capitalista nada mais é do que entender como a dinâmica capitalista é capaz de, apesar do grande colapso nos anos 30, reorganizar-se e voltar a crescer, incorporando uma enorme massa de pessoas nos chamados anos gloriosos do pós-guerra. Assim, uma busca por análises no universo da cultura e do entendimento dos níveis de realidade da sociabilidade humana foi a forma pela qual o marxismo procurou reinterpretar o capitalismo e seu dinamismo.

É claro que a análise econômica continuou a ser objeto de pesquisas e de teorizações, ainda que a principal e mais importante análise não tenha vindo de um autor marxista, mas do economista inglês John Maynard Keynes. Essa lacuna em termos de estudos de caráter econômico por autores marxistas, principalmente no que diz respeito à grande crise das economias capitalistas em 1929, parece ser comprovada. Não é por acaso que, somente com a publicação de *Studies in the Development of Capitalism*³⁷, por Maurice Dobb, em 1946, o tema da dinâmica do capitalismo voltou ao terreno dos estudos marxistas.

Por outro lado, as tentativas de explicação sobre a sociedade capitalista e a forma como ela enfrentaria suas dificuldades passaram a ter no campo teórico e filosófico seu foco de análise mais importante. Em suma, um retorno às questões filosóficas por parte dos autores marxistas, sobrepondo-se às questões de caráter econômico e político, foi a marca que esses mesmos autores que sofreram o impacto

³⁶ Cf. Perry Anderson, obra citada, p.96

³⁷ Maurice Dobb. *Studies in the development of Capitalism*, Londres, 1954 .

da guerra e do totalitarismo impuseram ao processo de reformulação dos estudos marxistas, para uma aplicabilidade na transformação da sociedade como um todo.

O fato de a Inglaterra não ter sido inserida no chamado meio geográfico do marxismo ocidental mostra como, naquele país, a questão passava por outros níveis. Podemos dizer que o marxismo inglês sempre continuou a priorizar a análise das estruturas econômicas e, principalmente, foi no campo da história e não no da filosofia, como no caso dos marxistas ocidentais, que o marxismo inglês conquistou sua importância. Nesse sentido, o fato de Perry Anderson discutir e analisar o marxismo ocidental mostra como para a historiografia marxista inglesa as questões sobre o desenvolvimento do marxismo são ainda objetos extremamente fecundos para análises.

b) O Marxismo Ocidental: crítica liberal

O ensaísta e diplomata brasileiro José Guilherme Merquior é considerado um dos mais notáveis intelectuais brasileiros, dono de uma grande obra que se inicia no final dos anos 60 e termina com seu falecimento, no início dos anos 90. A obra de Merquior é marcada por uma trajetória de ruptura de paradigmas, ou seja, ela vai modificando-se, conforme diagnostica os problemas em relação à análise que os intelectuais fazem da civilização ocidental. Em suma, se quisermos demonstrar de forma metafórica a mudança de sua postura intelectual, ao longo dos anos, seria como se Merquior tivesse feito a “chamada teoria de curvatura da vara”, – atribuída originalmente a Lênin – no qual ele parte de uma postura crítica e radical da modernidade capitalista ocidental, para depois defendê-la de maneira apaixonante no fim de seus dias.

No decorrer deste trabalho, nos deparamos com, talvez, o único trabalho dedicado exclusivamente à obra de Merquior – uma dissertação de mestrado defendida em 1996, no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), de autoria de Eduardo Salomão Conde, sob a orientação de Ricardo Benzaquém de Araújo³⁸. O trabalho é, provavelmente, a melhor síntese acerca da obra do ensaísta, que, até então,

³⁸ Eduardo Salomão Conde - *Argos e Polifemo – política e cultura no pensamento de José Guilherme Merquior*. IUPERJ 1996 – mimeografado

só era analisado por intelectuais de seu círculo acadêmico³⁹, e nos mostra essa trajetória de mudança de posição político-ideológica do autor. Conde parte do pressuposto de que Merquior, influenciado fortemente pela tradição iluminista – ou ilustrada para alguns – que possui em Kant seu maior paradigma, sempre se valeu da arma da crítica para introduzir-se no debate contemporâneo. Assim, Merquior sempre foi um debatedor polemista e nunca foi o acadêmico *strictu sensu*, pois o principal caminho escolhido para sua inserção intelectual foi o ensaio.

A trajetória intelectual que José Guilherme Merquior percorreu pode ser analisada, segundo sua própria obra, em três fases distintas: uma primeira, em que o foco é a crítica da cultura; uma segunda, que segue como uma transição rumo à terceira e definitiva, que é a defesa, sem precedentes, da modernidade, da sociedade industrial, em suma, de toda a herança liberal burguesa do XVIII⁴⁰.

Em seu livro de 1986⁴¹, que já faz parte da chamada 3ª fase, é como *um liberal* que Merquior se põe a discutir o marxismo ocidental. Não se pode negar que ele já possuía com o marxismo um longo e tenebroso romance, principalmente com a fração frankfurtiana, e que, assim sendo, não era como leigo que se lançava a uma análise sobre o fenômeno marxismo ocidental. Nesse sentido, Merquior procura fazer também uma genealogia do marxismo ocidental, nos mesmos moldes que Anderson o fizera, mas sempre com uma postura crítica em relação aos mesmos clássicos.

Ao começar por Hegel, Merquior procura desconstruir o autor, buscando nele não o pensador do *Absoluto*, de um viés até certo ponto totalitário, mas sim um Hegel que possuía germes do liberalismo⁴² em sua obra. Ao chegar a Marx, ele mostra que o pensador alemão marca uma ruptura com o pensamento idealista, principalmente por

³⁹ Sérgio Paulo Rouanet - *Mal estar na modernidade*. São Paulo. Companhia das Letras. 1992. *As razões do Iluminismo*. São Paulo. Companhia das Letras. 1986.

⁴⁰ Cf. Eduardo Conde – obra citada p.12-13

⁴¹ José Guilherme Merquior. *Marxismo Ocidental*, Tradução portuguesa. Rio de Janeiro. Ed. Nova Fronteira. 1987.

⁴² Cf. José Guilherme Merquior – obra citada p.24 e seguintes. É interessante notar como, a partir dos anos 90, alguns intelectuais, principalmente dissidentes de esquerda que aderem ao liberalismo, seja ele político, econômico, social ou cultural, retornam aos clássicos do marxismo, procurando nas obras, principalmente nas de juventude, alguns aspectos liberais em suas idéias. Como se não soubéssemos que era sob a ideologia liberal que tais autores escreveram suas obras, mas, ao mesmo tempo, procurando criticar ou ter uma postura crítica, em relação ao liberalismo que surgia para o Ocidente, naquele período. Exemplos dessa postura de intelectuais são Norberto Bobbio e José Guilherme Merquior.

criar uma *nova teoria do processo histórico*⁴³, que é construída sobre alguns alicerces, sendo elemento fundamental à crítica da Economia Política. Esse aspecto da obra de Marx é exaltado, por fazer também uma defesa do progresso e da modernidade, de onde uma tentativa de ver, até certo ponto, um Marx talvez liberal e positivista. Não obstante, Merquior entende que o desenvolvimento da obra de Marx trouxe profundas modificações e caminhou para uma ideologia determinista e totalitária, definição final que utiliza para o pensador alemão.

Ao debater o marxismo ocidental, propriamente dito, Merquior procura analisar todas as correntes, em maior profundidade que Perry Anderson, quando é extremamente feliz ao fazê-lo. O ponto ou os pontos fundamentais, se quisermos melhor caracterizá-los, dizem respeito à questão do impacto da Revolução Russa e aos desvios de objetos de análise das obras dos marxistas ocidentais. Nesses aspectos, Merquior e Anderson são quase que idênticos em suas constatações: as de que foi sob a égide do pessimismo e de fazer do marxismo uma trincheira intelectual contra as barbáries das primeiras décadas do século XX, que os chamados marxistas ocidentais construíram um novo tipo de marxismo.

Merquior, porém, procura uma perspectiva de crítica mais incisiva, visto que, nessa fase, sua defesa da modernidade, bem como da civilização ocidental, é uma premissa; logo, qualquer desconstrução ou crítica profunda do chamado “modelo ocidental de vida” ou da lógica da sociedade de consumo tipicamente capitalista, encontrará nele um ferrenho opositor.

Se, como dizem nossos autores, o marxismo ocidental, mais notadamente na fase do pós-guerra, se caracterizou por uma crítica da sociedade de consumo capitalista e também da cultura ocidental, principalmente nas obras dos alemães de Frankfurt, é no mesmo diapasão que Merquior vai se opor ao que considera um desvio de conduta, pois não lhe parece lógico construir uma análise crítica, tomando a superestrutura capitalista como novo foco de análise.

Mas qual argumento serve de sustentação para tal análise de Merquior contra os marxistas ocidentais? É provável que ela resida em um pressuposto claro de que, para os liberais, as análises críticas ao Modo de Produção Capitalista, elaboradas por Marx

⁴³ Cf. José Guilherme Merquior, obra citada p.64 e segs.

estavam, antes de tudo, calcadas por uma visão romântica de sociedade, que o dinheiro e a divisão do trabalho vieram a destruir, além de uma antipatia à mercadoria⁴⁴. Assim, os marxistas ocidentais deslocam suas análises para as esferas culturais, como forma de combater aquilo que consideravam a grande questão acerca da alienação, no caso a melhoria das condições materiais nas economias centrais após o fim da Grande Guerra de 1914-1918.

O surgimento de totalitarismos de direita como uma forma de os estados nacionais superarem, dentro do próprio capitalismo, os levantes populares e os benefícios de seguridade social e de consumo, de que a classe operária passou a usufruir em momentos de recuperação econômica, acabou por ser a forma com que o mundo capitalista, combateu os problemas causados pelo liberalismo, derrotado após a crise de 1929 e o horror da Segunda Guerra, além do bolchevismo oriundo do Oriente próximo.

Uma volta aos fundadores do marxismo e aos autores que os precederam – com destaque para Hegel – significava, no limite, tentar construir um novo foco de análise, talvez uma nova teoria do processo histórico calcada no marxismo, enquanto crítica, e em uma visão humanista, ou seja, uma espécie de retorno ao idealismo no marxismo, deixando em segundo plano o que ele possui de essencial e mais dinâmico, aquilo que, praticamente, lhe dá corpo e força, para uma teoria da práxis.

Como para os liberais a modernidade industrial é um fato, algo que existe e que deve ser entendido como avanço para a sociedade Ocidental, qualquer crítica a ela significaria um retrocesso nesse pensamento racionalista. Dessa forma, o marxismo ocidental seria uma atitude reacionária ao capitalismo e à razão e, por isso mesmo, Merquior finaliza seu argumento, considerando o próprio marxismo ocidental como um fenômeno irracional.

Como dissemos, essas duas visões acerca do fenômeno marxismo ocidental servem para tentarmos aproximar o marxismo acadêmico brasileiro do ambiente que existia em torno do Marxismo como um todo, sem, contudo, querer vinculá-los ou defender que um seja derivado de outro. O que procuramos aqui demonstrar é que o socialismo real e suas conseqüências dentro da história do século XX levaram os

⁴⁴ Cf. José Guilherme Merquior, obra citada p.82.

intelectuais marxistas a profundas análises, revisões e contra-argumentações, sem perder de vista que era o marxismo a ferramenta de análise, inclusive do próprio Marxismo. No caso do marxismo ocidental, entendemos ser ele apenas um dos vários segmentos que procuraram aprofundar e avançar o debate dentro do Marxismo, assim como o marxismo acadêmico brasileiro também procurou fazê-lo. Aproximá-los ou contrapô-los não é, de forma alguma, o principal objetivo deste trabalho, mas sim o de entendê-los como parte de algo muito maior, a saber: o avanço e a consolidação do marxismo como corrente de pensamento.

c) Uma tentativa de síntese: capítulo brasileiro do marxismo ocidental

Além dessas duas visões acerca do marxismo ocidental, foi publicada, recentemente, uma coletânea de textos, frutos de um grande seminário realizado no período de 1995 a 1998, por alunos dos cursos de pós-graduação do Departamento de Filosofia da USP. Organizado pelos professores Ricardo Musse e Isabel Maria Loureiro, o livro intitulado “Capítulos do Marxismo Ocidental” procura ser, talvez, a primeira versão brasileira sobre o tema e alguns de seus textos contribuem para a análise a que nos propomos⁴⁵.

Um texto central, escrito por Musse, intitulado “Teoria e Prática”, teve como foco principal uma análise panorâmica sobre o marxismo ocidental, fundado nos estudos de Perry Anderson, bem como no de alguns autores Frankfurtianos, em especial Karl Korsch. O argumento defendido e apresentado recoloca os temas pertinentes ao marxismo ocidental. Musse não poupa esforços para defender os ocidentais, principalmente porque discorda de algumas posições assumidas por Anderson que, apesar de ser um autor marxista, caracteriza o marxismo ocidental como um desvio de conduta, não chegando, é claro, à raia de conclusões como as de um liberal, a exemplo de Merquior, que o considerou como irracionalismo puro e simples.

Musse argumenta que o ponto central da crítica de Anderson, a ruptura entre teoria e prática, e o retorno aos problemas de cunho filosófico não são, de maneira

⁴⁵ Ricardo Musse, Isabel Maria Loureiro (orgs.) - *Capítulos do Marxismo Ocidental*. Ed. Unesp/Fapesp – São Paulo- 1998.

alguma, um desvio, mas sim uma nova forma de renovação do marxismo⁴⁶. Na verdade, o ponto nevrálgico da análise está em questionar qual o impacto da prática revolucionária marxista e como essa mesma prática pode se reorganizar, vislumbrando ainda ter no operariado a classe possuidora dos destinos da revolução, com todas as transformações que o capitalismo pós-Segunda Guerra trouxe para o Ocidente.

Na medida em que procuramos entender as transformações ocorridas na estrutura capitalista mundial após 1945, principalmente a questão da forma Keynesiana que o Estado capitalista passa a ter nas economias avançadas, o marxismo ocidental visa reorientar a práxis, fazendo com que se entenda que o operariado que Marx conheceu é bem diferente do mesmo operariado no estágio em que o Modo de Produção Capitalista se encontra no século XX. Em suma, valendo-se de importantes teóricos, dentre os quais Lukács e Merleau-Ponty, Musse conclui que a noção de práxis precisa ser reinventada, ela precisa continuar a ser a base do pensamento marxista, porém é necessário atualizar-se, pois como disse Merleau-Ponty: “o sentido profundo, filosófico, da noção de práxis é nos instalar numa ordem distinta do conhecimento, a da comunicação, da troca, da freqüentação”⁴⁷.

É cabível perguntar de que forma o marxismo ocidental poderia ter influenciado os intelectuais marxistas paulistas dos anos 60, uma vez que é por conseqüência dessa ruptura com a visão partidária e doutrinária que aqueles acadêmicos se propuseram a estudar a obra de Marx. Entendemos que a influência se encontra no sentido de uma ruptura com o dogmatismo partidário, e constitui uma forma de situar o marxismo de uma perspectiva “científica” à realidade brasileira, na tentativa de, no conjunto, dar um sentido à nossa formação social, nos mesmos moldes que Caio Prado Junior havia outrora inaugurado. Por conseqüência, o marxismo ocidental brasileiro, como capítulo específico do Marxismo, se justifica na medida em que, para as diversas realidades, a teoria tem valor e, por isso, deve e continua a ser utilizada.⁴⁸

⁴⁶ Para esta defesa sua referência é a obra de Karl Korsch. Cf. Ricardo Musse, obra citada p.15 e 16.

⁴⁷ Merleau-Ponty, 1955, p.70; citado em Ricardo Musse, obra citada p. 17.

⁴⁸ Para entendermos esta colocação e o sentido que ela possui ver a análise de Paulo Eduardo Arantes em seu livro *Um Departamento Francês de Ultramar* – São Paulo – 1ª edição. Paz e Terra; em especial o capítulo “Origens do marxismo filosófico uspiano”. A análise de Arantes é a melhor síntese sobre a questão do seminário e seu impacto sobre a história da Universidade de São Paulo.

A exposição até agora apresentada procura demonstrar a força e o impacto que o marxismo ocidental teve dentro do espectro do marxismo no século XX. Ora, é impossível negar que o Brasil não tivesse sido incluído nesse processo. O fato é que, do ponto de vista dos balizamentos teóricos e das formas de inserção no Marxismo, realizadas pelos intelectuais acadêmicos uspianos dos anos 60, em certa medida, podemos concebê-los como pertencentes à tradição do marxismo ocidental, caso se entenda que a utilização do materialismo histórico como ferramenta principal e sua distância em relação à prática, por ter sido um grupo tipicamente intelectual, o responsável pelo balizamento da trajetória do grupo.

Outrossim, é necessário entender que a especificidade da sociedade brasileira, no contexto histórico latino-americano, fez com que as categorias gerais do materialismo histórico fossem transplantadas para a realidade nacional. O Seminário de Marx, dessa forma, introduz o materialismo histórico como um novo método de análise na interpretação da sociedade e da história brasileira, tornando-se, pois, uma experiência específica dentro dos limites que o pensamento clássico impõe para as particularidades da história da esquerda latino-americana.

1.2 - Marxismo latino-americano: características e especificidades

O estudo sobre a experiência marxista na América Latina deve ter presente que o continente teve um desenvolvimento histórico sempre ligado umbilicalmente ao continente europeu. A colonização e o desenvolvimento do Sistema Colonial, aqui instituídos pelos Estados Absolutistas europeus, assim como a assimilação das transformações liberais burguesas ocorridas nos séculos XVIII e XIX, influenciaram a emancipação política das antigas colônias⁴⁹. Dessa forma, o Marxismo só pode ser entendido como uma aquisição, ou como diz Michel Lowy: “Uma leitura evolucionista europeizante, que apreende no papel civilizador do capital - especialmente no combate

⁴⁹ Não é nossa intenção esmiuçar toda a estrutura do antigo sistema colonial e também os processos de emancipação das nações latino-americanas. Balizamos nossa explicação no livro de Fernando Antonio Novais *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* – São Paulo – Hucitec 1979, focando, em especial o Capítulo “Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial”.

antifeudal da burguesia democrática - a chave para o desenvolvimento econômico e social do continente”⁵⁰.

Mais adiante, diz Lowy: “Uma leitura dialética que ao considerar esgotado o papel progressista da burguesia desenvolve a perspectiva revolucionária. É a fase democrática e socialista enraizada nas tradições sociais e culturais das classes populares”.⁵¹

Porém, se quisermos entender o desdobramento do processo de constituição dos Estados nacionais latino-americanos, a partir da incorporação ou do puro reflexo das idéias européias, será necessário considerar uma análise que prioriza uma totalidade muito maior do que a sugerida por Lowy e, nesse sentido, o conceito de idéias fora do lugar, desenvolvido por Roberto Schwarz, é um conceito bem apropriado para uma melhor compreensão do processo.

Formulado nos anos setenta, esse conceito procura entender como as recepções de idéias ilustradas européias tomam, no continente latino-americano, uma outra forma e, nesse caso, acabam por dar a essas mesmas idéias um sentido diferente. Então, se analisarmos o conceito de revolução burguesa e sua época de instalação no Velho Continente, veremos que ele procura solidificar um processo que se iniciara no século XVII e que, no século XIX, consolida de fato a predominância da sociedade civil burguesa ou, melhor definindo, a sociedade tipicamente capitalista.

Caso transportássemos o mesmo conceito e sua temporalidade histórica para o Novo Continente, veríamos que, nesse caso, sua aplicabilidade teria como principal característica e triunfo a formação do Estado nacional, nas suas mais diversas formas (República e Império), na medida em que, nestas plagas, a sociedade tipicamente capitalista ainda estava por chegar⁵².

Na perspectiva de utilização do conceito acima discutido, podemos dizer que o marxismo adentrou o continente latino-americano tardiamente, em fins do século XIX, já sob a ótica da II internacional comunista. Todavia, foi somente com a fundação dos diversos partidos comunistas nos vários países e, neles, a predominância do

⁵⁰ Michel Lowy. “Notas sobre a recepção do Marxismo na América Latina” in: Paulo Barssotti *et alii.*(orgs) *América Latina – história, idéias e revolução*. São Paulo – Xamã Editora. 1998.

⁵¹ Cf. Michel Lowy – “Notas sobre a recepção do Marxismo na América Latina”, obra citada p.11 e segs.

⁵² Essa definição, formulada por Novais em seu curso sobre formação do Estado Moderno é fundamental para melhor compreensão do conceito “Idéias fora do Lugar”.

bolchevismo, após o triunfo da Revolução de Outubro como principal canal de divulgação, que podemos dizer que o marxismo que adentrou o continente latino-americano já possuía, em suas análises, um verniz muito mais leninista do que propriamente marxista.

Assim sendo, os principais expoentes do marxismo latino-americano, como Juan Batista Justo e José Carlos Mariátegui tentaram trazer à luz do marxismo, enquanto teoria, uma forma de interpretação da realidade com que eles procuravam questionar e reinterpretar substancialmente a América Latina.⁵³

Tendo em vista os problemas que permearam a trajetória desses personagens, principalmente a ausência de um conhecimento mais profundo sobre marxismo, alguns nem sequer foram marxistas – caso de Justo –, ou por terem sido silenciados pelos órgãos partidários oficiais tutelados pelo PC soviético, em suma, todos, praticamente, foram derrotados em seus projetos políticos. Isso, no entanto, não quer dizer que não tivessem sido importantes, ou seja, não se pode desmerecer seu pioneirismo, nem o fato de que naquele período contrariassem os desmandos do marxismo oficial propalado pela Segunda e Terceira Internacionais comunistas.

E foi justamente esse contexto de crítica ao marxismo oficial, divulgada pelo marxismo soviético, bem como pelos problemas trazidos pela crise econômica e a Segunda Guerra mundial que fizeram o próprio Marxismo entrar num período de recrudescimento, até o final dos anos 40 e começo dos 50, quando viria a florescer em um novo contexto.

⁵³ Os textos utilizados e que mostram esta trajetória são: José Aricó “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”, in: Eric Hobsbawm (org) – *História do Marxismo*, V. 8 – Paz e Terra. 1989. pp. 419-447; Juan Carlos Portantiero – “O marxismo latino-americano”, in: Eric Hobsbawm (org) – *História do Marxismo*, v.11, Paz e Terra, 1991, p.333-354. Os dois textos oferecem uma visão do surgimento e da construção teórica e partidária do marxismo na América Latina. Enquanto Aricó propõe-se a detalhar as questões em torno do debate entre Haya de La Torre e Mariátegui e a influência do leninismo neste processo, que de certa forma levou ambos a derrota frente ao marxismo oficial imposto aos partidos latino-americanos nos anos 20 e 30, o texto de Portantiero procura enfatizar as reformulações teóricas que o marxismo sofreu, principalmente no que se refere à chamada teoria do subdesenvolvimento a partir da CEPAL e sua reformulação para uma teoria que explicasse de forma mais contundente e significativa a formação econômica do continente. Além disto, mostra como também a chamada teoria da dependência começou a influenciar as práticas dos partidos comunistas, juntamente com a Revolução Cubana, que inaugurou um novo modelo de prática revolucionária: a guerrilha e o foquismo. Sobre este assunto, também é de importância o trabalho de Michael Löwy – *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo. 2000.

Um marco importante para que o debate marxista viesse a reflorescer, foi a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), órgão vinculado à ONU e que iniciou um novo debate sobre a formação e o desenvolvimento das economias latino-americanas.

O texto que inaugura o pensamento econômico da CEPAL, intitulado *Estudio Económico de América Latina*, foi escrito, em 1949, por Raúl Prebisch e ali estão delineados os pressupostos sobre a formação e o estágio em que se encontravam as economias latino-americanas⁵⁴. Porém, o pensamento econômico que se desenvolveria na CEPAL, veio pelas mãos de Celso Furtado, economista brasileiro que procurava aperfeiçoar as análises sobre a especificidade do capitalismo latino americano, em especial, o capitalismo brasileiro. A importância de Furtado para o período pode ser sintetizada do seguinte modo: “A vasta, abrangente e diversificada obra intelectual de Celso Furtado representa um marco na história e produção das Ciências Sociais à escala mundial. Nenhum outro autor contribuiu tanto para constituir as economias e sociedades subdesenvolvidas em objeto específico de estudo”⁵⁵.

O pensamento Cepalino tem como principal arcabouço teórico a questão de como as economias periféricas, ou seja, as economias subdesenvolvidas podem constituir-se como nações industrializadas, a partir de um modelo primário-exportador que caracterizava todas elas. Nesse caso, o postulado da CEPAL diz que, somente ao se industrializarem, os países latino-americanos poderiam sair do círculo vicioso do subdesenvolvimento. A teorização econômica também argumenta que, a partir do Estado, um possível aglutinador e provedor dessa industrialização, a tentativa de superação poderia levar tais economias a um grau de maior inserção no capitalismo mundial.

Ora, é também a partir das reformulações teóricas da CEPAL, que se desenvolverá o debate em torno do marxismo na América latina e suas implicações, no que diz respeito às economias subdesenvolvidas. É claro que não podemos afirmar que o pensamento cepalino seja um pensamento marxista, mas a partir dele o próprio Marxismo irá se debater sobre o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista na

⁵⁴ João Manuel Cardoso de Mello – *O Capitalismo Tardio – Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da Economia Brasileira*, Campinas, Instituto de Economia/Unicamp. SP. 1999.

⁵⁵ Francisco de Oliveira – “A navegação Venturosa” – (org) CELSO FURTADO, Ed. Ática. 1983. p. 03,04.

América Latina. Nesse sentido, as idéias econômicas postuladas pela CEPAL serviram e ainda servem como ferramenta teórica para análise das especificidades das economias periféricas⁵⁶.

O impacto das idéias cepalinas serão, ainda, de suma importância para os estudos marxistas no continente latino-americano, a partir dos anos 50 e, mais que isto, também servirão para um renascimento do marxismo no Brasil, principalmente ao inseri-lo no meio universitário brasileiro. Para melhor entendermos esta questão do renascimento e da inserção do marxismo na academia, é necessário entendermos como o próprio Marxismo aqui chegou.

1.3 – Marxismo no Brasil: do Partido à Academia

A história do marxismo no Brasil pode ser definida em dois períodos bem distintos. O primeiro, sem dúvida, se situa em 1922, quando o Partido Comunista brasileiro foi fundado e, então, todas as questões ficaram centralizadas dentro do aparelho partidário. O segundo período, diz respeito ao momento em que os autores marxistas começaram, de forma autônoma ou dentro de institutos e órgãos acadêmicos, a difundir suas obras e também as traduções dos clássicos do marxismo⁵⁷.

Bernardo Ricupero coloca que, tanto para a América Latina quanto para o Brasil, o marxismo só foi possível a partir do leninismo e dos Partidos Comunistas nacionais. A partir disso, o autor discute que, com Marátegui e Caio Prado, o Marxismo pôde se libertar dessa tutela e começar a ser utilizado como ferramenta de interpretação da sociedade latino-americana como um todo⁵⁸.

No que diz respeito ao viés partidário, é consenso afirmar que o enfoque que permeou a linha ideológica do Partido Comunista foi o marxismo-leninismo, ou seja, é com esta roupagem que se começa a discutir o marxismo em terras nacionais. Dessa forma, pois, é correto afirmar que o espaço para discussões teóricas de fôlego,

⁵⁶ O aprofundamento das questões como, por exemplo, da chamada Teoria da Dependência serão analisadas, posteriormente, em capítulo específico a respeito do assunto. No momento, só introduzimos alguns pontos que achamos importantes para situar o contexto histórico do marxismo na América Latina.

⁵⁷ João Quartim de Moraes (org) – *História do Marxismo no Brasil*. São Paulo. Editora Unicamp. 7 volumes.

⁵⁸ Bernardo Ricupero – *Caio Prado Junior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo. Editora 34. 2002

praticamente inexistia, visto estar toda a estrutura partidária vinculada aos ditames da III Internacional.

No caso brasileiro, então, foi com a publicação, em 1942, de *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Junior, que se discutiria pela primeira vez, à luz do materialismo histórico, uma visão acerca de nossa formação. Apesar de não ser um homem da academia *stricto sensu*, e de estar ainda localizado naquilo que delimitamos como ensaísmo clássico, o autor problematiza as origens da formação da sociedade colonial brasileira, utilizando as ferramentas básicas do pensamento marxista, o método dialético e o próprio materialismo histórico⁵⁹. Até esse período, a discussão teórica do marxismo estava totalmente vinculada ao Partido Comunista da época (PCB) e, até os anos 50, não seria objeto de discussão dentro do meio universitário.

A partir dos anos 50, ocorreu uma proliferação, por assim dizer, no que diz respeito aos estudos marxistas ou de esquerda em geral, no Brasil, para além dos organismos partidários. Em 1955, foi criado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), órgão vinculado ao Governo Federal, cuja principal função era formular políticas de desenvolvimento econômico para o Brasil, bem como analisar o desenvolvimento da sociedade brasileira. Caracterizava o ISEB, pois, uma mistura de duas tendências “ideológicas”: O Nacional-Desenvolvimentismo, que incorporava de certa forma o pensamento da CEPAL de um lado, e de outro uma tendência “esquerdizante” (que, de certa forma, caracterizava um certo tipo de marxismo) por parte da maioria de seus intelectuais⁶⁰.

Como órgão oficial do Governo, o ISEB atuava na elaboração de projetos de desenvolvimento nacional e de inclusão social para Brasil. Nesse mesmo período surgiu o “Seminário Marx”, que tentava, a partir de Marx, entender a dinâmica e o estágio em que se encontrava o modo de produção capitalista no Brasil, como também no mundo em geral.

Dessa forma, discutiam e viam com reserva as formas de interpretação do marxismo, bem como de outras linhas de pensamento acerca do capitalismo e procuravam defrontá-las na tentativa de uma explicação de cunho muito mais científico

⁵⁹ Fernando Antonio Novais, “Caio Prado Jr, historiador”, In: *Inteligência Brasileira*. São Paulo. Brasiliense. 1986.

⁶⁰ Caio Navarro de Toledo, *ISEB – Fábrica de Ideologias*. São Paulo. Ed. Unicamp. 2ª edição.

e metodológico do que político-partidário. Por isso, a confrontação tanto com o pensamento da CEPAL quanto com os intelectuais do ISEB iria pautar a discussão acadêmica. Entender esse debate é uma forma de verificar a importância do Seminário.

Na medida em que o chamado marxismo uspiano procurou realizar um grande esforço teórico e metodológico na leitura da obra de Marx, buscou também interpretar e fazer as críticas necessárias ao chamado marxismo vulgar, existente nas organizações partidárias e em instituições acadêmicas como o ISEB e CEPAL. O surgimento do marxismo acadêmico *strictu sensu* se contrapõe, então, aos órgãos em que o Marxismo estava sendo utilizado, procurando fazer críticas contundentes ao que podemos chamar desvios de conduta.

Ao mesmo tempo em que a experiência do grupo de estudos marxistas era uma forma de inserção acadêmica, também viria a surgir no horizonte desses intelectuais, a partir da utilização do instrumental teórico marxista, o enriquecimento do debate e o surgimento de uma nova forma de pensamento sociais no Brasil.

Capítulo 2

Universidade e cultura acadêmica no Brasil

A História da Universidade no Brasil remonta há muito pouco tempo, e se quisermos melhor precisá-la, ela surge no segundo quartel do século XX, já sob o regime republicano. A estrutura universitária do país se iniciou de forma plena a partir do Decreto nº 19.851 de 11/04/1931, do Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, referendado por Francisco Campos, então Ministro da pasta da Educação, que assim define o papel da Universidade: *“a unidade administrativa e didática que reúne, sob a mesma direção intelectual e técnica, todo ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico e sem aplicação imediata, visando assim o duplo objetivo de equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas (...) Universidade não é apenas uma unidade didática... mas uma comunidade viva que tende a ampliar-se no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa”*⁶¹.

É a partir deste Decreto que podemos dizer que a História universitária brasileira começa a dar seus primeiros passos e, nesse sentido, a criação da Universidade de São Paulo, em 25 de janeiro de 1934, foi um grande marco deste processo. Melhor dizendo, a criação da Universidade de São Paulo contemplaria, ao mesmo tempo, duas aspirações políticas específicas: a grande reforma educacional que o Governo Provisório constituído após 1930 iniciaria, e os anseios de uma parte da classe dominante paulista que, por meio de uma grande reforma educacional, queria delimitar o surgimento e desenvolvimento de uma nova classe dirigente e dominante no país.

⁶¹ Francisco Campos. “Exposição de Motivos do decreto da reforma do ensino superior”, In: *Educação e Cultura*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1940, p. 60.

Para explicitar melhor nossas preocupações em estudar a lógica da criação e de funcionamento da Universidade de São Paulo, é necessário situá-la no contexto histórico do processo sócio-político da Primeira República, e entendermos os mecanismos que nortearam sua criação, tornando-a o símbolo de um projeto que, não sem razão, tomou o nome de Comunhão Paulista⁶².

2.1 - A Universidade e o projeto político paulista.

A História da Primeira República surge, dentro da historiografia brasileira, como um daqueles momentos em que alguns temas importantes aparecem mais ou menos delineados e vaticinados. Sob os auspícios de uma Constituição que mesclou ideologias diametralmente opostas como o positivismo comteano e o liberalismo de caráter federativo anglo-americano, a Primeira República consolidou-se, politicamente, a partir de um regime federativo em que a proeminência de alguns Estados contrastava com a dependência dos demais. Desse processo, surgiria, com clareza, o caráter oligárquico do regime⁶³.

No que diz respeito à economia, a consolidação de uma economia Capitalista agrário-exportadora, com o predomínio do complexo cafeeiro, insere o país numa lógica da Divisão Internacional do Trabalho em que a exportação de café seria o motor

⁶² Irene Cardoso, *A Universidade da Comunhão Paulista*, São Paulo, Cortez Editora, 1982. Segundo a autora: “o conceito Comunhão Paulista, originalmente o título de um artigo de Julio de Mesquita Filhos no jornal Estado de São Paulo, diz respeito àqueles que elementos que têm visão política, isto é, visão dos grandes problemas sociais da nacionalidade; mais ainda, é paulista porque de São Paulo deverá partir, como sempre partiu, por uma fatalidade histórica um projeto político para a nacionalidade”. p. 40 e segs. Além dessa concepção ideológica que vem designar o projeto da classe dominante, convém também expor que os agentes políticos que formam a Comunhão paulista estão todos reunidos sob a órbita do jornal *O Estado de São Paulo*, cuja figura de seu presidente, Julio de Mesquita Filho, catalisa e canaliza todas as propostas ideológicas do grupo. Além do grupo de *O Estado*, também o Partido democrático e seu periódico Diário nacional estão envolvidos na formação da Comunhão Paulista.

⁶³ A forma política de que assume o regime republicano é caracterizada nas seguintes obras: Barbosa Lima Sobrinho - *A verdade sobre a Revolução de Outubro – 1930*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1975, 2ª edição; Fernando Henrique Cardoso, “Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles” in: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1985, 3ª edição; Eduardo Kugelmas - *Difícil Hegemonia – Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*, Tese de Doutorado apresentada a FFLCH, 1985. Bóris Fausto, *A Revolução de 1930*, São Paulo, Brasiliense, 1972.

dinâmico de toda a economia nacional. É, pois, a partir da economia cafeeira que toda a economia interna irá dinamizar-se, inclusive no setor industrial e comercial⁶⁴.

Nessa primeira aproximação cabe-nos discutir a maneira como a formação e a consolidação do regime oligárquico transcorreram, e como os Estados de maior peso político na Federação se comportaram, em especial o caso de São Paulo, objeto central para a discussão que encaminhamos no presente capítulo.

Em estudo que procura especificar a posição política que o Estado de São Paulo assumiu durante a República Velha, Eduardo Kugelmas critica uma postura historiográfica de caráter simplista em que, segundo o autor, se opõem duas situações: a suposta tranqüilidade que transcorre o período 1889 – 1930 e todo o processo de ruptura e de crise no pós 30, pelo que indaga: “Em contraste com esse período descomplicado (Primeira República), a década de 30 surge como uma interrogante desafiadora; conceitos como crise de hegemonia, estado de compromisso e modernização conservadora, serão manejados para tentar explicar uma nova realidade política e seus desdobramentos no campo sócio-econômico e cultural”⁶⁵.

O fato de que a Primeira República transcorreu como um momento em que as trocas oligárquicas ocorrem sem maiores problemas e onde o revezamento entre as classes dominantes era determinado, em última instância, pelos Estados de maior importância, foi exposto por Barbosa Lima Sobrinho nos seguintes termos: “Os quarenta anos de federalismo brasileiro resumem-se a uma *luta contínua contra a supremacia de alguns estados*”⁶⁶. Seguindo o mesmo raciocínio o autor definiria seu vaticínio sobre as causas da ruptura em 1930 nos seguintes termos: “*Em resumo, pois, o que avulta entre os fatores da revolução de 1930 é o sentimento regionalista, na luta pelo equilíbrio das forças entre os Estados federados [...]*”⁶⁷. Mais adiante, concluiria Barbosa Lima: “Os sentimentos regionalistas, as reivindicações hegemônicas, estas,

⁶⁴ Sobre a questão da economia na primeira república: João Manuel Cardoso de Mello - *Capitalismo Tardio*, São Paulo, Instituto de Economia-Unicamp, 1998; Liana Aureliano - *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, Instituto de Economia-Unicamp, 1999.

⁶⁵ Cf. Eduardo Kugelmas, obra citada p. 02.

⁶⁶ Cf. Barbosa Lima Sobrinho, obra citada p.175.

⁶⁷ Cf. Barbosa Lima Sobrinho, obra citada p.181.

*sim, é que viriam à tona, na evolução normal do regime, pela força espontânea das ondas populares que as secundavam”.*⁶⁸.

Dentro da lógica exposta pelos autores citados, é fato que existia, sim, uma grande disputa política durante a Primeira República e podemos entender que a questão da hegemonia da burguesia cafeeira paulista, juntamente com a burguesia cafeeira de Minas Gerais, era contestada pelas demais unidades da Federação, e que a possibilidade de mudança no comando político do país sempre esteve no horizonte das classes políticas alijadas pelo predomínio paulista e mineiro. Logo, não tivemos, durante esse período, a suposta tranqüilidade, freqüentemente argumentada por certa corrente historiográfica. Esse período republicano, na verdade, possui, sim, uma série de questionamentos sobre a hegemonia de alguns Estados, no caso São Paulo e Minas Gerais, em que pese esses mesmos Estados haverem determinado, em última instância, os caminhos sócio-políticos, pelos quais vagou nossa incipiente vida republicana.

A contestação, as disputas políticas, as lutas dentro da Federação, como também aquelas dentro da própria fração de classe à qual estamos nos referindo não podem ser diminuídas dentro do contexto histórico de período. É, pois, dentro deste quadro que podemos discutir aquilo que entendemos como projeto político paulista que começava a ser desenvolvido durante os anos 20 e que seria o motor político-ideológico, levando consigo a criação da Universidade de São Paulo.

Segundo Irene Cardoso⁶⁹, em trabalho sobre a Universidade de São Paulo, a partir dos anos 20, parte substancial da classe dominante paulista começava a diagnosticar que a República padecia de uma doença com relação aos seus costumes políticos e que se não fosse feita uma verdadeira revolução dentro da sociedade, no que dizia respeito à questão educacional e à questão de nossas classes dirigentes, dificilmente o país sairia da situação crítica na qual se encontrava.

Ainda conforme salienta a autora, o grupo que se organizou política e ideologicamente em torno da figura de Julio de Mesquita Filho, então diretor-presidente do jornal *O Estado de São Paulo*, procurou definir sua plataforma dentro de questões

⁶⁸ Cf. Barbosa Lima Sobrinho, obra citada p.182.

⁶⁹ Cf. Irene Cardoso, obra citada p.35 e segs.

muito claras: a regeneração dos costumes, a alfabetização da massa populacional e a criação de uma nova elite dirigente capaz de comandar o país, até então, entregue ao que chamaram de elites carcomidas⁷⁰.

Sobre isso, escrevia Fernando de Azevedo a propósito da questão da Crise Nacional: “A questão política e o problema cultural, como tão bem reconheceu e proclamou o Sr. Júlio de Mesquita Filho, estão de tal maneira travados entre si que nunca se chegará à solução da primeira, sem ter procurado na segunda, o caminho para aquela⁷¹”.

A Comunhão Paulista propunha, pois, que a profilaxia pela qual a sociedade e a estrutura de poder do país deveriam passar teria de ser feita através de uma ampla campanha educacional que atingiria todas as classes sociais, culminando na criação de uma Universidade capaz de formar elites dirigentes competentes para comandar o país, desde que educadas para isto. Mais do que isto, a Comunhão reivindicava que essa transformação deveria ser comandada pelo Estado de São Paulo e sua classe dominante, visto considerarem que “Nos momentos capitais da história nacional, de São Paulo sempre partiu a palavra que haveria de decidir dos desígnios da nacionalidade”⁷².

Cardoso explicita como a Comunhão Paulista enxergava o problema nacional: “A idéia de superioridade racial é muito explícita no texto A Crise Nacional, de Julio de Mesquita Filho, onde este afirma ser uma das principais causas da decadência moral da consciência nacional o afluxo repentino de toxinas que trouxe com a circulação no sistema arterial do nosso organismo político a massa impura e formidável de dois milhões de negros, subitamente investidos das prerrogativas constitucionais. A superioridade regional de São Paulo é claramente expressa neste mesmo texto e no texto da Comunhão Paulista, especialmente na idéia de que nos momentos capitais da história nacional, de São Paulo sempre partiu a palavra que haveria de decidir dos desígnios da nacionalidade. A idéia de superioridade intelectual também pode ser captada especialmente no texto da Comunhão a partir da proposição da missão superior,

⁷⁰ Cf. Irene Cardoso, obra citada p.39.

⁷¹ Cf. Irene Cardoso, obra citada p.38.

⁷² Cf. Irene Cardoso, obra citada p.41.

responsável pela formação da nacionalidade, distinta da missão inferior, responsável pelas tarefas político-administrativas”⁷³.

Com efeito, o que chamamos de projeto político paulista diz respeito ao projeto de uma fração de classe dentro de um espectro maior que é a classe dominante paulista. Esse restrito grupo capitaneado pela Comunhão Paulista procura desvincular-se da parte da classe dominante situacionista que estava inserida dentro do aparelho estatal e dentro do órgão oficial partidário, o partido republicano paulista, e com o qual não se coadunavam. Então, a lógica desse projeto político se fez a partir da crítica ao *statu quo*, bem como pelo descolamento por parte dessa fração da classe, em relação ao bloco de poder, redundando em alternativa ao regime oligárquico, como dizem os membros da comunhão: "No regime democrático, a entrada na aristocracia social, isto é, nas elites diretoras, é facultada a todos os indivíduos que suponham ter valor e aptidões para ocupar lugar neste âmbito e que são designados pela ilusão metafísica do sufrágio universal (...). O funcionamento da democracia só se daria com a resolução do magno problema educacional: a educação; por um lado, a educação das massas e, por outro, a educação das elites, quando se daria então a aproximação entre a minoria selecionada e culta e a grande massa inculta e semibárbara”⁷⁴.

De outro lado, a proposição de uma nova forma de lógica política, em que a defesa de um regime democrático com voto secreto e universal, e a defesa do liberalismo como forma de organização da sociedade foram a feição desse novo grupo político que surgiu, a partir da segunda metade dos anos 20, e que se impôs na correlação de forças que iriam pautar os anos seguintes e derradeiros da República Velha.

Durante os anos vinte, alguns fatos caracterizariam o jogo político dentro da estrutura de poder da primeira república: a partir do governo de Artur Bernardes (1922-1926) já se começavam a perceber, latentes, algumas cisões dentro do pacto oligárquico que comandava o país; concomitantemente, ocorreram as primeiras manifestações de oposição ao regime, por parte de setores militares, dentre os quais o Tenentismo é sua melhor expressão; em 1926 surgiu dentro do mais importante Estado da Federação, São

⁷³ Cf. Irene Cardoso, obra citada p.53.

⁷⁴ Cf. Irene Cardoso, obra citada p.50.

Paulo, um partido de oposição ao Governo e ao partido da situação – o Partido Republicano Paulista. O Partido Democrático surgiu como uma voz oficial, enquanto partido político, e começou a disputar eleições, concorrendo contra o Governo em suas diversas esferas.

Destas cisões, observadas dentro do pacto oligárquico, surgiria um bloco de oposição durante o governo de Washington Luís, a Aliança Liberal, congregando militares ligados ao movimento tenentista, oligarquias dissidentes como as de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, bem como o Partido Democrático. Desse pacto político, eclodiria o movimento que iria depor o governo de Washington Luis, e decretaria o fim da República Velha e a ascensão, ao poder, de Getúlio Vargas através do Governo Provisório⁷⁵.

Tendo apoiado e participado, até certo ponto, de forma incerta e duvidosa no processo que depôs o governo de Washington Luis, os membros da Comunhão Paulista observavam o surgimento do Novo regime no Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas, como um momento político em que seus propósitos também políticos poderiam ser viabilizados. Assim, foi com enorme expectativa que os paulistas esperaram pelas primeiras medidas do novo governo no que dizia respeito às mudanças, então encampadas pela própria Comunhão Paulista.

Ao analisar as conseqüências do Decreto de 1931, que regulamenta a questão universitária, bem como toda a estrutura educacional que o país passaria a ter, Cardoso afirma:

“A grande obra de reconstrução do espírito revolucionário não coincidirá, no entanto, com o projeto de reconstrução educacional (paulista)... nem com o projeto de reconstrução de São Paulo e da Nacionalidade...”

Prossegue ainda a autora:

⁷⁵ Não estão nos limites deste trabalho analisar as diversas visões e versões sobre a Revolução de 1930, mesmo porque o assunto não se esgotou dentro da historiografia. Logo, apenas colocamos as obras nas quais nos baseamos para analisar o período. Cf. Barbosa Lima Sobrinho *A verdade sobre a revolução de Outubro – 1930*. Obra citada; Maria Ligia Coelho Prado *A Democracia Ilustrada*. São Paulo. Editora Ática. 1986; Edgard de Decca, *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo. Editora Brasiliense. 5ª edição. 1996; Boris Fausto, *A Revolução de 1930*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1970.

“O que fica evidente é que o grupo d’O Estado não tem acesso, nesta época, ao controle da iniciativa educacional, realizada pelo Governo Provisório através de Francisco Campos, e que, a partir de agora, a criação de uma universidade em São Paulo deverá necessariamente ser feita nos moldes do Decreto de 31”⁷⁶.

Sejamos mais claros. No projeto da Comunhão que, prioritariamente, era um projeto político, a questão da universidade trazia consigo algo que, naquele momento, se tornaria impraticável politicamente: a dificuldade em dar autonomia às unidades da Federação, tanto no que dizia respeito à criação como à organização do ensino superior. Ora, a forma centralizadora que assumiu o Governo Provisório ditaria as regras pelas quais a estrutura do novo estado iria assumir e, nesse sentido, a participação política da Comunhão se restringiria apenas à questão de alguns cargos de menor escalão dentro do Governo Provisório.

A partir desse momento, tornou-se claro para os membros da Comunhão Paulista que o Governo Provisório não se disporia a estabelecer uma estrutura de poder político, em que as unidades da Federação possuísem autonomia, fosse ela relativa ou concreta. A nosso juízo, consideramos que a questão da centralização do poder e da diminuição do poder dos Estados foi a pedra angular que caracterizou o novo regime implantado após 1930. O projeto político dos liberais paulistas tornou-se, pois, frustrado, fato que levou a classe dominante paulista a se organizar em torno de uma ruptura total com o Governo Provisório. Tal ruptura levou os Democráticos, Perrepistas e a própria Comunhão Paulista, antes antigos inimigos, a unirem forças e desencadearem o movimento de caráter separatista em 1932⁷⁷.

Ao derrotar o movimento paulista de 1932, o Governo central procurou não criar em São Paulo uma situação de impasse no que dizia respeito à questão educacional. Assim, a criação de Universidades e da estruturação de um amplo projeto educacional comandado pelo Estado, em que o caráter público e gratuito da educação estava bem delineado, realizar-se-ia dentro dos moldes do projeto de 1931, no qual as Universidades

⁷⁶ Cf. Irene Cardoso, obra citada p. 97 e segs; (grifos nossos)

⁷⁷ Também não estão nos limites deste trabalho discutir a questão da revolução de 1932. Apenas citamos os trabalhos de que nos utilizamos: Maria Ligia Coelho Prado. *A Democracia Ilustrada*, obra citada; Maria Helena Capelato. *Os Aautos do Liberalismo*. São Paulo. Editora Brasiliense. 1987.

deveriam possuir relativa autonomia e ficariam sob a fiscalização e os ditames do Governo Federal. Em outras palavras, a possibilidade de autonomia relativa por parte dos Estados na questão da criação das Universidades, bem como do controle das mesmas, estaria garantido, ainda que superficialmente.

Foi dentro destes critérios que, em 25 de janeiro de 1934, através do Decreto estadual de nº 6.283, foi criada, pelo interventor de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, a Universidade de São Paulo, constituída pelas seguintes instituições: Faculdade de Direito (criada em 1827 e pertencente ao Governo Federal); Faculdade de Medicina (criada em 1913 e pertencente ao Governo Estadual); Faculdade de Farmácia e Odontologia (criada em 1899); Escola Politécnica (criada em 1894); Instituto de Educação (antigo Instituto Caetano e Campos e transformado, em 1933, em Instituto de Educação, por Fernando de Azevedo); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) criada por Decreto; Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais (por questões de orçamento somente foi criado em 1946, junto a FFCL); Escola de Medicina Veterinária (criada em 1928); Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz (criada em 1899)⁷⁸.

Excetuando-se a Faculdade de Direito, que pertencia ao Governo Federal, e a Faculdade de Filosofia, que foi criada juntamente com a Universidade, as demais instituições pertenciam ao Estado. Isso se deve ao fato de São Paulo, durante a Primeira República, por ser o Estado onde estava o complexo cafeeiro, sendo, também o centro econômico do país, haver realizado uma forte política de gastos públicos, montando um grande aparato educacional, de saúde pública e de segurança, o que o transformou no Estado mais forte da Federação em termos de organização burocrática⁷⁹.

2.2 - Faculdade de Filosofia: formação de quadros e de classes dirigentes

Dentro do projeto de reconstrução nacional e de regeneração do costumes políticos do país, encampados pela comunhão paulista através de seu projeto político-pedagógico, a criação de uma Universidade era o ponto central. Mais que isto, a criação

⁷⁸ Cf. Irene Cardoso, obra citada p. 122.

⁷⁹ Cf. Eduardo Kugelmas, obra citada p.85 e segs.

de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) era a condição *sine qua non* para que tal projeto pudesse ser efetivado.

Ao tratar da questão da Universidade e da criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Comunhão Paulista incorpora, dentro de seus argumentos em defesa de tal concepção de universidade, a posição que Rui Barbosa em 1882 expressou, defendendo o “conceito político” da universidade. Em suas palavras: “a universidade é uma das formas do poder público, é o Estado educando, promovendo a educação, inspecionando-a, a bem da prosperidade e grandeza do Império, do mesmo modo que os tribunais em que se organiza o direito, e o exército em que se constitui a força pública, são outras tantas manifestações do governo, tomada esta palavra em seu sentido mais extenso, do governo que não exclui a liberdade, nem quando se trata da justiça, nem quando se trata do exército, nem quando se trata da instrução pública”⁸⁰.

O caráter político que a criação da Universidade possuiu deve ser ressaltado, pois para a Comunhão Paulista a regeneração dos costumes políticos e a defesa da salvação nacional perpassam a questão educacional, sendo esta entendida pela Comunhão da seguinte forma:

*“Sendo a educação pública, o caráter democrático do processo de recrutamento das futuras elites estaria como que automaticamente assegurado. Não mais haveria a constante reprodução das oligarquias... Vistas as coisas desta maneira, a universidade cumpre função política em dois níveis: permite a compatibilização entre elite e democracia; e recruta, na totalidade do espectro social, para formá-los segundo os mais afinados padrões de saber e discernimento, os futuros membros da elite dirigente”*⁸¹.

Para entendermos o projeto político educacional em questão, é necessário atentarmos para o fato de que esse projeto era diretamente vinculado aos interesses da classe dominante paulista ou, melhor dizendo, de uma fração dessa classe dominante, e que sua visão social de mundo (visão ideológica) teve como principal característica a

⁸⁰ Roque Spencer Maciel de Barros, *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade* – São Paulo – USP – 1959, p. 319

⁸¹ Cf. Franklin Leopoldo e Silva, “A experiência Universitária entre dois liberalismos”. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 1999, p. 4.

defesa de um liberalismo, nos moldes do século XIX, como forma de organização político social, como relata Cardoso:

“(...) Procura então, Júlio de Mesquita Filho mostrar a importância dos ‘organismos de cultura’, que se compõem dos centros de altos estudos teóricos e doutrinários, dos estabelecimentos chamados de ensino secundário, ou de humanidades, e, por último, do sistema de educação primária (...) A função da educação primária seria a de ‘elemento de contacto entre a massa popular e as elites pensantes’. A função do secundário seria a de criar a ‘mentalidade média nacional’ e constituir ‘reserva permanente para a constituição das indispensáveis elites intelectuais’. A função das universidades seria formar as elites indispensáveis à obra de regeneração política da sociedade brasileira e à superação da ‘crise nacional’ com a destruição do poder das oligarquias”⁸².

Nessa lógica de formação das classes dirigentes, o núcleo da universidade responsável por tal missão seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que, segundo Cardoso, funcionaria como “a instituição dotada de uma organicidade cuja função seria como a de um cérebro comandando os demais músculos de um corpo chamado universidade”⁸³.

Essa forma de concepção de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), pensada como uma instituição capaz ao mesmo tempo de formar elites dirigentes e professores que teriam a missão de promover um amplo processo de alfabetização e de educação da sociedade como um todo, encontrou respaldo no contato que a Comunhão Paulista possuía com os educadores franceses, na medida em que a classe dominante paulista sempre procurou promover a formação de seus filhos em terras européias.

Assim, foi com o apoio de George Dumas, intelectual francês e amigo da família Mesquita, e dispondo de um amplo estudo sobre a situação educacional em São Paulo,

⁸² Cf. Irene Cardoso, obra citada p.36,37.

⁸³ Cf. Irene Cardoso, obra citada p.67.

que a Comunhão Paulista passaria a defender, junto à classe política do Estado, a criação da Universidade em São Paulo, bem como de sua Faculdade de Filosofia⁸⁴.

Analisando o estudo feito pelos educadores paulistas nos anos 20, bem como as duas reformas educacionais efetivadas em 1920 e 1926, podemos observar que duas questões se sobressaíam: a primeira dizia respeito a uma grande reforma educacional que contemplasse a inclusão da enorme massa de pessoas excluídas do ensino; uma segunda questão dizia respeito, também, à criação de escolas destinadas à formação de professores de primeiro grau, os chamados normalistas, de maneira a ampliar o contingente de professores capazes de atender à demanda para a qual a reforma educacional dos paulistas se comprometia a fazer⁸⁵.

Nesse cenário, dois acontecimentos sugerem uma maior atenção. Primeiramente, devemos notar que, ao longo dos dois primeiros decênios do século XX, o Estado de São Paulo aumentou substancialmente o gasto público na intenção de melhoramento de sua máquina administrativa. Como salientado por Kugelmas, houve um significativo aumento das despesas com Educação, Saúde e Força Pública. No que toca à educação, começava a ocorrer uma expansão do chamado Ensino Normal, para a formação de professores, e em menos de três anos abriram-se dez novas Escolas Normais⁸⁶.

A partir de 1920, o então Secretário de Educação, Sampaio Dória, iniciou uma reforma na estrutura da educação estadual, com vistas a erradicar o analfabetismo e pleitear a criação de uma Universidade no Estado, tendo como principais alicerces uma Faculdade de Educação, que, segundo o próprio Sampaio Dória, teria como principal missão o aperfeiçoamento dos normalistas oriundos do secundário. À Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) ficaria a incumbência de educar as futuras classes dirigentes, através de um ensino desinteressado e voltado para o aperfeiçoamento cultural.

As Escolas Normais supriam, pois, a lacuna deixada pela estagnação do ensino secundário científico, bem como contribuía para a formação de parcela considerável do aparelho público estatal, além de desempenhar uma importante alternativa no que diz

⁸⁴ Cf. Fernando Limongi, "Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo", in: Sérgio Miceli, org: *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 01, São Paulo, Finep. 1992.

⁸⁵ Cf. Fernando Limongi, obra citada p.150 e segs.

⁸⁶ Cf. Fernando Limongi, obra citada p.132 e 133.

respeito ao “processo de ascensão social”, sobretudo entre as camadas mais pobres da população e os descendentes de imigrantes.

O quadro ajuda a entendermos como se ordenou esta estrutura educacional iniciada por Sampaio Dória que, entre várias mudanças na estrutura educacional do Estado de São Paulo, impôs a estrutura educacional das Escolas Normais, como, por exemplo, o fim da polivalência do professor, sendo substituído pelo sistema de cadeiras; equiparação das escolas normais do Estado todo, perdendo assim a Escola Normal “da praça”, depois conhecida como Caetano de Campos, o *status* de principal e mais importante Escola Normal. Outro ponto de não menor interesse diz respeito à criação de Delegacias Regionais de ensino e a descentralização do poder da Secretaria, o que também contribuía para uma menor interferência dos chefes municipais na nomeação de professores⁸⁷.

Cabe ressaltar que toda a estrutura educacional que a partir dos anos vinte vai sendo implementada, até a criação, em 1934, da Universidade de São Paulo, foi sempre alicerçada na forte presença dos educadores franceses durante todo o processo. George Dumas foi o pioneiro no processo, devido à sua proximidade com Julio de Mesquita. Ele participou de todas as etapas da reforma de Sampaio Dória, como também se tornou fundador, em 1925, do Liceu Franco-Brasileiro, instituição de nível secundário que teria coordenação e supervisão de mestres franceses⁸⁸.

Conforme o exposto, a partir da estrutura educacional montada nos anos vinte, iria também se organizar a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Criada junto com o Decreto que estabelecia a Universidade de São Paulo, num primeiro momento ela foi concebida como o local onde deveriam ser formadas as chamadas elites dirigentes do país. Nesse intuito, os reformadores educacionais paulistas não mediram esforços e foram à França contratar mestres para aqui ministrarem aulas.

Nesse primeiro momento, a procura por cursos foi intensa e o relato do professor Fernand Braudel mostra muito bem o público presente nos cursos: “Minhas primeiras aulas foram em francês e na sala havia representantes do governador, amigos de Julio de Mesquita Filho, o dono do Jornal *O Estado de São Paulo*, e diversos grã-finos que

⁸⁷ Cf. Fernando Limongi, obra citada p.140 e segs.

⁸⁸ Cf. Fernando Limongi, obra citada p.146.

deixavam carrões estacionados na porta. Havia também intelectuais autodidatas, como Paulo Prado, um homem de enorme *finesse* e que possuía uma fantástica coleção de pinturas. Muitos vinham só para se distrair”.⁸⁹

Segundo diagnóstico feito por Limogni, os primeiros anos da FFCL mostravam que o projeto ambicionado pelos políticos da Comunhão Paulista fracassaria. Não só não afluíam pessoas da elite para cursar a Faculdade, como também o número de pessoas que prestavam o vestibular em relação às demais unidades da Universidade era enormemente inferior. Diante desse quadro, duas atitudes tomadas pelo Governo do Estado merecem destaque. A primeira medida foi conceder aos professores normalistas a possibilidade de prestarem o vestibular para a FFCL nos mesmos moldes dos alunos que tivessem cursado o científico, ou seja, apesar de o curso de normalista não dar direito ao aluno ingressar no ensino superior, a não ser que se submetesse a exames complementares, a regra foi modificada e os alunos puderam prestar o vestibular e cursar a FFCL.

Além disto, esses mesmos normalistas que já tinham suas cadeiras, seriam licenciados dos seus cargos, ou seja, não trabalhariam durante o tempo em que cursassem a faculdade, sem que seus vencimentos como professores fosse suspenso. A medida adotada pelo Governo do Estado, que ficou conhecida como comissionamento, foi fundamental para que o número de alunos, nos primeiros anos de existência da FFCL, aumentasse robustamente.

Além do comissionamento, foi instituído um programa de bolsas de estudo, oriundo dos fundos que o Governo Estadual fornecia, através da Secretaria de Educação, o que também contribuiu, em muito, para o aumento do número de alunos na faculdade. Acerca do problema de os normalistas, juridicamente, não poderem cursar a Faculdade, visto seu diploma não ter o devido reconhecimento para ingressar no curso superior e, por isso, o poderia o curso acabar por não ser homologado, prejudicou uma maior procura por parte dos normalistas. Somente em 1938, quando Gustavo Capanema, então homem forte da educação do Governo do Estado Novo, baixou uma

⁸⁹ Cf. Fernando Limongi, obra citada p.158.

portaria que igualava o curso normal ao secundário, desimpedindo, com isso, os alunos de cursarem o superior, foi que a procura por cursos da FFCL se tornou maior⁹⁰.

Ora, essas dificuldades inaugurais da FFCL frustravam os objetivos que a classe dirigente Paulista desejava para a FFCL. A Faculdade foi o canal pelo qual uma parcela da população vinculada à educação teve como meio de ascensão e mobilidade social. Na verdade, a possibilidade de formação em um curso com a presença de mestres estrangeiros e com uma sólida formação humanística, fez com que aqueles professores, oriundos das escolas normais, pudessem desempenhar, já nos anos 40 e 50, a grande expansão educacional, fruto, é claro, também, da grande industrialização comandada pelo Estado e que traria profundas mudanças para a mobilidade social brasileira.

A possibilidade, também, de inserção na carreira universitária foi o outro vértice deste processo. Uma parte dos formandos da FFCL, principalmente aqueles que se destacavam em seus cursos, começavam a ser convidados a trabalhar como assistentes dos catedráticos e, após a volta dos mestres para a Europa, passavam a comandar definitivamente a FFCL. Muitos deles nem sequer pensavam nesta possibilidade, senão em voltar para as suas escolas de origem, fosse na capital ou no interior⁹¹.

Importa enfatizar, ainda, que se a classe dominante Paulista não conseguia fazer com que seus membros viessem a pertencer aos quadros da FFCL, continuando os mesmos nas tradicionais Faculdades de Direito e Medicina, ao mesmo tempo a FFCL iniciava sua própria constituição de uma elite acadêmica que, se não era oriunda, em sua grande maioria, das classes dominantes, iniciaria, com certeza, a partir dos anos 50, seu grande projeto de inserção na vida política do país.

⁹⁰ Cf. Fernando Limongi, obra citada p.160 e segs.

⁹¹ Aqui se ressalta a entrevista que o Professor José Arthur Giannotti nos concedeu, em que dizia sobre esta questão da ascensão na carreira acadêmica: “Quando me formei fui dar aula de filosofia em uma cidade do interior, em Ibitinga. Tempos depois Gilles Gastron-Granger me convidou para ser seu assistente. O problema era que o assistente pouco ou nada ganhava e somente quando conseguimos comissionamento para o cargo é que pudemos definitivamente nos dedicar a Faculdade”. José Marcio rego, Marcos Nobre (org) *Conversas com Filósofos Brasileiros*. São Paulo. Editora 34. 2002. Fernando Novais também chama a atenção para a questão de que o horizonte profissional de muitos, naquele período, era apenas o de se tornarem professores normalistas e que a perspectiva do curso superior para muitos sequer existia. José Marcio Rego (org) *Conversas com Historiadores Brasileiros*. Obra citada.

2.3 – O surgimento da Escola Paulista

As primeiras gerações de professores formados pela FFCL tinham no magistério sua principal atividade profissional. À medida que o país se modernizava através do grande projeto de construção nacional, iniciado na Era Vargas – para não dizer o único grande projeto de construção de uma nação moderna que tivemos – começam surgir as oportunidades de melhoria profissional através do grande surto de escolas públicas secundárias.

Para além desta possibilidade, a própria vida acadêmica passava a ser uma alternativa para os recém-formados da FFCL. Primeiramente, porque os mestres franceses começaram a retornar ao seu país, deixando seus então assistentes como substitutos nas cátedras; segundo, em razão do aumento das demandas dos cursos, a necessidade de assistentes fazia com que esses jovens professores ambicionassem a carreira acadêmica.

Acerca das Ciências Sociais, a criação da FFCL também pode ser descrita como o momento da institucionalização da Sociologia nos meios acadêmicos brasileiros, bem como de sua profissionalização. Nesse sentido, conforme nos diz Nascimento Arruda, a figura de Fernando de Azevedo foi fundamental no processo de constituição das ciências sociais, seja como interlocutor junto aos mestres franceses, seja como primeiro catedrático de Sociologia e responsável pela contratação de nomes como Florestan Fernandes, Antonio Candido de Mello e Souza, Lourival Gomes Machado, Aziz Simão e Rui Galvão de Andrade Coelho, os quais formaram a primeira geração nativa de grandes cientistas sociais na Universidade de São Paulo⁹².

Denominamos aqui institucionalização e profissionalização tendo em conta que a Sociologia começava a ser um campo de investigação que, de certo modo, rompia com o padrão dos estudos sobre as ciências sociais no Brasil. Em outras palavras, à medida que a vida acadêmica se institucionalizava e os métodos de pesquisa trazidos pelos mestres franceses se desenvolviam, uma nova forma de se estudar a sociedade brasileira começava a tomar forma. Nesse sentido, começavam a afastar do horizonte dos novos cientistas sociais aquelas interpretações de caráter literário e ensaístico, para

⁹² Cf. Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista”, in Miceli, Sérgio, (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*, Vol. II, São Paulo, Editora Sumaré, 1995.

se deixar aproximar um rigor intelectual que fazia da questão do método sua razão de ser⁹³.

Nessa trilha de formação, uma nova forma de apreender a realidade histórica brasileira começava a tomar corpo, juntamente com os trabalhos dos professores da Universidade de São Paulo. Isto não queira dizer que abrissem mão das grandes obras ensaísticas, que até então circulavam, mas foi uma tomada de posição em relação ao discurso delas. Como frisou Arruda: “Para um sociólogo como Florestan Fernandes, o ensaísmo e a forma literária de escrita estão comprometidos com uma visão estamental da cultura”⁹⁴.

A partir desse momento, estava fechada aos leigos a tentativa de interpretação da realidade social, tarefa esta a cargo do sociólogo, ou seja, do profissional da Sociologia. Mais ainda, seria tarefa dos cientistas sociais produzir um amplo espectro de estudos capazes de dar conta da realidade nacional e, a partir de então, contribuir de forma efetiva na consciência nacional. Dentro dessa nova perspectiva que começava a se desenhar para a sociologia e para as demais ciências sociais, despontaria, a partir dos anos 50, a figura de Florestan Fernandes e, em seu entorno, aquela que ficou conhecida como a Escola Paulista de Sociologia.

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes se confunde com a possibilidade de mobilidade social a partir da educação, bem como do exercício do magistério que permitia mudar radicalmente a vida das pessoas. Florestan era filho de uma empregada doméstica e foi criado por sua madrinha, que era a patroa de sua mãe. Trabalhou na adolescência como engraxate e vendedor, além de balconista de bar. Como havia parado de estudar, pois não podia parar de trabalhar, fez o curso de Madureza (atual suplência) para completar os estudos e, em 1941, ingressou no curso de ciências sociais, de onde, em 1943, sairia formado. Em 1947, defendeu Dissertação de Mestrado em Antropologia, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e sob a orientação de Hebert Baldus. Em 1951, defendeu Tese de Doutorado, na Universidade de São

⁹³ Cf. Maria Armanda do Nascimento Arruda, obra citada. P.130 - 131

⁹⁴ Cf. Maria Armanda Arruda, obra citada p.133.

Paulo seguindo o mesmo tema, Etnologia, com ensaio sobre a função da guerra na sociedade Tupinambá⁹⁵.

Nesse momento, a carreira de Florestan Fernandes começava a tomar contornos próprios, pois, em 1953, ele se tornou Livre-Docente e, em 1954, assumiu informalmente a cátedra da cadeira de Sociologia I, quando da partida de Roger Bastide para a França. A tese de cátedra é defendida, em 1964, com o ensaio: *A Integração do negro na sociedade de classes*, em que procura romper com a visão sobre a questão do negro que predominava nos estudos sobre a escravidão, desde o livro clássico de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*⁹⁶.

As mudanças ocorridas no processo de formação e de institucionalização das ciências sociais dentro da universidade de São Paulo podem ser diagnosticadas através da presença muito forte do estilo francês que predominou desde seu início. Quando da fundação da Universidade, Fernando de Azevedo deixou claro que seria necessário um corpo docente de alto nível, na medida em que, como ressaltamos, a FFCL teria uma função primordial de formar elites dirigentes. Dessa forma, a ida para a França de uma missão de educadores para contratar professores do meio universitário francês foi importante para o suporte intelectual que pensavam instituir na FFCL. A vinda de jovens professores franceses e seus métodos de pesquisa científica foi crucial para as primeiras gerações da faculdade que, com o retorno daqueles mestres à sua pátria, assumiriam as cadeiras das diversas disciplinas e, assim, dariam continuidade na escola de pensamento que aos poucos tomava corpo⁹⁷.

Em síntese aquilo que veio a ser conhecido como a Escola Paulista tinha como uma de suas principais características: “o rigor metodológico, abandono dos grandes

⁹⁵ A descrição acima se baseou na entrevista que seu filho, Florestan Fernandes Jr., concedeu ao documentário, feito pelo Congresso Nacional em 2004, sobre o próprio professor Florestan.

⁹⁶ Cf. Maria Arminda Arruda, obra citada p.152 e segs.

⁹⁷ Os professores franceses que vieram ao Brasil naquele momento ainda não possuíam status intelectual muito grande. Porém, posteriormente, provou-se ser uma das grandes gerações de cientistas sociais da própria França, responsável, principalmente, pela fundação e pelo surgimento de toda corrente estruturalista nos anos 50 e 60. Entre outros nomes fizeram parte da missão francesa no Brasil: Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Fernand Braudel, Pierre Frommont, Paul Hugon, Gilles-Gaстрon Granger, Martial Guérout. A marca da ciência social francesa, fortemente influenciada por Durkheim, bem como todo rigor metodológico de leitura filosófica de textos, imprimida aos diversos cursos, pautaram todo o desenvolvimento intelectual da FFCL. Cf. Fernanda Massi – “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras”, in: Miceli, Sérgio, org. *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume I, Finep. São Paulo.

panoramas históricos sobre a constituição da sociedade brasileira, em suma, o primado da explicação sobre a compreensão da história diferencia a análise sociológica, separando os autodidatas dos profissionais, modelando o especialista embebido na experiência universitária”⁹⁸.

A consolidação de uma escola sociológica, pautada pelo formato acima descrito, no decorrer dos anos 50 e 60 foi a marca que a trajetória de Florestan Fernandes impôs a FFCL e, nesse sentido, sua proeminência sobre os demais membros do curso das ciências sociais foi claramente percebida, fato, inclusive, que levou muito dos colegas de profissão a tomarem destinos diferentes em suas carreiras. Ao instituir dentro da carreira de Sociologia I todo um cabedal teórico e metodológico, procurando imprimir nas diversas gerações que se formavam o perfil do pesquisador acadêmico *tout court*, Florestan foi criando, junto de si, um grupo de professores que praticamente se tornou, por assim dizer, o grupo predominante dentro das ciências sociais, na FFCL⁹⁹.

Neste momento, é necessário ressaltar que, questões de caráter político, ou melhor, de política universitária começavam a tornar-se mais claras. Segundo relato de seus próprios assistentes, Florestan Fernandes não mediu esforços no sentido de estruturar a cadeira de Sociologia I, seja na forma como arregimentava seus assistentes, seja na inserção dos mesmos dentro da estrutura universitária (cargos no Conselho Universitário, alocação dos mesmos nas cadeiras das disciplinas) e, no limite, determinando o tipo de pesquisa que os mesmos iriam fazer. Como disse um de seus assistentes: “*Era duro, mas não era áspero. Incentivava. Tolhia às vezes para dar disciplina. Mas com os outros, como brigou*”¹⁰⁰.

⁹⁸ Cf. Maria Arminda Arruda, obra citada p. 133.

⁹⁹ A geração de sociólogos à qual pertencia Florestan, e que com ele formavam a primeira geração de professores da FFCL, tinha como principais nomes: Antonio Cândido de Mello e Souza, Lourival Gomes Machado, Azis Simão e Ruy Galvão de Andrade Coelho. Conforme Florestan se impunha academicamente dentro da cadeira de sociologia I os demais foram se deslocando para outros setores na Faculdade. Antonio Candido e Ruy Galvão transferiram-se para a Teoria Literária, Lourival para Ciência Política e, posteriormente, abandonou a Faculdade, transferindo-se para a ONU onde trabalharia na UNESCO, Azis Simão foi para Sociologia II. Exemplo claro da discrepância entre Florestan e os demais é o depoimento de Ruy Galvão ao dizer que “Florestan é uma ilha de sociologia cercado de literatura por todos os lados”. Cf. Maria Arminda Arruda, obra citada p.143 e segs.

¹⁰⁰ Cf. Fernando Henrique Cardoso. “A paixão pelo saber”, in: Maria Ângela D’Incao (org) *O saber militante*. Ensaios e homenagem a Florestan Fernandes. São Paulo. Paz e Terra, 1987.

Nesta época, a Faculdade de Filosofia já era, por assim dizer, um evento cultural da cidade e seus membros começam a ganhar destaque dentro da vida paulistana. Dentro da Universidade, no entanto, a questão começava a se inverter. À medida que ganhava *status*, a FFCL começava a ser “escanteada” das decisões de poder dentro da Universidade, o que, na verdade, constituía total paradoxo, visto que fora concebida para ser o centro de decisões institucionais dentro da universidade. Como bem relatou Leopoldo e Silva: “Uma vez posta a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como centro da Universidade, em termos de proposta de formação acadêmica, tratou-se logo de esvaziá-la como centro de poder universitário, para que a transformação acadêmica não repercutisse num deslocamento de poder”¹⁰¹.

Mesmo nessa situação, Florestan Fernandes não mediu esforços e, ainda que preterida dos foros superiores da Universidade, a FFCL continuava a marcar sua posição, por meio da produção acadêmica que começava a mostrar seus frutos. Aliás, era nesta questão que não se podia mais ignorar que a Faculdade de Filosofia era uma realidade do ponto de vista da produção intelectual da Universidade e que seus méritos acabavam por não ser mais contestados.

Resultante desta expansão foi a modificação que se impôs ao Conselho Universitário, no que diz respeito à contratação de professores assistentes, quando se conseguiu que esses assistentes passassem a ter jornada completa e seus vencimentos duplicados. Segundo relatou Novais: “foi o Fernando Henrique que como ex-aluno e fazendo parte do conselho universitário conseguiu que minha situação na cadeira de História Moderna e Contemporânea fosse modificada e que meu regime de contrato passasse a ser de tempo integral”¹⁰².

À medida que os assistentes da cadeira de Sociologia I galgavam postos na carreira acadêmica, as transformações dentro da própria estrutura da FFCL começavam também a acontecer; os assistentes passaram a ter luz própria e, assim, iam saindo da “tutela” de seus mestres. Com os assistentes de Florestan não foi diferente, conforme começavam a completar suas dissertações de mestrado e suas teses de doutorado,

¹⁰¹ Cf. Franklin Leopoldo e Silva, obra citada p.14.

¹⁰² Entrevista concedida a nós por Fernando Antonio Novais.

estes intelectuais lançava-se, então, na carreira própria, inclusive passando a competir com o próprio mestre.

O fato de centrar nossas explicações sobre a figura de Florestan Fernandes para entendermos melhor o surgimento daquilo que se convencionou chamar de Escola Paulista, não implica dizer que o processo estivesse restrito somente ao próprio professor Florestan. Na verdade, após a o retorno dos mestres franceses, em todos os departamentos da FFCL foram criadas cátedras de peso e que, no conjunto, mostram o valor intelectual da própria Faculdade.

Vejamos o caso da cadeira de História: em 1950, o professor Eduardo de Oliveira França tornou-se catedrático na cadeira de História Moderna e Contemporânea e permaneceria nela até meados dos anos 80. Para a cátedra de História Geral da Civilização Brasileira foi convidado, para assumir em 1957, o Professor Sérgio Buarque de Holanda que, desde 1944, era o diretor do Museu Paulista, permanecendo na Faculdade até 1964¹⁰³.

Além dessa questão e também não menos importante é o fato de que a Universidade, envolta com os problemas da institucionalização da pesquisa social brasileira, acabou por, talvez, afastar-se das questões cotidianas da vida política nacional. O fato, observado por autores em maior ou menor peso, revela que, em busca da excelência intelectual e científica, a Faculdade abdicou de discutir, no âmbito universitário, as mudanças em curso dentro do país, e como a sociedade, também aos poucos, passava a mudar de feição, fosse através das mudanças na estrutura econômica, ou na questão dos costumes, com o advento da sociedade de consumo de massas que, embora incipiente, já era uma realidade presente.

A chamada escola paulista congregou, pois, uma lógica de pesquisa acadêmica nos diversos cursos da faculdade de Filosofia e, com isso, procurou impor um perfil de rigor e excelência intelectual que a diferenciou das demais instituições de ensino superior no país. Nesse aspecto, a posição que a FFCL começaria a ocupar nos debates intelectuais brasileiros faria com que, a partir dos anos 50 e 60, ela também passasse a se ocupar das questões relativas à formação de uma nação moderna, em que a instauração de um Modo de Produção Capitalista começava a tomar contornos

¹⁰³ Cf. Maria Arminda Arruda, obra citada, p.212 e segs.

definitivos. Nos anos 50 e 60, tanto a aceleração vertiginosa da industrialização por um lado quanto o surgimento de uma *intelligentsia* capaz que pensar o país em termos nacionais por outro, formarão o caldo de cultura fértil para as transformações sociais, econômicas e ideológicas no país.

Capítulo 3

O Brasil nos anos 50: industrialização e democracia

No capítulo anterior, procuramos mostrar a trajetória da institucionalização da universidade, dentro do contexto das transformações sócio-econômicas pelas quais o Brasil passou. Nesse sentido, tanto a criação quanto o desenvolvimento da Universidade de São Paulo, bem como da sociedade e do país como um todo, a partir dos anos 30, faz com que os anos 50 sejam vistos como um período em que as principais características dessas transformações, iniciadas a partir dos anos 30, começam a tomar um contorno bem definido. O processo de industrialização que praticamente se consolidou nos anos 50, com os novos desafios também decorrentes daquele processo, faz desse período da História republicana brasileira um momento importante para as nossas análises.

Após a Revolução de 1930 e a formação do Governo Provisório sob a liderança de Getúlio Vargas, o Brasil inaugurou um novo momento histórico de sua vida republicana. Sob o governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, foram lançados os alicerces sobre os quais se erigiria o novo modelo de Estado, capaz de conduzir o processo de construção do moderno Estado capitalista no Brasil. Mais do que isto, foi a partir de uma forma de Estado, com condições para intervir nos setores mais diversos da vida sócio-econômica do país, que o Brasil teve possibilidade de prosseguir em um vigoroso processo de desenvolvimento econômico e social, apto a moldar a face moderna da sociedade capitalista brasileira, tal qual a conhecemos agora.

Como diz Draibe em seu estudo sob a constituição do Estado brasileiro após 1930: “Nessa etapa crucial de constituição do capitalismo industrial e do Estado capitalista no Brasil, condensam-se, simultaneamente, num curto período histórico, as múltiplas faces de um processo de organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista, cuja forma, incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e

peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial”¹⁰⁴.

O fato é que, a partir de 1930 e da nova conjuntura política que se iniciava, a construção de um novo Estado que procurasse expandir-se em todos os níveis e articulações da vida social e econômica seria a tônica e a linha de frente. Pode-se perguntar o porquê da proeminência do Estado nesse processo, seja do ponto de vista da criação e articulação de toda uma burocracia e tecnocracias capazes de gerir e dar conta da nova realidade que se iniciava, seja como principal condutor e líder de todo processo de industrialização.

Seguindo o argumento de Draibe, o Estado que surgiu como principal ator desta nova cena política do país, não resultou da lógica da luta de classes na sociedade brasileira, pois nenhuma classe ou grupo social foi capaz de lançar-se como artífice e condutor de um “novo momento histórico”, aberto pelo movimento de outubro de 1930.

Segundo a autora: “... a importância, o caráter fundamental, necessário e o profundo grau de atuação do Estado na constituição do capitalismo e da sociedade burguesa no Brasil, [se dá],... De uma à outra fase da industrialização, com autonomia, força e capacidade de iniciativa, o Estado brasileiro planejou, regulou e interveio nos mercados, e tornou-se ele próprio produtor e empresário; através de seus gastos e investimentos, coordenou o ritmo e os rumos da economia e, através de seus aparelhos e instrumentos, controlou e se imiscuiu até o âmago da acumulação capitalista. Do ponto de vista social e político, regulou as relações sociais, absorveu no interior de suas estruturas os interesses sociais e se transformou numa arena de conflitos, todos eles politizados, mediados e arbitrados pelos seus agentes. Debilitou as instituições representativas e solapou as formas autônomas de aglutinação e expressão de interesses e conflitos. Manifestou-se como Executivo forte, como aparelho burocrático-administrativo moderno e complexo e passou a operar através de um corpo cada vez maior e mais sofisticado de funcionários, os novos burocratas, metamorfoseados, nestas circunstâncias, em aparente tecnocracia”¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Cf. Sônia Draibe – *Rumos e Metamorfoses*, 1ª ed. – Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1985. p.82

¹⁰⁵ Cf. Sônia Draibe, obra citada, p. 20.

Com efeito, não resta nenhuma dúvida de como só o novo Estado, surgido dos anos 30, foi capaz de aglutinar em si tamanha estrutura e condições para conduzir o país na trilha da modernização capitalista. Nesse sentido é também interessante o que diz Cardoso acerca do papel do Estado na constituição do capitalismo brasileiro.

Diz o autor: “No caso brasileiro, o crescimento industrial obtido pela iniciativa privada até a década de 1950 foi, por assim dizer, empírico, isto é, os capitais eram aplicados nos setores que, a curto prazo, davam maiores lucros, num movimento contínuo de adaptação gradativa às circunstâncias econômicas. Para ultrapassar o subdesenvolvimento era necessário conduzir a ação econômica por um tipo de orientação valorativa que visse nas modificações estruturais da economia, todas de longo prazo, a razão e aspiração de lucro em incentivo e alvo indireto. Numa economia onde a taxa de acumulação é alta, o volume dos lucros grandes e as decisões econômicas são autônomas, este cometimento pode ser empreendido pela burguesia nacional. Numa economia subdesenvolvida, que se caracteriza por condições opostas a estas, para que a iniciativa privada se lance à proeza do desenvolvimento é preciso que haja apoio maciço de recursos externos de capital ou que o estado carregue a poupança nacional e canalize as energias criadoras da Nação para a iniciativa privada”¹⁰⁶.

Acerca, ainda, da questão da importância do Estado no processo de constituição do capitalismo diz Cardoso de Mello: “Nem todos os investimentos podem, portanto, ser induzidos pela procura preexistente, mas é preciso que alguns antecipem a demanda, especialmente os investimentos de base, o que exige a presença ativa do Estado (uma vez que não se crê muito nos empresários schumpeterianos)”¹⁰⁷. E adiante: “Nestas circunstâncias, o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infra-estrutura assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidário a um esquema privado de acumulação que repousava em bases técnicas ainda estreitas”¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Cf. Fernando Henrique Cardoso – *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 3ª edição. 1975. p. 83,84.

¹⁰⁷ Cf. João Manuel Cardoso de Mello, obra citada p.100.

¹⁰⁸ Cf. João Manuel Cardoso de Mello, obra citada p. 121.

Não restam dúvidas, seguindo o raciocínio dos autores citados, do papel demiúrgico do Estado brasileiro, pós 1930, na constituição do capitalismo moderno, como também de toda a estruturação das classes sociais no Brasil. A trajetória de expansão do Estado em diversas áreas de atuação, bem como a implementação de uma burocracia pública capaz de dotar o Estado de uma estrutura extremamente grande que, por conseguinte, pôde conduzir todas as transformações sócio-econômicas por que o país passou nos anos seguintes ao fim da república velha. Dessa forma, é correto afirmar que praticamente é o Novo Estado brasileiro, autônomo em relação às classes, não as desprezando e sim congregando-as dentro do aparelho estatal de forma a conseguir tutelá-las, que conduzirá o país rumo à modernização capitalista, consolidando-a já em fins dos anos 50.

No entanto, também é necessário observar como, politicamente, o Estado pôde coordenar essa tortuosa travessia rumo à modernização, melhor dizendo, como as articulações dentro dos poderes da república puderam ofertar ao Estado condição para lançar-se na rota de construção e consolidação do capitalismo no Brasil. Ainda, segundo Draibe, do ponto de vista político, o “mecanismo de reprodução política da autonomia do estado manifestou-se exatamente na sua capacidade de atendimento – através de suas políticas - de interesses múltiplos, heterogêneos, ao reequilibrar, dentro de suas estruturas, interesses sociais tendencialmente desequilibrados”¹⁰⁹.

O Estado eleva-se, pois, acima dos interesses específicos das classes, objetivando o interesse maior de construção de novas bases sociais para o novo modelo de desenvolvimento que se iniciava. Mais que isso, ao construir todo um aparelho de proteção social para os setores urbanos, acrescida da institucionalização de uma nova forma de sindicalismo, que tem no Estado o principal mediador, os conflitos possíveis seriam pormenorizados. No que diz respeito aos interesses das classes dominantes, a ausência de uma solução para as questões do campo e a condução do projeto de industrialização mantiveram para elas (que gostaríamos de ressaltar em nenhum instante sequer se propuseram e se comportaram como classe dirigente) o mesmo padrão de acumulação e de consumo, ou seja, em nenhum momento se sentiram diminuídas pelo Estado.

¹⁰⁹ Cf. Sônia Draibe, obra citada p. 43.

Convém destacar que, excluindo o período de exceção, entre 1937-1945, as questões políticas sempre se detiveram na lógica das disputas político-democráticas, em que os partidos e os diversos grupos políticos procuraram fazer expressar seus mais diversos interesses dentro do aparelho de Estado, ou seja, as disputas intestinas dentro do aparelho burocrático foram uma tônica na política brasileira daquele período.

Nesse aspecto, destaca-se um problema: no mesmo momento em que o Estado se estruturava através do surgimento de uma nova burocracia assentada em bases técnicas, constituía-se um aparelho de proteção social capaz de incluir as massas urbanas economicamente na estrutura de modernização capitalista que surgia e se consolidava, porém, permaneciam dentro do Estado setores tradicionais do funcionalismo que expressavam modos arcaicos de patrimonialização do Estado e setores que praticavam formas clientelísticas de expansão do aparelho estatal. Essa grande congregação de diversos interesses dentro da burocracia estatal, porém, não impediu o Estado de se consolidar como estrutura capaz de comandar o processo de industrialização e modernização capitalista no Brasil.

Do ponto de vista dos arranjos políticos, melhor dizendo, da lógica de disputa entre os partidos políticos no Brasil, a dificuldade pode ser colocada nos seguintes termos: um primeiro momento que vai do fim do regime oligárquico, em 1930, até a crise do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, quando o que temos de mais característico é a ausência de partidos políticos da cena nacional, em que pesem as forças aglutinadas pelo menos até 1937 - antes do golpe de Estado - entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e de outro lado a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Num segundo momento, após o fim do Estado Novo e da promulgação de uma nova carta Constitucional, em 1946, quando da restauração política que se fazia em torno dos seguintes partidos: União Democrática Nacional (UDN); Partido Social-Democrático (PSD); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, por fim, o Partido Comunista Brasileiro que, apesar de ter sido fundado em 1922, sempre sofreu pelas várias perseguições, no âmbito político institucional brasileiro.

A respeito do primeiro momento, que vai desde a dissolução dos partidos políticos da primeira República até o fim do Estado Novo, a reorganização partidária teve dois outros momentos: entre 1930 e 1934 a lógica da continuidade, quando os

Partidos republicanos regionais e o Partido Democrático continuaram existindo até sua dissolução, em 1934. A partir de então, o espectro político vai se circunscrever a duas agremiações: de um lado a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que tem na figura dos comunistas e, em Luis Carlos Prestes, seu principal líder. De outro lado a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado e de caráter fascista.

No desenrolar do período, em 1935, um levante puramente militar, sem nenhuma característica ideológica de esquerda, porém denominada Intentona Comunista, eclodiu em quartéis do Exército pelo país. Prontamente debelado e controlado pelo Governo, o levante acabou por levar à prisão vários líderes comunistas, inclusive Luís Carlos Prestes. Colocada na clandestinidade, a ANL desaparece e somente a AIB continua com *status* de organização partidária no país.

Em 1937, também acusados de arquitetar um plano para tomar o poder, os integralistas foram perseguidos e colocados na clandestinidade e, em nesse mesmo ano, por conta de um suposto plano de derrubada do Presidente Getúlio Vargas, foi deflagrado, pelos comandantes militares da época, generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, o golpe que instauraria o Estado Novo no país. Durante o Estado Novo, então, não existiram organizações partidárias, e a oposição política ao regime ficou caracterizada pelos ataques ao Governo devido ao seu caráter autoritário. Nessa conjunção de forças, os antigos adversários do Governo em 1932 voltaram à carga contra o Estado Novo, chegando ao limite de compará-lo aos estados totalitários de direita da Europa, à época.

No ano de 1945, o então presidente Getúlio Vargas, politicamente ,delineava o fim do regime de exceção, instaurado em 1937. Primeiramente, essa atitude por parte de Vargas demonstra, entre outras coisas, que a forte oposição que o Governo sofria começava a se tornar insustentável, por parte de setores descontentes do Governo, ou de setores da sociedade, inclusive militares, que não apoiavam mais o regime. Não obstante, coube ao próprio Presidente sinalizar a abertura, através das seguintes medidas: o Decreto-lei 7586 que regulamentava os partidos políticos, a anistia a todos

os presos políticos do regime e, marcando para 2 de Dezembro do mesmo ano, eleições presidenciais e legislativas¹¹⁰.

De fato, a lógica de uma abertura democrática era reivindicada por todos os setores da sociedade e não restava ao Presidente alternativa que não o fim do regime do Estado Novo. Porém, suas ações foram poucas em relação ao desenrolar dos acontecimentos do ano de 1945. É fato que não só as atitudes tomadas pelo Governo “em tese” não foram satisfatórias, como o fim do Estado Novo se fez sob a forma de golpe de estado liderado pelos ministros militares de Getúlio, no caso o general Eurico Gaspar Dutra e o General Góis Monteiro, ambos que, em 1937, deram suporte para o golpe do Estado Novo e apoiaram Vargas naquele evento¹¹¹.

Portanto, a configuração da Nova República, em 1945, após o golpe que depôs Getúlio Vargas, garantiu as eleições marcadas para dezembro, nas quais o general Eurico Gaspar Dutra concorrendo pelo PSD contra o candidato udenista Eduardo Gomes saiu vitorioso e, no ano seguinte, foi instalada uma Assembléia Nacional Constituinte que promulgaria uma nova Constituição no mesmo ano.

Analisando os quatro governos constitucionais entre 1946 e 1964, do ponto de vista estritamente político, podemos argumentar que a reordenação política do país se sustentava em torno daqueles quatro partidos e, em 1948, o Partido Comunista Brasileiro teve seu registro eleitoral cassado pelo Supremo Tribunal Federal, o que fez com que apenas UDN, PSD e PTB continuassem participando da vida política do país.

Os partidos políticos surgidos em 1945 podem ser definidos, genericamente, da seguinte maneira: A UDN basicamente era composta por pessoas que tinham no antigetulismo sua principal convicção política. Organizada em torno dos autores do manifesto mineiro de 1943 e de membros da classe dominante paulista e paulistana oriundas do antigo Partido democrático, além de jornalistas e intelectuais, alguns até de esquerda, que irmanados no repúdio ao Estado Novo e ao seu governante, apoiavam a candidatura de Eduardo Gomes à presidência. Em suma, eram liberais que jamais

¹¹⁰ Maria Vitória Benevides – *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e Estabilidade política*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra. 3ª edição. 1979.

A UDN e o Udenismo, ambigüidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

¹¹¹ Cf. João Quartim de Moraes, “Concepções Comunistas do Brasil Democrático: Esperanças e Crispações (1944-1954)”, in: *História do marxismo no Brasil. Vol III, Teorias e Interpretações*. São Paulo, Ed. Unicamp, 1998.

propuseram um programa plausível de governo para o país, mesmo que fosse um projeto liberal-conservador com os quais, inclusive, batiam as convicções de seus membros.

Na verdade, mesmo a UDN teve como principal característica o golpismo puro e simples e que não poupou forças nas crises entre 54 e 56, quando, praticamente, instaurou um estado de denunciamento que levou ao suicídio o Presidente Vargas e quase impediu a posse de Juscelino Kubitschek, além de eleger a corrupção e os desmandos do Governo como causa de nossa miséria. Não surpreende, pois, que jamais tivessem alcançado vitórias eleitorais expressivas no país, até o dobrar de sinos de 1964.

O Partido Social Democrático, fundado também em 1945, reunia grupos pertencentes à burocracia de Estado, no caso antigos interventores do período anterior, proprietários rurais, advogados e comerciantes. Com certeza, foi o principal partido do período 1946 – 1964, capaz de dar sustentação no Congresso ou no Senado, pois, praticamente, sempre elegeu as maiores bancadas legislativa do período, além de eleger dois presidentes e apoiar Vargas na coligação em 1950¹¹².

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) surgiu do movimento queremista que defendia a continuação de Getúlio no poder em 1945 e sua principal característica era aglutinar as novas forças sociais produzidas pela transformação sócio-econômica, principalmente o novo operariado urbano, visando tirá-lo da órbita dos comunistas nas respectivas organizações sindicais. Como disse Benevides: *“Getúlio concebia o PTB como o partido que teria a missão saneadora na classe operária, servindo de anteparo entre os sindicatos e os comunistas”*¹¹³. Mais do que isto, o PTB organizou com o PSD a aliança que sustentou praticamente todos os governos da república ante o golpismo udenista presente no país, seja através do próprio partido, seja pelos órgãos de imprensa controlados pela UDN ¹¹⁴.

¹¹² Pelo PSD, elegeram-se Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek, além de apoiar Getúlio no pleito de 1950. Maria Vitória Benevides. *O Governo Kubitschek*, obra citada p.62,63 e segs.

¹¹³ Cf. Maria Vitória Benevides, obra citada p. 64 e segs.

¹¹⁴ A principal figura que explicitava o caráter de partido golpista por parte da UDN era, sem dúvida, o jornalista e deputado Carlos Lacerda, então presidente do jornal “A Tribuna da Imprensa”, que durante o segundo governo Vargas foi praticamente o escudeiro do anti-varguismo e que no limite levou a crise de agosto de 1954. Numa alusão sobre o que pensava Lacerda tem o suposto ditado por ele proferido: Se ele se candidatar não podemos deixar ganhar; se ele ganhar não podemos deixar tomar posse; se ele tomar posse não podemos deixar governar.

Em linhas gerais, esses eram os atores políticos da cena brasileira entre 1946 e 1964, além das profundas transformações do Estado e da sociedade no período. Embora seja ainda necessário esclarecer que o país atravessava um momento muito peculiar de sua história, momento esse em que parecia estar entrando em uma era de modernização e desenvolvimento capaz de transformar por completo o país. Como disseram Novais e Cardoso de Mello:

“Os mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. (...) Na década de 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância”¹¹⁵.

Não nos restam dúvidas de que, realmente, tanto as transformações de caráter econômico com a industrialização comandada pelo Estado e que fazia com que o país tivesse taxas de crescimento econômico robustas, como também pelas transformações políticas que, bem ou mal, traziam à baila as disputas e contradições entre as classes sociais, fizeram do período, por nós estudado, uma época extremamente fecunda. Certamente, também trouxeram para a Universidade, envolvida nesse processo, problemas e questões que seriam enfrentados dentro do debate ideológico que se configurava no período. Nesse sentido, cabe-nos identificar como tal debate se configurava e como os atores envolvidos no debate nele se posicionaram.

Dentro das transformações pelas quais o país estava passando nos anos 50, importa explicar que as decisões de Estado por parte dos respectivos governos sempre estiveram respaldadas por instituições que se constituíram dentro e fora do Estado e formularam as políticas governamentais. Nesse sentido, para o objeto de discussão de

¹¹⁵ Cf. Fernando Antonio Novais e João Manuel Cardoso de Mello, “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”, in: *História da Vida Privada no Brasil*, vol. IV. São Paulo. Cia. Das Letras. 1998.

nosso trabalho, duas instituições merecem nossa especial atenção, e cada uma dentro de posição bem clara no âmbito do Estado e das disputas ideológicas e acadêmicas.

A escolha dessas instituições, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) tem sua razão de ser, pois foram as que contribuíram sobremaneira para as políticas de caráter governamental no país, como também para uma arena de debates e disputas ideológicas, inclusive com a Academia, no que diz respeito aos rumos da modernização capitalista no Brasil. Portanto, analisar tanto a CEPAL quanto o ISEB, no que diz respeito às suas principais características, servirá para mostrar-nos quais eram as bases políticas e ideológicas do debate acadêmico do período objeto de nossa discussão... Em suma, a questão do desenvolvimento, na época, era o principal conteúdo de debates e de propostas concretas para o país que as duas instituições lançavam e dentro disto não se pode desmerecer a importância de ambos.

3.1 - ISEB e a sociologia da realidade Nacional.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado pelo Decreto-lei nº 57.608, de 14 de julho de 1955, no exercício da presidência de João Café Filho, que assumiu o Governo após o suicídio do presidente Getúlio Vargas. O ISEB foi extinto em 13 de abril de 1964, por força do Decreto nº 53.884, assinado pelo presidente em exercício, Paschoal Ranieri Mazzili, quando da deposição militar do então Presidente João Goulart.

Do ponto de vista estratégico, o Instituto começou a ser concebido ainda durante o Governo Vargas e tinha como intenção substituir o então Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), cuja principal tarefa era assessorar o Governo nas tarefas e matérias que o moderno Estado capitalista Brasileiro deveria realizar. Para levar a cabo o projeto, reuniu-se um grupo de intelectuais sob a liderança de Hélio Jaguaribe, que ficou conhecido como “Grupo de Itatiaia” que, ao fim, acabou desembocando no que se constituiu o ISEB.

Do ponto de vista normativo, o ISEB estava diretamente subordinado ao Ministério da Educação e à Casa Civil, porém com total autonomia administrativa e plena liberdade de pesquisa, opinião e cátedra¹¹⁶. Segundo Navarro de Toledo¹¹⁷, o ISEB tinha como principal característica construir uma ideologia capaz de viabilizar um projeto político e intelectual que visasse impulsionar o desenvolvimento do país. Na medida em que o ISEB se tornou um órgão de estado, a principal característica presente desde sua criação, entre outras, era a formulação de políticas que viessem transformar e consolidar as mudanças sociais e econômicas no país através de uma política de desenvolvimento sócio-econômico.

O grupo de intelectuais que veio a tornar-se o “núcleo duro” do Instituto era composto pelos seguintes nomes: Hélio Jaguaribe, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos e Roland Corbisier. Apesar de formações totalmente distintas, uniam esses intelectuais alguns pontos de vista em comum. Do ponto de vista teórico, buscavam fazer uma crítica às limitações que possuíam o positivismo e o marxismo no que diz respeito à análise social do país e, ao mesmo tempo, procurando construir uma ideologia que pudesse dar conta da problemática sócio-cultural daquele tempo.

No que toca a essa primeira aproximação, temos duas questões importantes sobre o ISEB: o antimarxismo e o antipositivismo que predominaram nas análises do Instituto. Mais do que isto, o ISEB visava “através das análises econômica, social, cultural e política da realidade brasileira, fundamentalmente contribuir para a formulação de uma ideologia estrutural e faseologicamente adequada à mobilização da sociedade brasileira para os esforços necessários à realização do projeto de desenvolvimento nacional. Essa ideologia era o nacionalismo desenvolvimentista”¹¹⁸.

Navarro de Toledo diz, claramente, que essa primeira fase do ISEB teve como principal característica o perfil moderado, melhor dizendo, de centro-esquerda no que diz respeito à opção política do grupo. Posteriormente, dir-se-ia que o Instituto

¹¹⁶ Caio Navarro de Toledo numa obra importante, senão única sobre o assunto. “*ISEB – Fábrica de Ideologias*”. São Paulo. Ed. Unicamp. 1997.

¹¹⁷ Cf. Caio Navarro de Toledo. *ISEB – Fábrica de Ideologias*. São Paulo. Ed. Unicamp. 1997. É também seu interessante estudo: “Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo”. In: *História do marxismo no Brasil*. vol. III. São Paulo. Ed. Unicamp. 1998.

¹¹⁸ Cf. Caio Navarro de Toledo, obra citada p. 10 e segs.

caminhou para uma posição de radicalismo de esquerda, ainda notadamente antimarxista, com características de um socialismo populista.

Tomando como referência os escritos de Hélio Jaguaribe, Navarro de Toledo procurará explicar no que consistia essa ideologia nacional-desenvolvimentista e quais pressupostos permeavam sua posição. Segundo a análise de Navarro, a posição que Jaguaribe defendeu no ISEB dizia respeito ao nacionalismo e à existência de uma burguesia nacional nos anos 50 e 60 e, mais que isto, era necessário conclamar essa categoria social a se tornar classe dirigente, diante do processo de desenvolvimento e de afirmação da autonomia nacional. Como diz o próprio Jaguaribe: “A burguesia nacional era o setor que dispunha objetivamente da capacidade de liderar o processo do desenvolvimento nacional e de imprimir à formulação ideológica de seus interesses situacionais um sentido que, ademais de representativo de tais interesses era naquelas condições o mais conveniente para o conjunto do país”¹¹⁹.

Mais tarde, em meio ao processo de ruptura de 1964 e a frustração do projeto nacional-desenvolvimentista, o diagnóstico de que a burguesia não correspondera às análises e às expectativas dos ideólogos do ISEB dirá Jaguaribe: “Insuficientemente compenetrada quer de seus interesses de classe quer de seu papel sociopolítico, a burguesia brasileira foi influenciada do exterior no sentido de enfatizar as suas características burguesas em detrimento de seus traços nacionais; foi levada a fazer, absurdamente, causa comum com os velhos setores tradicionalistas avessos à interpretação estatal no domínio econômico”¹²⁰.

O que se pode concluir sobre o diagnóstico plenamente realista, no que diz respeito aos caminhos que tomaram as classes dominantes e dirigentes do país em face ao projeto de modernização capitalista implícito na ideologia isebiana?

Primeiramente, é necessário entender em quais pressupostos se assentavam a ideologia nacional-desenvolvimentista, para a qual se conclamava a sociedade a fazer parte. Segundo, como se portavam, à época, as forças políticas e o próprio Governo no período de primeira, existência do ISEB, pois, no caso, estávamos em pleno governo Kubitschek e no momento de implementação do bem sucedido Plano de Metas. Mais

¹¹⁹ Hélio Jaguaribe – *Desenvolvimento econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1969, p. 217.

¹²⁰ Hélio Jaguaribe, obra citada p. 218.

que isto até, pois se verificavam, concretamente, algumas conseqüências que se faziam sentir no âmbito de todos os setores da sociedade, fosse na questão de reivindicações salariais dos trabalhadores, fosse na questão do processo inflacionário já preocupante no país¹²¹.

Sobre isso parece que a proposta isebiana estava assentada em pressupostos da realidade concreta do Brasil e que, de certa forma, seus intelectuais procuravam rejeitar algumas das “ideologias” que permeavam nosso espectro intelectual. Criava-se, então, na nossa forma de ver, uma situação de voluntarismo político, em que a chamada classe média, em suas mais variadas matizes (tradicional, conservadora, burocracia estatal), seria a portadora de um projeto de modernização brasileira, alicerçada no aparelho estatal. Assim sendo, partia-se, em nosso juízo, de uma visão que, no mínimo, desconhecia a profunda fragmentação político-ideológica desse setor social e suas mais variadas disputas sociais e econômicas.

Apostar na classe média brasileira, incipiente e crescendo muito vagarosamente em termos populacionais, como agente político de transformação no país foi uma falha sobre a qual os intelectuais isebianos, posteriormente, teriam que se debruçar. A título de exemplo, a eleição de Juscelino foi, talvez, a mais problemática do período democrático entre 46 e 64, pois, não só foram freqüentes os golpes oriundos de setores das Forças Armadas, como a própria coalizão partidária PTB-PSD se viu em meio a uma crise sem precedentes¹²².

Se couber alguma crítica ao projeto do ISEB, esta só pode residir na questão de que não apenas não existia uma fração de classe hegemônica capaz de conduzir o projeto, como o próprio Estado – esse, sim, condutor de fato e de direito – sofria ataques dos mais variados setores e dos mais diversos grupos de interesses. Então, ao dar ênfase a esses mesmos grupos como condutores do projeto, fez com que o projeto isebiano adquirisse um caráter de aposta nestes mesmos setores sem, contudo, avaliar quais eram realmente os interesse que os moviam.

¹²¹ Sobre as questões econômicas no período do plano de metas a nossa principal referência é Carlos Lessa – *Quinze Anos de Política Econômica*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 4ª edição. 1983.

¹²² Cf. Maria Vitória Benevides, obra citada. p. 150

Os próprios intelectuais do ISEB posteriormente admitiriam que o Instituto fora alvo de críticas ferozes e veementes pelos setores conservadores da sociedade quanto ao projeto “estatizante” que denominava o ISEB.

Porém, não é só na perspectiva de um órgão governamental e em sua proposta de projeto nacional que devemos analisar o ISEB. Caso o consideremos como uma instituição acadêmico-intelectual, é também sob esse ponto de vista que devemos analisá-lo, perante o universo acadêmico e científico da época. A primeira pergunta a ser feita, então seria: quais questões devem ser observadas nas análises da postura acadêmica do ISEB?

Concebido como um órgão acadêmico e autônomo, o ISEB tinha como principal característica ser um centro de estudos e aglutinador de idéias de diversos matizes ideológicos. O fato de estar subordinado ao Ministério da Educação e à Casa Civil, não tirava do ISEB seu *status* de órgão acadêmico por excelência. Neste sentido, as críticas pelo fato de serem intelectuais da ordem no Brasil não apenas são falsas, como também diminuem sensivelmente as contribuições isebianas para o desenvolvimento do país.

Pensamos que sua relação com a Sociologia, que também se exercia nas universidades, tenha sido o ponto fundamental, especialmente no que diz respeito ao debate que supostamente acontecia com a Sociologia que se praticava em São Paulo, através da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, ou como se denominou chamar-se Escola paulista. Nessa perspectiva, a grande discussão dizia respeito, por um lado, à falta de rigor científico metodológico nos intelectuais isebianos, face ao extremo rigor acadêmico por parte dos intelectuais paulistas, enquanto no Rio de Janeiro, ao contrário, a atividade intelectual não podia se distanciar da prática social e política.

Ao analisar isso, Pecault coloca a questão nos seguintes termos: “*No Rio de Janeiro, o papel do intelectual implica uma intervenção direta no campo político e a reivindicação de uma representatividade popular e nacional. Já em São Paulo, remete antes à inserção num meio específico de inter-reconhecimento e à referência a normas gerais do trabalho teórico*”.¹²³

¹²³ Cf. Daniel Pecault – *Os Intelectuais e a política no Brasil* – São Paulo – Editora Ática. 1990. p.195.

No mesmo sentido, diz Arruda: “... *há uma conjunção de fatores a explicar o afastamento das reflexões dos debates mais agudos que ocupavam a cena política. Dentre eles, certamente, o impulso em direção ao discurso científico aparta as análises das polêmicas ardorosas. Diferentemente do IBESP e do ISEB, os cientistas sociais da USP construíram um projeto científico que se autojustificava. Distancia-se, por isso, da tradição do pensamento social brasileiro*”¹²⁴.

Resumindo, enquanto em São Paulo a ciência social caminhava rumo ao que podemos chamar de excelência intelectual a qualquer custo, inclusive o distanciamento sobre os debates acerca da problemática nacional, no Rio de Janeiro, ao contrário, a atividade intelectual não podia se distanciar da prática social e política.

Em suma, se considerarmos que esta seria a principal lacuna para a ausência de um debate entre uspianos e isebianos, isto nos leva a problematizar que não era apenas uma questão de postura, uma mais rigorosa intelectualmente do que a outra e outra menos, pelo contrário, achamos que foi este sim, o campo delimitado para o que consideramos uma disputa acadêmica científica. Ao adotar, pois, uma postura distante dos debates sobre a realidade social e política brasileira em prol de um método de rigor acadêmico, o que os sociólogos paulistas faziam era delimitar sua posição dentro do campo de batalha intelectual (aquilo que Kant denominou de *Kampfplatz*) na qual, tanto isebianos quanto uspianos, estavam inseridos. Da mesma forma, os isebianos ao tomarem a posição de uma postura acadêmica e publicista, ao mesmo tempo, também fincavam sua bandeira neste campo de batalha.

No limite, a partir do momento em que comunidades científicas tomam para si os paradigmas assumidos e deles se utilizam como equipamentos e “armas” dentro do debate acadêmico, estão demarcadas as linhas em que tal disputa ocorrerá¹²⁵.

No que diz respeito ao confronto entre o ISEB e a Escola Paulista, cabe notar um último aspecto que trata ao modelo e método franceses que impuseram à marca da Sociologia Paulista e que, como dito, dizia respeito à questão de como a Sociologia deveria ser tratada como domínio do saber. Foi neste sentido que o próprio fundador da

¹²⁴ Cf. Maria Arminda do nascimento Arruda – *Metrópole e Cultura* – São Paulo – Edusc – 2001.

¹²⁵ Thomas Kuhn – *A estrutura das revoluções científicas* – tradução port. 2ª edição – São Paulo – ed. Perspectiva. 1978. p. 220, 221

escola paulista, Florestan Fernandes, problematizou e polemizou com Guerreiro Ramos, um dos importantes nomes do ISEB. Conforme Arruda:

*“A polêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é ilustrativa do cenário no qual a reflexão sociológica se desenvolve. De um lado, o professor paulista, convencido de que somente a partir de procedimentos científicos e dotado de princípios gerais é possível pensar os problemas d sua própria sociedade (...) De outro, o intelectual baiano, radicado no Rio de Janeiro propugnado por um pensamento sociológico autônomo frente ao produzido no estrangeiro e comprometido com a realidade nacional”*¹²⁶.

Mais adiante, Arruda conclui a questão da polêmica nos seguintes termos: *“Naturalmente, o debate por si só envolve perspectivas opostas sobre a relação do pensamento sociológico com a dinâmica histórica do período (...) As divergências de concepções passam por outros projetos disciplinares e políticos, explicitam-se na eleição dos interlocutores: a de São Paulo dirige-se para a construção de uma agenda de investigação a partir da sociedade; a do Rio de Janeiro privilegia a interlocução com o estado”*¹²⁷.

Como assinalou Navarro de Toledo, foi dos paulistas que partiu uma autocrítica a respeito de suas posições com relação ao ISEB, quando *“reconheceram a existência de preconceitos bloqueando uma colaboração intelectual que poderia ter sido extremamente fecunda”*¹²⁸. Com certeza, se o debate fosse possível nos anos 50, talvez ocorresse o amadurecimento das ciências sociais no Brasil e o amadurecimento das questões substantivas, no que diz respeito às transformações sociais no período.

Porém, não é somente com o ISEB que podemos identificar os problemas de disputas acadêmicas pela Escola Paulista de Sociologia. O surgimento, nos anos 50, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), instituição fundamental para compreendermos a realidade dos países latino-americanos – principalmente, após o fim da Segunda Guerra – e que foi responsável pelos projetos de industrialização das nações da periferia capitalista latino-americana, será ele também uma instituição

¹²⁶ Cf. Maria Arminda Arruda, obra citada p. 237.

¹²⁷ Cf. Maria Arminda Arruda, obra citada p. 240.

¹²⁸ Cf. Caio Navarro Toledo, obra citada p. 270.

importante para o diálogo com a ciência social uspiana e, com certeza, foi responsável pelo ressurgimento do marxismo no período¹²⁹. Em suma, foi com o surgimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) com o debate sobre as realidades dos países periféricos, que se colocou a ordem do dia.

3.2 – CEPAL: A nova fundação da América Latina

Findo o conflito bélico mundial em 1945, com a definitiva derrota das forças nazi-fascistas frente às forças aliadas, tratava-se agora de uma reorganização geopolítica em caráter mundial, nas diversas esferas da vida social. Podemos arrolar, pois, os seguintes atos em prol desta nova geopolítica: em 1944, na cidade Bretton-Woods, articulavam-se os acordos para a reengenharia da estrutura econômica mundial que teria sido capaz de contornar todos os desequilíbrios acarretados pela grande *débâcle* mundial dos 30; em 1945, criou-se a Organização das Nações Unidas, órgão que teria a tarefa de ser o fórum de discussão e de decisões acerca dos conflitos nacionais ou mundiais; em seguida, seriam criados também diversos outros organismos sob a tutela da ONU, capazes de responder às demandas sociais do mundo e evitar, a qualquer custo, que os horrores da guerra viessem a rondar novamente o ambiente mundial.

Nesse contexto, em 1948, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a partir de uma decisão da Assembléia Geral das Nações Unidas em 1947, em decorrência das queixas dos países latino-americanos motivada por sua exclusão em relação ao Plano Marshall, cuja função principal era reconstruir as economias européia e japonesa, bem como a constante falta de divisas fortes (dólares), visto que, com o fim do conflito bélico, as economias latino-americanas voltavam a ter dificuldades para a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região.

Toda a estrutura que faria da CEPAL um organismo vital para o desenvolvimento das economias latino-americanas deveu-se ao esforço de seu secretário executivo Raul Prebisch, ex-gerente geral do Banco Central argentino e que, a partir de 1950, ano

¹²⁹ Sobre a importância da Cepal para o ressurgimento do marxismo, ver a notável entrevista de Fernando Novais no livro *Aproximações - Estudos de História e Historiografia*, São Paulo, Cosacnaify, 2005 – última parte.

mesmo que se tornou secretário geral da comissão em Santiago no Chile, elaborou seus primeiros textos acerca dos problemas e de tarefas a serem enfrentados pelas economias latino-americanas. Como diz Bielschowsky: “A Cepal desenvolveu-se como uma escola de pensamento especializada no exame das tendências econômicas e sociais de médio e longo prazos dos países latino-americanos”¹³⁰.

Como escola de pensamento, ela foi original na análise da condição de subdesenvolvimento dos países periféricos. Logo, é a Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL a contribuição original que o pensamento latino americano da à história das idéias, juntamente com o realismo mágico no campo literário¹³¹.

Mas, então, qual foi o enfoque e qual a base conceitual da Cepal para a formação de um pensamento econômico latino-americano pautado na ótica do subdesenvolvimento?

Vejamos o que Bielschowsky descreve: “A motivação original para a inclinação cepalina pelas tendências históricas é conhecida. A agenda de reflexão e investigação inaugurada por Prebisch em 1949 compunha-se essencialmente do diagnóstico da profunda transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas, do modelo de crescimento primário-exportador, para fora, ao modelo urbano-industrial, para dentro”¹³².

Na verdade, o problema residia nas formas pelas quais se dava a inserção das economias latino-americanas no comércio internacional, na medida em que a teoria neoclássica apontava para que o termos de troca, sempre acabavam por levar ao mesmo fim tanto economias centrais como periféricas. Foi contra esta disjuntiva que Prebisch centraria suas forças, ao dizer: “*Una de las fallas más ingentes de que adolece la teoría económica general, contemplada desde la periferia, es su falso sentido de universalidad (...) No hay que confundir el conocimiento reflexivo de lo ajeno con una sujeción mental a las ideas ajenas, de la que muy lentamente estamos aprendiendo a liberarnos*”¹³³.

¹³⁰ Ricardo Bielschowsky – *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* – São Paulo – Editora Record – 2000.

¹³¹ A observação nos foi feita pelo Professor Fernando Antonio Novais.

¹³² Ricardo Bielschowsky, obra citada p. 20

¹³³ Raul Prebisch – *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas* – Santiago do Chile, CEPAL, 1949. p. 04.

Portanto, é na lógica de funcionamento de um comércio internacional que privilegia os países centrais e desenvolvidos, em detrimento dos países periféricos que residia, na opinião de Prebisch, o problema econômico latino-americano. O problema só seria solucionado se os países periféricos superassem seu estágio de subdesenvolvimento através da industrialização. Assim, a industrialização dos países periféricos passa a ser a condição de superação de seu atraso; mais que isto, a industrialização seria o momento em que as economias latino-americanas poderiam lograr a consolidação do projeto de construção da nação.

Como pensavam os cepalinos, a questão estava na industrialização na periferia, ou seja, de que forma poderiam estas economias poderiam construir seu projeto de superação da submissão econômica a partir da industrialização.

Uma primeira aproximação coloca-nos diante do problema que foi diagnosticado pelos cepalinos quando observaram que, depois da Primeira Guerra as economias primário-exportadoras poderiam industrializar-se – como realmente o fizeram mesmo que de forma incipiente e tímida – lutando contra todos os descompassos e improvisando para poderem conceber um crescimento para dentro. Após o fim da Segunda Guerra o problema reapareceria, mas agora de forma diversa, ou seja, o estágio das técnicas importadas do centro, bem como a fragilidade financeira dos periféricos, impediriam que a corrida rumo à industrialização tivesse sucesso. Daí sairia a segunda importante questão cepalina: o problema de industrialização em países de situação econômica periférica, incapazes de copiar ao mesmo tempo técnicas produtivas e financiamento. Como frisou Cardoso de Mello:

“Todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica”¹³⁴.

Diante desse dilema em torno da industrialização em países periféricos, a alternativa, a saída para romper tal impasse, seria a industrialização movida através do Estado nacional e da utilização de capitais externos capazes de dotar estes países com um setor de bens de produção (DI), que deveria ser também capaz de suprir a

¹³⁴ Cf. João Manuel Cardoso de Mello, obra citada pp. 21.

deficiência tecnológica em relação aos países centrais. Nessa perspectiva, foi que o planejamento econômico a partir do Estado se tornou uma das bandeiras praticadas pela Cepal nos diversos países, na tentativa de superação do subdesenvolvimento.

Pergunta-se, ainda, acerca do impacto das idéias econômicas cepalinas para a lógica dos anos 50 e 60, e também, como a Cepal pôde influenciar a diretriz econômica dos diversos países periféricos latino-americanos.

Uma primeira constatação é, sem dúvida, a forma como Cepal e os vários governos nacionais se envolveram no processo de industrialização como forma de - partindo do crescimento econômico, consolidar uma melhor estrutura social. Por esse viés, e não menos importante, foi tentar diagnosticar os problemas sociais nesses mesmos países e propor políticas que pudessem desobstruir seu processo de desenvolvimento. Nessa lógica, questões como reforma agrária e educação, entre outras, passam a fazer parte das análises dos teóricos cepalinos.

Uma segunda constatação foi o ambiente intelectual que fez com que as idéias da Cepal fossem objeto de estudo para posteriores críticas e objeções; o pensamento econômico cepalino passava, enfim, a fazer parte assim da vida intelectual latino-americana. No caso brasileiro, como podemos entender as recepções cepalinas? Primeiramente temos que situar o pensamento da Cepal em torno da figura de Celso Furtado, como membro da comissão, mas mais importante ainda, como principal teórico cepalino. É consenso entre a *intelligentsia* brasileira que as idéias cepalinas devem a Celso Furtado sua estatura e importância. Como disse Oliveira: *“Nenhum outro autor contribuiu tanto para constituir as economias e sociedades subdesenvolvidas em objeto de estudo”*. Mais adiante: *“a teorização cepalino-furtadiana converte-se na mais poderosa ideologia industrialista e determina políticas concretas, agendas de vários governos latino-americanos”*¹³⁵.

Neste sentido, Celso Furtado praticamente define, em termos intelectuais, a importância do pensamento da Cepal, no ambiente acadêmico brasileiro. Mais do que isto, ele também consegue construir uma grande estrutura de planejamento no nível do Estado, na medida em que foi responsável pelo surgimento de diversos órgãos estatais

¹³⁵ Francisco de Oliveira – *A Navegação Venturosa, obra citada*, p.18 e segs.

de planejamento e financiamento, capazes de dotar o Brasil de condições para o projeto de industrialização pesada, efetuado nos anos 50.

Ao mesmo tempo em que a industrialização caminhava no continente latino-americano em que, apesar da melhora nas condições sociais, os problemas referentes ao consumo e aos gargalos em infra-estrutura continuavam. Além disso, surgia o grave problema da desigualdade social e da questão agrária, que despejava nas cidades milhares de trabalhadores, fatos esses que levaram à discussão das inconsistências do pensamento cepalino, procurando descobrir onde a Cepal teria errado em seu diagnóstico sobre os problemas das economias latino-americanas. Do ponto de vista teórico temos duas grandes correntes que se debruçaram sobre os problemas e diagnósticos sobre o pensamento da Cepal. Uma delas, a corrente denominada “teoria da dependência”, e a outra corrente que ficou conhecida como “a escola do capitalismo tardio”; ambas procurando analisar, e, por que não, superar as inconsistências do pensamento cepalino.

Ao finalizarmos essas considerações acerca do ambiente intelectual, econômico e político dos anos 50, temos em mente que aquele foi um momento muito peculiar na história brasileira. Portanto, seja a questão da industrialização, sejam as mudanças sociais, seja o surgimento de novos atores intelectuais (ISEB e CEPAL) no cenário nacional, tudo corrobora para que possamos fazer a análise dessas questões, inserindo nelas a problemática do marxismo acadêmico e suas principais conseqüências para este fecundo debate sobre os rumos da Nação no período.

Contrastar a experiência acadêmica do marxismo no Brasil com o cenário descrito traz-nos indagações sobre a importância e a contribuição desse mesmo Marxismo acadêmico na História das Ciências Sociais no Brasil, objeto de que trataremos na seqüência.

Capítulo 4

O “Seminário Marx” e seu contexto Histórico

O grupo de estudos interdisciplinar, formado por professores assistentes e alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), entre os anos de 1958 e 1964, teve como principal característica a leitura meticulosa da *magnus opus* de Karl Marx, *O Capital*, para, a partir dela, redirecionar os estudos de caráter marxista na Universidade de São Paulo como, também, em certo sentido, o pensamento de esquerda da época.

O grupo de jovens professores¹³⁶ e alunos pertencia aos quadros da chamada Escola Paulista de Sociologia, como apresentado no capítulo II, vindo, posteriormente, a tomar lugar importante no debate e no desenvolvimento das ciências sociais no Brasil.

Nosso intuito, neste capítulo, é apresentar o contexto histórico mais específico do grupo, sua inserção no contexto universitário uspiano, bem como suas posteriores contribuições ao debate acadêmico mais amplo do país. Mais ainda, queremos analisar as contribuições de caráter teórico que esses intelectuais introduziram nas ciências sociais e nas questões pertinentes ao desenvolvimento sócio econômico brasileiro, além de propor uma nova interpretação histórico-sociológica do país que pressupunha a incorporação de sua tradição ensaística, sua crítica e também sua superação. Nesse aspecto, o chamado “Seminário de Marx” teve a peculiaridade de introduzir na academia os estudos sobre o marxismo e renová-lo, uma vez que se contrapôs aos manuais então utilizados e difundidos pelo Partido Comunista.

Deve-se ressaltar, porém, que a iniciativa de debruçar-se sobre a obra de Karl Marx e do Marxismo em geral, veio na esteira da trajetória antes iniciada por Caio Prado Junior, o primeiro intelectual que, mesmo fora do ambiente acadêmico e vinculado ao Partido Comunista, já havia produzido uma obra teórica marxista sobre a

¹³⁶ O grupo original que se formou em 1958 era composto pelos seguintes nomes: José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Fernando Antonio Novais, Paul Israel Singer, Bento Prado Junior, Roberto Schwarz.

colonização portuguesa e sobre a trajetória da formação de nosso Estado nacional. Utilizando o Marxismo como principal ferramenta teórica, ele assumiu, dentro do pensamento de esquerda no Brasil – marxista ou não – uma atitude pioneira de elucidar as peculiaridades da formação do Brasil contemporâneo.

A obra de Caio Prado Jr. teve, portanto, o mérito do pioneirismo de tentar produzir um debate mais sóbrio dentro do espectro do Marxismo e de repudiar os manuais de cartilha que o Partido Comunista tomava como cânone¹³⁷ e, por conseguinte, sua obra será uma referência intelectual para os trabalhos do grupo de estudos marxista paulistano, servindo de ponte entre as questões partidárias do marxismo e sua definitiva introdução na Universidade como método de investigação e interpretação histórica.

Diante do exposto, convém investigarmos o universo mais próximo no qual o Seminário de Marx estava inserido, qual seja, o espectro da Sociologia que se estudava em São Paulo e sua principal referência, a Escola Paulista de Sociologia, da qual Florestan Fernandes foi o maior expoente.

Vimos, no capítulo II, que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras foi concebida, na sua criação, como a instituição responsável pela fomentação do ensino e formação de professores visando à sua expansão, e pela capacidade formar uma elite intelectual apta a tornar-se a elite política dirigente no país. Por isso, não se pouparam esforços para a contratação de professores estrangeiros, principalmente franceses, para darem sustentação intelectual à faculdade que principiava suas atividades acadêmicas.

Seguindo esta linha de raciocínio, o que começa a se vislumbrar no decênio de 1950 é, justamente, a ascensão da FFCL como um local dentro da Universidade, onde o trabalho acadêmico e científico começava a ganhar notoriedade e importância, por meio da formação de quadros educacionais e pela presença de uma intelectualidade que fazia jus ao projeto universitário concebido pelo grupo político que fundou a própria universidade nos anos 30.

¹³⁷ Como assinalou Novais, a obra de Caio Prado Jr foi a primeira tentativa de problematizar os temas do país sob a ótica do marxismo, sem perder de vista a perspectiva histórica e, ao mesmo tempo, ser fiel ao método marxista. É neste sentido que Novais dirá que isto significava ter Caio Prado como um historiador marxista e não um marxista historiador.

No entanto, o que destoava em relação ao projeto fundador da FFCL era o fato de que a formação de quadros seria comandada, não pela própria classe dirigente, mas sim por pessoas vinculadas a classes sociais subalternas e que, diante da importância que começaram a ganhar dentro da estrutura universitária, criaram um tensionamento político antioligárquico dentro da Universidade. Esse radicalismo, que tomou conta da Faculdade Filosofia Ciências e Letras, teve na figura de Florestan Fernandes, conforme apresentado, o principal responsável pela guinada que ocorreria na Faculdade, nos anos 50.

Ao assumir, em 1954, a regência da cátedra de Sociologia I, em substituição a Roger Bastide que retornara para a França, Florestan iniciou um processo de formação de um grande grupo de pesquisadores e cientistas sociais, com vistas a implantar um vasto projeto de consolidação das Ciências Sociais dentro da Faculdade de Filosofia. A idéia de construir um grupo em uma escola de pesquisa e difusão da sociologia tinha, para Florestan Fernandes, a lógica de consolidação que o próprio mestre possuía em relação à sua formação: fazer da Sociologia, literalmente, um campo de trabalho. Como disse Antônio Cândido: *“Para Florestan a Sociologia é a profissão do sociólogo e esta sua ferramenta de trabalho”*¹³⁸.

A partir de então, com o recrutamento de alguns ex-alunos e alunos para a constituição de um grupo de trabalho dentro do departamento de Ciências Sociais, especificamente na cadeira de Sociologia I, Florestan Fernandes iniciou seu projeto de estabelecimento de uma escola de pensamento sociológico, que, com razão, se denominou Escola Paulista de Sociologia. Segundo Arruda, a implementação de um grupo coeso em torno de Florestan Fernandes mudou o departamento de Ciências Sociais na medida em que aquele projeto, que não seria exagero chamar de expansionista, causou forte tensão e disputas dentro da própria faculdade. Em suas palavras:

“A estratégia de formação seguiu critérios de escolha pessoal, mas a implementação dependia das disposições dos escolhidos em aceitar vínculos precários... A constituição do grupo parece ter provocado dissensões internas,

¹³⁸ Cf. Antonio Cândido. “Amizade com Florestan”. In: *O Saber militante*, obra citada, p. 30.

*levando à transferência para outras áreas, antigas professoras assistentes de Roger Bastide*¹³⁹.

Dentro deste novo cenário, começava a Faculdade de Filosofia a ganhar luz própria, visto que vários de seus alunos passaram a destacar-se em seus cursos, acabando por ser convidados a tornarem-se professores assistentes dentro de seus departamentos. Formava-se, portanto, nos diversos departamentos da Faculdade de Filosofia uma estrutura que lançaria a própria faculdade em uma nova correlação de poder dentro da Universidade de São Paulo.

Convém ressaltar que, apesar de ser o Departamento de Ciências Sociais e, nele, a figura de Florestan Fernandes o ponto de maior atenção para esta transformação, não foi somente nas Ciências Sociais que ocorreram modificações, bem como a constituição de grupos de jovens intelectuais que se lançavam na seara do debate acadêmico intelectual daqueles anos 50 e 60. Houve, também, transformações em departamentos como o de Filosofia e de História, além da criação de um corpo docente em torno dos catedráticos. Ressalte-se, neste caso, a formação de um grupo de assistentes no departamento de filosofia em torno do professor João Cruz Costa, um dos principais historiadores das idéias do país, que não lhes poupou elogios, denominando-os “jovens turcos”.¹⁴⁰

Foi dessa geração de novos professores assistentes nos anos 50 que surgiram os integrantes do “seminário Marx” que, juntamente com outros intelectuais que não foram membros do seminário, transformaram a Faculdade de Filosofia em lugar de destaque dentro da estrutura da Universidade de São Paulo, levando-a para o centro do debate acadêmico nacional.

As causas e as origens da criação de um grupo de estudos marxistas na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em pleno decênio de 50, encontram-se no fato de que as várias instâncias intelectuais da época – o ambiente acadêmico de um lado e a esquerda partidária brasileira de outro – pouco contribuíam para despertar o

¹³⁹ Cf. Maria Arminda Arruda. Obra citada p.193.

¹⁴⁰ Cf. Bento Prado Junior. Entrevista, in: *Maria Antônia: uma rua na contramão*. obra citada p. 70. A origem da denominação diz respeito ao projeto de transformação ocorrido em 1908 no império otomano, onde jovens oficiais do exército procuravam ocidentalizar, com seus ideais positivistas, o então regime otomano, bem como unificar todo o Império, barrando, assim, o nacionalismo nascente nos balcãs e na península arábica. Sob jovens turcos ver: Eric Hobsbawm - *Era dos Impérios*. Obra citada, cap. 06.

gosto pela leitura dos escritos de Karl Marx. A iniciativa do estudo da obra de Marx ocorreu, então, em função do pouco espaço que o Marxismo tinha dentro da academia e pelos problemas que ele enfrentava à época, após as revelações do relatório Kruschew, sobre os crimes do período stalinista na União Soviética.

Nas palavras de um membro do Seminário: “O que também é mais ou menos consensual é que o Seminário resultou de uma insatisfação. Na história da universidade brasileira, o marxismo estava entrando para o mundo acadêmico, nas ciências sociais. Havia uma insatisfação com relação a isto, ao mesmo tempo em que havia uma insatisfação com o marxismo oficial, o marxismo soviético, sobretudo a partir de 1956, menos até por causa das revelações do vigésimo congresso do Partido Comunista da União Soviética e mais por causa da invasão da Hungria (...) Mas ao mesmo tempo, havia a idéia de fidelidade ao marxismo. Não tanto de fidelidade ao marxismo, mas de interesse pelo marxismo, que não podia ser aquele oficial”¹⁴¹.

Havia, também, por parte dos membros do Seminário, a questão da inserção na vida intelectual e política do país, uma empreitada que ultrapassava o problema teórico em si, relativo à renovação dos estudos marxistas e do próprio marxismo no Brasil, assim como, a partir desta ferramenta, estariam estes intelectuais habilitados a lançar-se de forma direta nas questões pertinentes ao desenvolvimento capitalista no Brasil.

Como disse Arantes acerca das origens do pensamento filosófico uspiano: “... os caminhos de marxismo e filosofia acabaram se cruzando por obra e graça do inesperado pendor antioligárquico da cultura uspiana. Na virada dos anos 50 para os 60, deu-se enfim o encontro uspiano da filosofia universitária francesa com o marxismo, sem exagero um episódio notável em nossa vida mental. Precipitado em parte por uma razão escolar muito simples, embora não tenha sido nada simples o caminho internacional percorrido pelo marxismo até a cátedra; porque não havia cursos especializados sobre Marx na faculdade, alguns professores e alunos mais adiantados resolveram se reunir para ler *O Capital*. Tratava-se de um encontro marcado, sobretudo pelo propósito de rever integralmente as interpretações do país e do marxismo; não

¹⁴¹ Fernando Antonio Novais. Depoimento para o livro *Um Crítico na periferia do Capitalismo – reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. org: Maria Elisa Cevasco, Milton Ohata. São Paulo, Cia. das Letras. 2007.

ocorreria a ninguém deixar por menos, pois naquela época quem entrava para a Faculdade de Filosofia era porque queria no mínimo mudar o Brasil”¹⁴².

Pelo exposto, fica claro que o caráter conservador ainda persistente na Faculdade, apesar da ruptura efetivada pela geração anterior ao do Seminário, que marca o sentido da palavra antioligárquica do texto de Arantes, impedia que Marx fosse objeto de estudo dentro dos cursos de ciências sociais. Mais do que isto, na verdade, o que se percebe era que, no caso da *intelligentsia* brasileira, o Marxismo ainda era algo pouco palatável, exceto para os militantes ou, para aqueles que, de certa forma, integravam quadros partidários. De outro modo, não seria plausível, por exemplo, entender que Caio Prado Junior ainda fosse um autor marginal dentro da Academia e, mais absurdo ainda, nem a ela pertencendo.

Do lado partidário, ficava claro que as propostas doutrinárias do Partido Comunista eram levadas pouco a sério e, na época, além do problema da ilegalidade em que o partido estava desde 1948, nasciam também problemas em relação ao mundo soviético. Esses problemas foram explanados pelo secretário geral do PCUS, Nikita Krushev, em 1956, durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética para toda a comunidade marxista ocidental, ao denunciar os crimes de Josef Stalin, “grande guia dos povos soviéticos”, herói na luta contra o nazismo e capaz de confrontar o mundo capitalista ocidental.

Então, fica evidente que os canais de difusão do Marxismo, dentro do Brasil, eram precários e muito restritos e, nesse sentido, a originalidade do Seminário contribuiu para que se superassem tais entraves e, de certa forma, o conseguiram. Assim o definiu Arantes: “Sem favor algum, com o passar dos anos acabou surgindo daquele embrião meio improvisado (seminário), não os quadros de uma revolução que não houve, mas o que ainda existe de menos dogmático, mais inventivo e original no ensaio marxista de interpretação da experiência brasileira”¹⁴³.

A contribuição do marxismo acadêmico uspiano à interpretação da história brasileira é relevante na medida em que pôde, tanto transpor os pendores conservadores que norteavam os caminhos da Universidade de São Paulo, restrito ao

¹⁴² Cf. Paulo Eduardo Arantes. *Um departamento francês de ultramar*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1994. p.238

¹⁴³ Cf. Paulo Arantes, obra citada p. 238.

âmbito de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por conta de sua origem elitista e oligárquica, quanto superar os entraves da difusão do marxismo e da obra de Marx do Brasil, monopolizados pelo Partido Comunista. Cabe, ainda, verificar se esta experiência encontrou ressonância na Ciência Social brasileira e qual a sua contribuição no avanço dos estudos sobre a constituição de uma nação capitalista periférica nos trópicos.

4.1 – Uma leitura científica de *O Capital*

Na lógica de funcionamento do Seminário e na sua formação multidisciplinar, podemos constatar um primeiro aspecto que traria inovações posteriores para os estudos marxistas. Conforme Schwarz, membro do Seminário: “A intensidade intelectual do seminário devia muito às intervenções lógico-metodológicas de Giannotti, cujo teor exigente, exaltado e obscuro, além de sempre voltado para o progresso da ciência, causava excitação (...) Entretanto, se não me engano, a inovação mais marcante foi outra, também devida a Giannotti, que na sua estada na França havia aprendido que os grandes textos se devem explicar com paciência, palavra por palavra, argumento por argumento, em vista de lhes entender a arquitetura”.¹⁴⁴

Então, no que consistiu a novidade trazida pelo seminário para o Marxismo no Brasil? Ela consistiu tão-somente do fato de que Karl Marx deveria ser lido como qualquer outro pensador, ou seja, com uma leitura metódica do livro em que o texto, internamente, deve ter a coerência necessária para se explicar. Nesse sentido, o método francês de explicação de textos foi uma ferramenta essencial para os seminaristas alcançarem sucesso em sua empreitada. Ao fazerem valer esse método de leitura de texto, os filósofos pertencentes ao Seminário impuseram o tom dos trabalhos. Segundo Cardoso: “Foi a partir de interpretações não baseadas na economia e na história, mas sim na filosofia, que fomos buscar elementos para uma análise dialética de processos sociais diversos”¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Cf. Roberto Schwarz, obra citada p. 103

¹⁴⁵ Cf. Fernando Henrique Cardoso. Prefácio a 2ª edição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1977

Seguindo essa mesma linha dirá Arantes: “Até hoje, para muitos veteranos do Seminário Marx filosofia é explicação de texto (filosófico, evidentemente) especializada em questões de método. Noutras palavras, os filósofos que conheceram atuando na leitura em conjunto d’O Capital eram antes de tudo profissionais que estudavam metodicamente filosofia. Inútil lembrar que tudo era francês: métodos, técnicas e temas”¹⁴⁶.

Diante disso, poderíamos nos perguntar se uma leitura com forte componente metodológico, marcado por um método estrutural de leitura filosófica, seria aplicável a um livro de História do presente ou, no máximo, de Crítica da Economia Política. Mais ainda, se a utilização de métodos de leitura, fortemente influenciados pela filosofia, se justificariam em um autor como Karl Marx que, peremptoriamente, afirmou: “*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo*”¹⁴⁷. O fato é que, descabida ou não, foi dessa forma que os integrantes do Seminário leram *O Capital*, capítulo por capítulo, parágrafo por parágrafo, procurando entender sua estrutura interna, bem como a sua lógica de organização dos argumentos.

Ao analisar essa forma de leitura dos textos de Marx na dinâmica do Seminário, proposta por Giannotti, Arantes afirma que ele só foi “prejudicial” à filosofia e ao desenvolvimento do chamado marxismo filosófico uspiano, mas que em outras questões a experiência foi muito mais frutífera¹⁴⁸. Explicando melhor: seguindo o raciocínio de Arantes, os demais cientistas sociais souberam beber na fonte de explicação de texto que Giannotti fazia *de O Capital* e, assim, produziram uma obra teórica de caráter marxista muito mais sintonizada com as questões relativas à situação do capitalismo periférico que nosso país em suma continha. Mais ainda, como consequência da experiência acadêmica do seminário, os cientistas sociais souberam incorporar e utilizar o marxismo como uma ferramenta profícua para analisar e adaptar as questões pertinentes ao marxismo em confronto com a realidade nacional. Separei

Sob tal aspecto, esses cientistas sociais faziam avançar aquilo que, fora da academia, Caio Prado Junior, no Brasil, e Mariátegui, no Peru, faziam, ou seja, a

¹⁴⁶ Cf. Paulo Arantes, obra citada p. 241.

¹⁴⁷ Karl Marx, Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã* – tradução portuguesa José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo. Editora Hucitec. 1996.

¹⁴⁸ Cf. Paulo Arantes, obra citada p. 290.

nacionalização do marxismo e sua aplicação enquanto método teórico diante das realidades de seus respectivos países.

No que diz respeito à contribuição do marxismo na filosofia uspiana, diz Arantes: “Assim sendo, o marxismo filosófico uspiano desenvolveu-se à margem do momento mais inventivo da ciência social do tempo; deixou passar sem registro a nova literatura sociológica acerca da combinação de capitalismo e escravidão na origem do Brasil atual, e acerca das singularidades deste resultado histórico, também não deu a devida atenção à economia política do desenvolvimento (contribuição original brasileira), nem reconheceu a seguir a novidade da teoria da Dependência. (...) A única coisa que lhe ocorreu foi projetar algo como uma fundamentação da teoria social em geral, na base da qual deveriam convergir ontologia e dialética (sob o nome particular de reflexão)”¹⁴⁹.

Arantes não nega, contudo, que, ao conseguir através de uma postura extremamente alicerçada na lógica e na voga estrutural da filosofia francesa, Giannotti barrou o caminho da corrente marxista inaugurada por Louis Althusser que, segundo Arantes, foi a maior contribuição do marxismo filosófico uspiano. Ainda conforme Arantes, disso resultou em um marxismo muito mais afiado na leitura da obra de Marx do que na crítica do capitalismo¹⁵⁰.

As críticas endereçadas por Arantes aos chamados filósofos do Seminário de Marx colocam em questão uma dúvida que sempre pairou para a maior parte dos pensadores marxistas do século XX: é o Marxismo uma teoria do conhecimento, e então possui *status de* filosofia, ou de outra forma, é o ele – e principalmente aquilo que Marx sempre se propôs fazer – uma teoria da história e, portanto, não necessitaria de uma estrutura filosófica a dar-lhe legitimação? Ao observarmos a trajetória de alguns dos principais pensadores marxistas, no decorrer do século XX, veremos que os eles sempre buscaram dar ao Marxismo algum verniz filosófico. Foi o caso de Lukács, Sartre, Gramsci, dos pensadores frankfurtianos em geral, Louis Althusser, José Arthur Giannotti e Rui Fausto.

Conforme dito no capítulo I, a grande mudança no campo do Marxismo no século XX, foi a radicalização em relação aos que saem do espectro da crítica da economia

¹⁴⁹ Cf. Paulo Arantes, obra citada p. 291.

¹⁵⁰ Cf. Paulo Arantes, obra citada p. 292.

política para questões de ontologia e filosofia. Ora, se considerarmos que a tentativa – bem sucedida ou não –, dos pensadores acima citados, de dar ao Marxismo a filosofia que ele merece, veremos que essa doutrina não possui o mesmo *status* de teoria do conhecimento (filosofia), mas sim o estatuto de uma teoria da história e em cujo campo, provou ser muito mais eficiente na contribuição para a teoria social mais próxima da realidade do mundo capitalista.

4.2 – Rompimento com o ensaísmo.

A criação da Universidade no país, em particular o caso da Universidade de São Paulo, traz para as ciências humanas uma novidade em relação à questão de pensar o Brasil, que diz respeito à forma pela qual se daria a análise de formação social de nossa nação. Nesse sentido, há uma ruptura com o que, até meados dos anos 40, era a tônica nos livros de interpretação acerca da sociedade brasileira, que, grosso modo, é caracterizado como ensaísmo.

Em artigo que serviu de prefácio para uma nova edição do livro *Raízes do Brasil*, em 1967, Mello e Souza ressalta a importância dos grandes escritores na geração de intelectuais acadêmicos brasileiros, quando diz:

“Os homens que estão hoje (1967) um pouco para cá ou um pouco para dos cinquenta anos aprenderam a refletir e a se interessar pelo Brasil, sobretudo em termos de passado e em função de três livros: Casa-grande e senzala, de Gilberto Freyre, publicado quando estávamos no ginásio; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, publicado quando estávamos no curso complementar; Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Junior, publicado quando estávamos na escola superior. São estes os livros que podemos considerar chaves, os que parecem exprimir a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois da Revolução de 1930(...)”¹⁵¹.

¹⁵¹ Antonio Candido de Mello e Souza. “O Significado de Raízes do Brasil” – prefácio à edição de 1967 de *Raízes do Brasil*. São Paulo. Cia. das Letras. 26ª edição. 2006.

A Universidade inaugura, pois, uma nova forma de interpretação da sociedade brasileira que, agora, não mais se faria em termos de obras monumentais e grandes ensaios que, brilhantes como os livros acima citados, procuravam dar uma visão geral sobre o país. Por conseguinte, a investigação teórica e científica que se fará na Universidade terá como base os grandes autores, porém, procurando aprofundar os temas de suas obras e privilegiar objetos que eles mesmos não puderam trabalhar.

A geração de professores da Faculdade de Filosofia que inaugurou essa nova forma de investigar nosso passado histórico e social, da qual o próprio Antonio Candido fez parte, contribuiu, decisivamente, para o avanço desse tipo de investigação histórico-social. Temas como escravidão, raça, classes sociais, passado colonial foram a coqueluche intelectual da época e serviram como temas principais de revisitação às nossas origens, enquanto Estado Nacional e da nossa organização social. Não por acaso, esses temas se tornaram os principais focos dos integrantes do Seminário de Marx e de suas obras, posteriores frutos da união entre marxismo acadêmico e reinterpretção da história nacional. Nessa linha de argumentação, convém explicar como se deram a transplantação do ensaísmo e sua posterior incorporação na nova escola que começava a surgir.

No campo da Sociologia, a obra de Gilberto Freyre era referencial para as análises em torno de formação das relações sociais e de raça em nosso país. Temas como o patriarcalismo, a importância atribuída ao escravo na questão do nosso modo de ser, a análise de caráter antropológico típica do funcionalismo norte-americano, do qual o autor foi pioneiro, constituíram-se espaços de discussão no campo sociológico. Ora, foi na compreensão e na discussão das obras dos autores ensaístas, bem como na ampliação do leque de pesquisas e de objetos por eles indicados, que os intelectuais vinculados à Universidade de São Paulo centraram seus esforços acadêmicos e, com isso, promoveram uma ampliação sobre os estudos de nossa formação social, incorporando nos debates e nas pesquisas, as pistas deixadas pelas obras dos autores da chamada geração de 30.

Florestan Fernandes, na condição de titular da cadeira de Sociologia I, a partir de 1954, iniciou uma grande pesquisa sociológica, centrada em temas relativos à questão racial, tendo como consequência uma nova abordagem da condição do negro escravo

dentro da formação social brasileira. Procurava ele, pois, adotar a investigação sobre a questão racial no Brasil, centrada numa rigorosa investigação empírica e respaldada por critérios da teoria sociológica, que fariam surgir novas interpretações sobre a escravidão na história do Brasil.

A partir desse projeto inicial, dois membros do Seminário e também assistentes de Florestan realizaram uma investigação que trouxe novas questões sobre o problema da escravidão no Brasil. Os trabalhos de Octávio Ianni¹⁵² e de Fernando Henrique Cardoso¹⁵³ são expressões das modificações no sentido da nova forma de interpretação acerca dos novos métodos de pesquisa sociológica no país através da universidade. A utilização do Marxismo como ferramenta de interpretação, já fruto da experiência extracurricular do Seminário de Marx, também seria incorporada como uma novidade dentro das ciências sociais.

Tal ferramenta de interpretação, de tentar passar a limpo algo de que a esquerda brasileira – principalmente a de filiação político-partidária – não conseguia dar conta, que era a questão da existência de dois “personagens”, antagônicos, situados no mesmo espaço: de um lado a escravidão como perpetuação de uma estrutura arcaica e oligárquica que surgia das entranhas de nossa independência, herança essa que determinou nossa trajetória por grande parte do século XIX; de outro, o modo de produção capitalista que, por definição, seria incompatível com aquela estrutura social. O encaminhamento dado pelos autores acima, utilizando à ferramenta da contradição (dialética marxista) era da existência concomitante a uma estrutura escravista mediante uma lógica capitalista de produção.

Para a resolução de tal paradoxo teórico seria necessária ainda dentro desse contexto de aprendizado e de rompimento com os autores ensaístas, a análise de um autor que também circunscreveu seu nome entre aqueles que marcaram a geração posterior a Revolução de 1930: Caio Prado Junior.

Caio Prado Jr. inaugurou sua produção intelectual, em 1933, com o livro *Evolução Política do Brasil*, no qual faz uma análise de nossa formação política, desde a Independência até a República. Segundo Mota, o livro foi a primeira análise de nossa

¹⁵² Cf. Octávio Ianni - *As metamorfoses do escravo*. São Paulo. Difel. 2ª edição. 1988.

¹⁵³ Cf. Fernando Henrique Cardoso - *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

formação política feita sob a égide do materialismo histórico, no qual as questões que derivam de nossa constituição como país, e do nosso processo de formação histórica, fizeram-se sobre a lógica da luta de classes¹⁵⁴.

Porém, é com o livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942¹⁵⁵, que o autor marcou em definitivo sua presença entre os grandes interpretes do Brasil, ao buscar na nossa formação colonial o sentido de nossa formação. Ao diagnosticar o “sentido da colonização” como uma empresa dos Estados Absolutistas europeus para fins mercantis, o autor mostra, pois, dentro de uma análise marxista como a nossa colonização foi moldada para o empreendimento do capital mercantil, ou seja, a colonização dos trópicos tinha a seguinte lógica: “*produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia européia*”¹⁵⁶.

Logicamente, Caio Prado Jr. tratou no livro do nosso passado colonial, ou seja, de nossa pré-história enquanto nação. Passo decisivo seria dado por outro historiador, Fernando Novais, membro do mesmo Seminário de Marx, que transpôs e avançou nas questões trabalhadas por Prado Junior e lhe deu uma maior amplitude, para entendermos de que forma nossa formação colonial, agora inserida em contexto mais amplo, proporcionou uma estrutura que se fez presente durante grande parte do século XIX.

Escrito como tese de doutoramento, em 1973, o livro *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* de Fernando Antonio Novais¹⁵⁷ procura delimitar como a estrutura do Antigo Sistema Colonial – enquanto peça central do Antigo Regime – foi determinante para entendermos sua estrutura e sua dinâmica. Visto e contemplado por vários integrantes do grupo como a principal obra dentre os membros do Seminário de Marx¹⁵⁸, o livro de Novais analisa no seu conjunto toda estrutura da sociedade do Antigo Regime e como sua relação com o sistema colonial – que dela faz parte – e a forma como a escravidão também se insere nesta lógica.

¹⁵⁴ Cf. Carlos Guilherme Mota - *Ideologia da Cultura Brasileira*. São Paulo. Ática. 9ª edição. 1994. p.28 e 29.

¹⁵⁵ Cf. Caio Prado Junior - *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo Brasiliense. 34ª edição. 1992

¹⁵⁶ Cf. Caio Prado Junior, obra citada. p.5-26

¹⁵⁷ Cf. Fernando Antonio Novais. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec. 6ª ed. 1995.

¹⁵⁸ Cf. Roberto Schwarz, obra citada. p.107

Dele escreveu Schwarz: “O livro concebido nos anos do seminário e terminado muito tempo depois, é a obra-prima do grupo. Como indica o título, a exposição vai do todo à parte e vice-versa, com domínio notável sobre a matéria nos dois planos. Contra o preceito corrente, que manda situar a história local no seu contexto, mais amplo, cuja compreensão, entretanto não está em jogo por sua vez, Novais busca ver nos âmbitos um no outro e em movimento (...) Um encadeamento propriamente dialético. A exposição em vários planos, muito precisa e concatenada, é um trabalho de relojoaria, sem nenhum favor. Também aqui o marxismo rigoroso, mas não dogmático punha em dificuldade as idéias feitas, dos outros e as suas próprias. Entre estas, como se sabe, está a que afirma o primado da produção sobre a circulação, ou por outra, que manda fundar a compreensão história nas relações de produção locais.”

E continua Schwarz: “Pois bem, acompanhando a dinâmica de conjunto do capitalismo mercantil, chega à conclusão heterodoxa, além de contra-intuitiva, de que a escravidão moderna é uma imposição do tráfico, e não vice-versa. Digamos, por fim, que a interpenetração da história local e a global alcançada neste livro não descreve apenas a gravitação daquele tempo, como também responde a uma intuição do nosso”¹⁵⁹.

Concebendo o período em sua totalidade, o livro de Novais explica como a formulação teórica do antigo regime em todas as suas conexões (mercantilismo, absolutismo monárquico, sistema colonial), deu a face e o *modus operandi* do mundo colonial, direcionando a nossa colonização para o capitalismo. Somente nesse sentido, de uma nação que fora colonizada numa perspectiva capitalista (diga-se européia) é que devemos entender a relação de como o Brasil, enquanto colônia portuguesa na América, ou enquanto Estado Nacional, adquiriu a formação social que mesclava uma estrutura escravocrata, ao mesmo tempo em que se designava instaurar uma série de instituições de feição liberal em nosso território.

Avançando nas explicações que Schwarz dá sobre a obra de Novais, é necessário ressaltar que o trabalho sobre o sistema colonial foi o melhor exemplo da aplicação dos conceitos marxistas à realidade da periferia capitalista. Na verdade, a forma como o autor de *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* utiliza as

¹⁵⁹ Cf. Roberto Schwarz, obra citada. p.107-108.

categorias de análise marxistas para explicar a estrutura e a dinâmica, tanto da economia colonial, quanto as estruturas jurídico-políticas das instituições do Antigo Regime, mostram como a aplicação do marxismo no campo da História é muito mais satisfatória do que nas demais ciências sociais. Ao apreender uma totalidade, o Marxismo possui ferramentas muito mais lúcidas e mais bem respaldadas para analisar formações sociais diversas. Ao analisar o século XVIII sob a ótica do Marxismo, Novais dá-nos a pedra de toque na instauração de uma análise marxista capaz de explicar uma totalidade histórica.

Convém ressaltar que, além do marco teórico de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Novais também se apóia em outro grande trabalho escrito em 1959 pelo economista Celso Furtado¹⁶⁰, *Formação Econômica do Brasil*, no qual procurava analisar em retrospectiva a história de nossa formação econômica. Foi a partir dessas duas obras que o trabalho de Novais procurou investigar as peculiaridades de nossa colonização e entender o mecanismo no qual nós, território colonizado, estávamos inseridos. O Antigo Sistema Colonial é o conceito que permite apreender em sua totalidade a formação de nossa estrutura social e, também, a partir dela, entender o desenvolvimento de nossa sociedade e a formação de nosso Estado nacional.

Outro campo a ser destacado nesta questão diz respeito à forma como a ciência social uspiana procurou discutir as questões de nossa formação nacional a partir de um novo elemento, a saber: a crítica literária. Nesse campo de análise, a primeira grande contribuição, semelhante àquela desempenhada por Florestan Fernandes na questão racial, foi a de Antônio Cândido de Mello e Souza, que procurou buscar na literatura e na subliteratura os processos de nossa formação social. Seguindo este trajeto, Roberto Schwarz, no final dos anos 60 e começo dos anos 70 faria talvez, a maior síntese de crítica literária sobre um autor maior de nossa literatura, Machado de Assis.

Ao publicar, em 1973, o texto *As idéias fora do Lugar*, Roberto Schwarz procurou buscar na importação de idéias européias, uma forma de analisar como nós incorporávamos essas mesmas idéias e o que reproduzíamos em nossa vida social. O avanço e a novidade foram buscados na literatura machadiana, buscando como essas questões estavam presentes nos romances de Machado de Assis. O resultado do

¹⁶⁰ Cf. Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1991.

trabalho foi, talvez, a mais completa análise da importância do romance machadiano para uma compreensão muito próxima da realidade social de nossa incipiente vida nacional que, àquele momento, se inaugurava.

Como bem salientou o próprio autor: “Pela ordem, procurei ver na gravitação das idéias um movimento que nos singularizava. Partimos da observação comum, quase uma sensação, de que no Brasil as idéias estavam fora de centro, em relação ao uso europeu. E apresentamos uma explicação histórica para esse deslocamento, que envolvia as relações de produção e parasitismo no país, a nossa dependência econômica e seu par, a hegemonia intelectual da Europa, revolucionada pelo Capital. Em suma, para analisar a originalidade nacional, sensível no dia-a-dia, fomos levados a refletir sobre o processo da colonização em seu conjunto, que é internacional. O tic-tac das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário”¹⁶¹.

Não há dúvida quanto à importância dos marcos teóricos acima discutidos, de que a nossa ciência social universitária, a partir dos anos 50 e 60, pudesse lançar luz aos novos temas e debates já iniciados por aqueles autores da geração de 30 à nossa forma de reinterpretar a formação sócio-econômica do Brasil, tendo como base esses mesmos autores. O que denominamos por rompimento com o ensaísmo não consiste na negação da importância das obras dos grandes intérpretes brasileiros, mas sim, como incorporação e base para uma análise mais ampla sobre os assuntos lançados por obras como *Casa Grande & Senzala*, *Raízes do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Formação Econômica do Brasil*.

Sob este aspecto é evidente o engrandecimento que os intelectuais, por nós estudados neste trabalho, proporcionaram na melhor divulgação, ampliação e discussão dos assuntos apresentados por autores como Sérgio Buarque, Gilberto Freire, Caio Prado Junior e Celso Furtado, entre outros, além de inovar os estudos marxistas no Brasil, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e consolidação do Marxismo em nosso país.

¹⁶¹ Roberto Schwarz – *Ao Vencedor as batatas* – São Paulo, Duas Cidades, 1977. p.24

Conseqüentemente, o rompimento com o ensaísmo e a discussão pormenorizada de assuntos como formação colonial, escravidão, Estado nacional e discriminação racial passaram a ter na hierarquia da nossa ciência social, junto com a questão do desenvolvimento econômico, local de destaque na Universidade de São Paulo e na ciência social que nela se estudava.

4.3 – O diálogo entre História e Ciências Sociais no Brasil

Caso pudéssemos traçar uma linha evolutiva em relação aos temas pelos quais gravitaram os trabalhos da segunda geração de cientistas sociais uspianos, poderíamos dizer que tiveram eles a seguinte trajetória: primeiramente, estudos que diziam respeito à nossa formação social como nação no século XIX e, dentro dessa formação, a questão racial e da escravidão aparecem com destaques nos trabalhos¹⁶². Posteriormente, e com maior ênfase, surgiria como tema principal a questão do desenvolvimento econômico e a forma de inserção do Brasil no contexto capitalista mundial da época.

Essa evolução cronológica dos temas, saindo do estudo do século XIX e adentrando as questões pertinentes ao século XX, tem sua primeira concretização quando da criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT) em 1962¹⁶³, onde começaram a desenvolver-se os temas que seriam analisados, tais como: o problema do desenvolvimento econômico, do papel do empresariado, a questão da presença e importância do Estado no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Os intelectuais uspianos começavam, pois, a desenvolver os

¹⁶² Vejam as teses que se produziram neste sentido: Florestan Fernandes *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*; Fernando Henrique Cardoso - *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. Octavio Ianni - *Metamorfoses do Escravo*. Emilia Viotti da Costa - *Da Senzala à Colônia*. Maria Arminda Arruda, obra citada, p.240 e segs.

¹⁶³ O centro foi criado com o objetivo de estudar as questões relativas ao desenvolvimento econômico e servir como braço intelectual dentro da FFCL no que diz respeito às pesquisas sociológicas sobre a atuação do empresariado e do Estado brasileiro no desenvolvimento do capitalismo em nosso país. Sobre a atuação do Cesit e suas funções ver: Maria Arminda do Nascimento Arruda. obra citada. Fernando Henrique Cardoso. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo. Difel. 1964.

temas nos quais eles mesmos definiam a forma também de se inserirem no debate acadêmico, político e ideológico, em curso no país, naqueles anos 50.

Essa mudança em relação aos temas tratados num primeiro momento, e que diziam respeito à questão da escravidão e da formação de nosso Estado Nacional, para os temas diretamente envolvidos com a questão da industrialização brasileira e da consolidação de uma estrutura tipicamente capitalista no Brasil, que grassavam desde os anos 30, passavam a ser o foco no qual se debruçariam os cientistas sociais uspianos. Isso aconteceu, na medida em que se começavam a ampliar os debates acerca dos problemas do capitalismo e seu estágio na realidade brasileira, que naquele momento tinham no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) os principais centros de discussão acerca do tema.

Os estudos sobre a atuação do empresariado seguiram essa direção, bem como o papel do Estado no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, passava a ser discutidos no plano intelectual e também político, quando a sociologia paulista uspiana entrou em cena para debater as perspectivas que se punham ao país como nação com possibilidades de desenvolvimento e avanço em relação ao nosso passado arcaico e atrasado.

Como já dissemos, ISEB e CEPAL passaram a ser, no momento em discussão, as instituições com as quais a ciência social uspiana, principalmente os intelectuais marxistas que dela eram membros, debateriam o problema do capitalismo no Brasil. No que diz respeito à esquerda intelectual-partidária – o PCB como principal espaço – a questão era apenas de superar a vulgaridade do marxismo utilizado por seus principais divulgadores. Logo, por um lado, o marxismo uspiano questionava o marxismo vulgar dos comunistas e, por outro, procurava rebater o antimarxismo isebiano e também fazia a crítica da teoria, até certo ponto neoclássica, vinculada ao pensamento cepalino.

Como apresentado no capítulo III, a questão da industrialização nos países periféricos teve, a partir dos anos 50 na América Latina, a contribuição teórica e prática da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) que, como órgão das Nações Unidas, procurou estimular o desenvolvimento econômico na região. Os pressupostos teóricos da CEPAL foram, ao longo dos anos 50, 60 e 70, objeto de discussão e de

interpretações das mais variadas. Nesse sentido, a originalidade das idéias cepalinas residiu no fato de que as questões do atraso sócio-econômico dos países periféricos e de passado colonial podiam ser superadas, caso ocorresse neles um processo de industrialização.

Então, para a CEPAL, os países periféricos poderiam diminuir a distância econômica em relação aos países desenvolvidos, na medida em que superasse sua situação de subordinação na economia capitalista, rompendo com a divisão internacional do trabalho. Conforme as economias periféricas superassem sua condição de países agrário-exportadores, através da industrialização, poderiam lograr melhorias em suas condições econômicas e sociais.

A argumentação teórica da CEPAL tinha forte relação com a teoria de desenvolvimento econômico em voga nos anos 50, claramente de caráter neoclássico e, por assim dizer, a-histórico.¹⁶⁴ Dentro dessa perspectiva, a Teoria do Subdesenvolvimento surgia como uma perspectiva de que o desenvolvimento capitalista nos chamados países periféricos seria condição geral para a melhoria de sua sociedade. Porém, ao não considerar as mediações históricas dos processos sociais de formação desses mesmos países periféricos, a teoria cepalina acabou por deixar um vácuo na questão de como este desenvolvimento econômico aconteceria. Ou seja, faltou uma análise das condições históricas em que o desenvolvimento econômico se daria, e uma análise da lógica da estrutura social então presente nos países periféricos e como estavam caracterizadas as classes sociais das quais se poderiam esperar atitudes dentro do processo.

Para o pensamento cepalino, a questão se resolveria na órbita do Estado como comandante do processo e, também, na utilização de recursos provindos dos países centrais, ou seja, o Estado, ao ser o indutor e condutor do processo, poderia, ao mesmo tempo, promover a industrialização conforme modificasse a lógica do crescimento econômico ao mudá-lo de sentido. Ao invés de exportar produtos, o país se

¹⁶⁴ Sobre a questão da teoria do desenvolvimento econômico referente ao período: Fernando Novais – “Sistema Colonial, industrialização e etapas do desenvolvimento”, In: *Aproximações*, obra citada, p.127 – 139; Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. *O Processo de Industrialização*, São Paulo. Editora Unicamp. 2005.

industrializaria, mediante a importação de recursos capazes de fomentar a atividade industrial¹⁶⁵.

No intuito de avançar as questões teóricas ao pensamento cepalino, Celso Furtado foi o primeiro a aprofundar os temas relativos ao desenvolvimento dos países periféricos quando, em 1959, com a publicação do livro *Formação Econômica do Brasil*, procurou analisar a trajetória econômica de nossa nação desde sua colonização. Utilizando-se de instrumental inédito¹⁶⁶, Furtado reconstituiu os ciclos econômicos brasileiros de forma a desvendar os motivos dos entraves ao desenvolvimento econômico do país¹⁶⁷, e, nesse sentido, superou as antigas análises fragmentárias dos aspectos da economia brasileira, dando início, no Brasil, ao debate sobre a questão do desenvolvimento econômico, tema do qual a Cepal também levantara questões pertinentes.

Foi, também, a partir dos estudos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que a questão do desenvolvimento econômico tomou fôlego, na medida em que, como receptor das idéias cepalinas, o ISEB e seu grupo de intelectuais, procuraram escrever sobre quais seriam as formas de desenvolvimento socioeconômico que o Brasil teria e, mais que isto, quais atores fariam parte no processo.

Convém lembrar que as bases teóricas fundamentais do ISEB eram a crítica ao Marxismo e a questão da luta de classes pertencentes a essa ideologia, bem como lançar a questão da associação e não a ruptura entre as classes sociais que seriam o motor da superação do atraso sócio-econômico brasileiro. A crença de que o Estado dotado de uma burocracia capaz de fazê-lo executor de políticas públicas, e de intervenção econômica capaz de liderar o crescimento e desenvolvimento brasileiro foi parte consistente do pensamento dos intelectuais do ISEB.

¹⁶⁵ Para uma melhor explicação teórica do pensamento cepalino: Ricardo Bielschowsky. obra citada. Guido Mantega. *Economia Política Brasileira*. Petrópolis. Ed. Vozes. 1984. João Manuel Cardoso de Mello, obra citada. Fernando Henrique Cardoso. *As Idéias e o seu Lugar*. Petrópolis. Ed. Vozes 1992.

¹⁶⁶ Conforme observou Cardoso de Mello, a novidade e grandeza teórica do livro consistiram em aplicar na análise da economia brasileira retrospectiva um instrumental keynesiano. In: Guido Mantega, José Marcio Rego (org) *Conversas com Economistas Brasileiros*. Volume II. São Paulo. Editora 34. 2002

¹⁶⁷ Cf. Fernando Antonio Novais. *Aproximações – Estudos de História e Historiografia*. São Paulo. Ed. Cosacnaify. 2005.

Ora, CEPAL e ISEB foram os principais interlocutores e alvos sobre os quais a ciência social uspiana, já munida das ferramentas teórico-metodológicas do marxismo, fizeram o contencioso acadêmico em torno das questões centrais que determinariam as condições concretas de desenvolvimento capitalista no Brasil.

Na trajetória que havíamos colocado em relação à mudança do objeto de pesquisa da escola uspiana, na qual os temas relativos à escravidão ficaram em segundo plano, emergindo as questões relativas ao estágio de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, os estudos e as pesquisas oriundas do então Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), foram utilizados como forma de inserção da escola no debate nacional brasileiro da época. Seu marco inaugural resultou de uma pesquisa com a classe empresarial paulista e alguns setores empresariais do sul do Brasil, o que iria resultar em um livro originalmente defendido como tese de livre-docência por Fernando Henrique Cardoso e que lançou as bases do debate com a Cepal e com o ISEB.¹⁶⁸

As questões relativas aos entraves ao processo de industrialização e modernização do país foram apenas discutidas no âmbito das idéias cepalinas, pois, com relação ao ISEB, não existiu por parte da sociologia uspiana, um confronto de idéias. Ao contrário, o expediente utilizado foi o do “argumento de autoridade” que consistiu na desqualificação do ISEB por parte dos intelectuais paulistas, na medida em que caracterizavam o órgão governamental, por estar vinculado ao aparelho de estado, não-dotado de *status* intelectual capaz de relevância acadêmica. Nesse sentido, foi um demérito ao desenvolvimento intelectual a negação das teses isebianas por parte dos intelectuais paulistas, o que, posteriormente, foi objeto de uma reparação acerca dessa questão¹⁶⁹.

Analisando, através de pesquisas sobre o empresariado industrial brasileiro, Cardoso concluiu que a classe não aspirava realizar qualquer ruptura com as estruturas dominantes que, vinculadas à dominação oligárquica, ainda influenciavam, e muito, as estruturas sociais do Brasil. No entanto, também esta mesma classe industrial, aceitava

¹⁶⁸ Fernando Henrique Cardoso - *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo. Difel. 1964.

¹⁶⁹ Sobre a questão do não reconhecimento do ISEB por parte dos acadêmicos uspianos, ver Caio Navarro de Toledo, obra citada.

que o capital estrangeiro pudesse adentrar o país e dele ficar sócia, referendando, assim, sua inserção subordinada no processo de modernização industrial.

Procurando fazer a análise através dos grupos sociais, fugiu ao escopo do trabalho de Fernando Henrique Cardoso uma questão que na época da pesquisa (1963) era consenso em relação à forma pela qual o país se industrializava faltou à análise empreendida pelo nosso autor a posição-chave do Estado brasileiro no processo de industrialização. Na verdade, as bases para uma estrutura industrial já haviam sido estabelecidas pelo Estado, desde a implantação do complexo siderúrgico na cidade de Volta Redonda, bem como o processo de industrialização pesada, iniciada com menor velocidade em 1950, durante o segundo Governo Vargas e de forma mais acentuada no quinquênio Kubistchek.

Também, ao negligenciar o papel do Estado nesse processo, centrando forças apenas na caracterização da classe burguesa nacional incapaz de liderar o processo de industrialização e modernização nacional, perdeu Cardoso o enfoque na questão das transformações sociais no país, pois se não possuíamos uma burguesia industrial capaz de conduzir o processo de “revolução burguesa” tampouco nosso proletariado tinha a capacidade para conduzir esse processo.

Por mais paradoxal que possa ser, ao eleger a questão da luta de classes como elemento teórico de análise, o livro de Fernando Henrique Cardoso não encontra nas clássicas classes sociais capitalistas a força para a condução da transformação social do país. E, em sua conclusão, a disjuntiva *sui generis* do processo de modernização brasileiro: subcapitalismo ou socialismo. É de se perguntar como ocorre subcapitalismo em condições de industrialização pesada comandada pelo Estado e com a massificação da sociedade; e, também, como encaminhar o país no para o socialismo sem classe proletária¹⁷⁰.

No que diz respeito ao debate estabelecido pelo livro observamos que o alvo é o ISEB, na medida em que este órgão e seus intelectuais, ao contrário de Cardoso, centravam esforços na justificativa que era a burguesia nacional, juntamente com setores médios de dentro e de fora do aparelho de Estado, em suma, burocratas do

¹⁷⁰ Para uma explicação mais pormenorizada sobre o assunto ver Guido Mantega “Teoria da Dependência Revisitada – um balanço crítico” 1997. EAESP/FGV/NPP. Mimeografado.

Governo e profissionais liberais de fora dele que conduziriam, juntamente, com o próprio Estado o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Em que pesem os argumentos corretos, no que diz respeito ao diagnóstico sobre a burguesia industrial brasileira, o livro de Fernando Henrique, no mínimo, peca ao não analisar a importância estatal na condução do processo de industrialização brasileiro, pelo menos desde o segundo governo de Getúlio Vargas, quando as bases para o processo de industrialização pesada começaram a ser implementadas.

Dentro dessa lógica, negligenciando o papel importante do Estado brasileiro, bem como as características muito específicas na qual se desenvolvia a industrialização pesada no país, o autor de *Empresário Industrial* vislumbra e argumenta que o processo de consolidação do capitalismo no Brasil seria, então, visto como uma articulação entre a associação do empresariado brasileiro como capital estrangeiro, além de um processo de internacionalização do mercado interno. Essa forma de análise iria se reproduzir, posteriormente, num grande questionamento sobre as teorias econômicas cepalinas e as alternativas que seriam possíveis ao desenvolvimento capitalista na América Latina. Tal análise, que foi desenvolvida em fins dos anos 60 e começo dos anos 70, ficou conhecida dos meios acadêmicos como “Teoria da Dependência”.

O marco teórico dos dependentistas foi o livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*¹⁷¹, que procurava analisar as formas de desenvolvimento capitalista no continente, partindo de uma crítica ao pensamento teórico da Cepal, na medida em que privilegiava a análise do processo de substituição de importações e das questões relativas à deterioração do comércio internacional. Assim sendo, os autores procuram considerar o modo pelo qual, internamente, tanto as forças políticas (classes sociais), quanto a presença do capital estrangeiro interferiam na dinâmica de acumulação de capital. Nesse sentido, a questão proposta é de origem política, ou seja, saindo da questão meramente econômica cepalina, para analisar o desenvolvimento enquanto uma opção política dos países latino-americanos.

Para que tal análise fosse realmente confirmada em sua proposta ter-se-ia, então, que rever, primeiramente, toda a forma de organização social dos países latino-

¹⁷¹ Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, 1970, Zahar Editores. São Paulo

americanos buscando, através do processo histórico de sua formação, uma periodização da história econômica da América Latina para que se pudesse entender como o capitalismo viria a se formar e a consolidar-se na periferia mundial.

Assim sendo, a análise pressupunha que o desenvolvimento capitalista, nos países latino-americanos, seria um desenvolvimento periférico, na medida em que a formação periférica das nações, antes colônias, e mesmo após a emancipação continuaram a ser economias agro-exportadoras, portanto, subordinadas à divisão internacional do trabalho na lógica de funcionamento do capitalismo mundial. Neste ponto, a problemática inaugurada pelos dependentistas parte do mesmo marco de periodização estabelecido pela CEPAL em suas análises sobre a questão da subordinação internacional capitalista aos quais estavam submetidos os países latino-americanos.

Dessa forma, a contribuição da Teoria da dependência foi a de analisar o desenvolvimento na América Latina, a partir das questões internas de reprodução econômica, bem como explicar a estrutura de dominação social, concluindo, porém, que o problema do capitalismo periférico dependia, em última instância, da vontade e dos interesses do capital externo, na medida em que nenhum grupo ou classe social estruturada seria capaz de levar a cabo a consolidação do desenvolvimento capitalista na periferia. Mais explicitamente colocava-se como alternativa aos países latino-americanos uma inserção associada ao capital externo para desenvolver suas sociedades. Ao não atribuir qualquer importância aos grupos sociais dos países latino-americanos, os dependentistas vaticinaram que o desenvolvimento e a inserção ao mundo desenvolvido seriam subordinados e não autônomos.

Outro ponto negligenciado, a nosso juízo, pela “Teoria da Dependência” foi o de excluir da importância concreta que o Estado possuía no processo de industrialização e desenvolvimento na América Latina. A negligência vai no sentido de caracterizar o Estado, abstratamente, como uma estrutura a serviço de grupos de interesses e de pactos políticos que visavam manter estruturas arcaicas. Foi no bojo desse problema que surgiu, a nosso ver, de forma equivocada o conceito de Estado populista, enquanto

uma forma de aliança, na qual o Estado manejaria com os diversos grupos sociais, uma forma de equilibrar o poder¹⁷².

Ao não propor, também, nenhuma alternativa à forma de desenvolvimento até então existente, os dependentistas acabaram por fazer a apologia do desenvolvimento capitalista dependente e associado, como forma de inserção da periferia capitalista ao centro.

Apesar do avanço e do marco teórico em relação ao pensamento da CEPAL, destacando determinações internas ao processo de desenvolvimento, os dependentistas não explicitaram que tipo de desenvolvimento seria possível para tirar do subdesenvolvimento e da condição periférica os países latino-americanos. Nesse ponto, sua contribuição não logrou um satisfatório êxito.

O livro *Dependência e Desenvolvimento Econômico na América Latina* procurou inaugurar um marco teórico nas análises que tinham por objetivo superar o economicismo cepalino, e a própria teoria da dependência foi uma decorrência desse projeto. Porém, a própria Teoria da Dependência foi, também, objeto de uma análise criteriosa, com o objetivo de poder ampliar o debate em torno das alternativas ao

¹⁷² Não estão nos limites deste trabalho, a discussão sobre o conceito de Estado Populista, enquanto evento histórico, ocorrido da Rússia e dos Estados Unidos, do século XIX. Porém, é necessário explicar o nosso ponto de divergência para com a aplicação do conceito populismo pela sociologia uspiana. O populismo surge como um fenômeno social em dois países no século XIX, Rússia e Estados Unidos. Ambos convergem para uma característica básica: *Anticapitalismo*, ou seja, tanto o movimento Narodnik na Rússia, quanto o Partido da Terra nos Estados Unidos, a aversão à industrialização, bem como à lógica capitalista, faziam desses movimentos, que consistiam em uma aliança entre classes subalternas e os grupos dominantes conservadores, a lógica de ser do populismo no século XIX, ou seja, queriam formar nações que em nenhum momento fossem pautadas pela lógica capitalista. O fenômeno que denominam como populismo latino-americano não se encaixa nesse conceito. O que se fez na América Latina foi uma industrialização capitalista, pela qual se procurou a industrialização e o desenvolvimento econômico. Mais ainda, não ocorreram alianças entre grupos subalternos e classes dominantes conservadoras neste processo. A industrialização se deu a partir do Estado, enquanto condutor e financiador em última instância do processo, além de ser o responsável pelo surgimento de novos grupos sociais urbanos decorrentes do processo de industrialização coordenado pelo próprio Estado. Assim sendo, é o Estado que, ao possuir autonomia entre as diversas instâncias sociais, se constitui principal condutor e responsável pela legitimação de sua forma de existência; foi o Estado que determinou e condicionou a forma de desenvolvimento capitalista na América Latina. Desta forma, nem o termo populismo serve como algo sustentável teoricamente para explicar o período 1930-1960, muito menos o termo Estado de compromisso que, no mais das questões, contribuíram, para uma visão distorcida e míope sobre a real e determinante importância do estado na constituição do capitalismo na América Latina.

Sobre o conceito de populismo e suas variantes são de importância as seguintes obras: V. Lênin - "A que herança renunciamos"; "Sobre o direito de autodeterminação das nações"; "O desenvolvimento do capitalismo na Rússia". In: *Obras Escolhidas*. Tradução portuguesa. São Paulo. Editora Alfa-Ômega.

desenvolvimento capitalista na América Latina. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido a partir do livro *Capitalismo Tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello¹⁷³, desvela e amplia as questões propostas nas obras acima citadas, bem como reconstitui em termos históricos os processos de constituição do capitalismo no Brasil, bem como na América Latina.

O livro que avança, no que diz respeito às análises de caráter marxista, no que se refere ao desenvolvimento do Brasil e, fazendo uma reconstituição histórica do desenvolvimento capitalista em nosso país, mostra como, a partir de uma nova periodização da história econômica brasileira, podemos entender as dificuldades e os bloqueios à plena constituição do capitalismo em nosso país. Partindo do pressuposto teórico, contido na análise feita por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, bem como em uma análise marxista acerca de nossa formação econômico-social, o livro, praticamente, inaugura uma nova forma de entender o desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina.

Dividido em duas partes, o livro de Cardoso de Mello primeiramente parte da explicação das origens de um capitalismo retardatário, na medida em que considera que as condições periféricas das nações latino-americanas no contexto do capitalismo mundial. Assim sendo, é a partir da reconstituição histórica dos períodos, modificando o paradigma cepalino, que Cardoso de Mello vai mostrando como as questões de caráter interno da economia, esboçadas na teoria da dependência, poderiam ser aprofundadas e espelhar os problemas enfrentados pelo Brasil no seu desenvolvimento capitalista.

Partindo de uma análise da estrutura e da dinâmica do Antigo Sistema Colonial, feita por Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello analisa como a formação de uma economia nacional exportadora cafeeira, nos mesmos moldes de funcionamento da economia colonial, e procura demonstrar como a lógica de acumulação foi capaz de constituir as relações de produção especificamente capitalistas e criar, também, as condições de desenvolvimento do capital industrial. Nas palavras do autor:

¹⁷³ João Manuel Cardoso de Mello, obra citada.

“Como não poderia deixar de ser, a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador, quanto em seu segmento urbano (...) Ademais, a grande indústria não atraiu capitais do complexo cafeeiro num momento de crise, porque lhes remunerasse melhor, mas, pelo contrário, num momento de auge exportador, em que a rentabilidade do capital cafeeiro há de ter alcançado níveis verdadeiramente extraordinários (...) Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a esta transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador”¹⁷⁴.

Assim sendo, o surgimento do capital industrial não se dá por causa de crise no complexo cafeeiro, senão por um processo de superacumulação de capital. Dessa forma, encerrava-se o mito pelo qual teria sido nos momentos de crise que os capitais do café procuraram novas forma de acumulação no capital industrial. Tal formulação lançaria as bases para outra questão fundamental: como, então, apesar de a superacumulação gerar o capital industrial, este não foi capaz de implementar uma indústria de bens de produção para o desenvolvimento capitalista no Brasil? Vejamos, novamente, como procede nosso autor:

“Dissemos que tão-somente uma certa indústria, a grande industria produtora de bens de consumo assalariado, especialmente a têxtil, foi capaz de surgir. Somos conduzidos a uma questão decisiva: por que, concomitantemente, não nasce a industria de bens de produção? Ou seja, por que não se constituem, no momento do nascimento do capital industrial, forças produtivas capitalistas?”¹⁷⁵.

Mais adiante responde o próprio autor da seguinte forma:

¹⁷⁴ Cf. João Manuel Cardoso de Mello, obra citada p. 106-107.

¹⁷⁵ Cf. João Manuel Cardoso de Mello, obra citada p.108.

“Para compreender corretamente a questão, é preciso atentar que, nas duas últimas duas décadas do século passado, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da Segunda Revolução Industrial, a indústria pesada, especialmente a siderúrgica, atravessa uma profunda mudança tecnológica que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Vê-se, imediatamente, que se apresentam problemas praticamente insolúveis de mobilização e concentração de capitais e que os riscos do investimento numa economia como a brasileira, onde o capitalismo apenas engatinhava, se tornam extraordinários. Finalmente, o que não é menos importante, a tecnologia da indústria pesada, além de extremamente complexa, não estava disponível no mercado, num momento em que toda sorte de restrições se estabelecem, num mundo que assiste a uma furiosa concorrência, entre poderosos capitalismos nacionais”¹⁷⁶.

Assim sendo, fica aparente que a dificuldade de implantação da grande indústria esbarrava na questão das bases técnicas e financeiras que esse tipo de indústria requer para ser instalada. Mais ainda, não estávamos em um momento de capitalismo concorrencial e sim monopolista, em que a participação do Estado e do grande capital bancário seria decisiva para a implementação da indústria de bens de produção. Em outras palavras, as livres forças do mercado não seriam capazes de, por si, só produzir a industrialização, independentemente do tipo de burguesia que por aqui possuíamos. . Essa questão histórica explica a característica muito específica dessas condições de industrialização mostrando o caráter retardatário e tardio do capitalismo brasileiro.

Neste sentido, ao reconstruir o processo histórico de nossa formação capitalista, João Manuel Cardoso de Mello supera e melhora a análise precedida tanto pelos cepalinos quanto pelos dependentistas na discussão sobre a característica de nossa industrialização e os problemas específicos da constituição do capitalismo no nosso país, o que faz dele um capitalismo tardio e periférico. A questão a ser ressaltada nesse ponto diz respeito tanto ao método de análise quanto à reconstituição histórica.

¹⁷⁶ Cf. João Manuel Cardoso de Mello, obra citada, p.109.

Ao denominar este subitem do capítulo como o diálogo entre História e Ciências Sociais, procuramos questionar algumas formas de entendimento e interpretação acerca da experiência universitária marxista no Brasil. Com isso, estamos chamando a atenção para questões pertinentes à maneira pela qual certas formas de utilização do método marxista podem infundir em questões complexas de interpretação da História, bem como da sociedade. A nosso ver, se tomarmos o Marxismo como uma teoria da História e não como uma teoria do Conhecimento, poderemos vir a ter maior êxito nas análises que possamos empreender. Em sentido diverso, na medida em que abdicarmos da análise total dos fenômenos históricos em prol da conceitualização e da especificação de explicar objetos sociais em separado, como comumente fazem as diversas ciências sociais, tenderemos a diminuir tanto o grau de amplitude da análise, quanto à sua profundidade.

Na verdade, somente uma utilização do conceito de totalidade, atribuída ao Marxismo, enquanto método científico de análise da realidade, pode conferir à reconstrução histórica um grau de autonomia e profundidade dignas do método utilizado. Não há por que se apequenar diante do Marxismo, não há por que negligenciar e diminuir a importância do método para a reconstituição da realidade social e histórica. Se existe método histórico que ousou tentar explicar e reconstituir sobre bases materialistas a sociedade capitalista, esse método foi o Marxismo, e nesse sentido, qualquer negligência em sua utilização significa uma diminuição e um limite acerca dos objetos estabelecidos.

O diálogo entre História e Ciências Sociais sob a ótica do Marxismo, só pode acontecer na medida em que estas sirvam de ferramentas para aquela. Na verdade, ao fragmentarmos o conhecimento nas ciências humanas por conta do desenvolvimento industrial, a partir do século XIX, demos um salto para trás, na forma de interpretação da realidade social e, nesse sentido, convém, rapidamente, restabelecer a primazia da História, enquanto campo de investigação e de reconstituição dos fenômenos sociais, e dentro dela, a primazia do materialismo histórico, enquanto método mais profícuo para sua interpretação, a fim de que não corramos o risco de ficarmos presos aos modismos que reproduzem e glorificam a História dos “odores e dos sabores”.

Considerações finais

***“Nós buscamos intensamente a verdade,
só conhecemos incertezas”.***

Blaise Pascal

Já se disse com certa propriedade que o que importa em História é o homem¹⁷⁷. Se observarmos a trajetória intelectual do marxismo enquanto corrente ideológica herdeira da obra marxiana, pode-se dizer que o que realmente importa é a História dos homens. É neste sentido que procuramos ao longo do trabalho discutir os caminhos pelo qual o marxismo percorreu o século XX e de que forma sua recepção em países periféricos, especificamente no Brasil, traduziu-se em questões práticas em torno das questões de formação da Nação e de desenvolvimento do capitalismo.

Contradição imanente? Se levarmos ao pé da letra a ênfase que Marx dava à questão da exploração do homem pelo homem na lógica de funcionamento do capitalismo, bem como sua defesa incontestada do internacionalismo revolucionário, como forma de emancipação humana, não resta dúvida que o marxismo caminhou por estradas diferentes das desejadas pelo pensador do qual as idéias marxistas são devedoras.

Porém, o marxismo não é só Marx. Neste sentido, tanto a evolução histórica do marxismo, assim como as obras de importantes marxistas, ajudaram a fomentar um debate sério e meticuloso sobre as contradições históricas no capitalismo, e dessa forma, a dinâmica na qual cada sociedade evoluiu. Como bem explicou Carlos Alonso Barbosa de Oliveira:

“... a evolução do capitalismo em diferentes nações não constitui mera reprodução dos processos ocorridos nas nações avançadas. Vimos também que a evolução dos diversos capitalisms nacionais não é mero reflexo da economia mundial, ou seja, que as economias nacionais guardam certas especificidades.

¹⁷⁷ Eduardo D'Oliveira França - *Portugal na época da Restauração*. São Paulo. Hucitec. 1997. pp. 401

*Por outro lado, indicamos que a gênese do capitalismo em cada nação é determinada pelas circunstâncias históricas nas quais este processo está imerso. Vale dizer, a formação do capitalismo em cada nação é determinada em primeira instância, pelo passado, pela estrutura econômica e social que precede o capitalismo; mas esse processo é também determinado, em última instância, pela etapa vivida pelo capitalismo em âmbito mundial”.*¹⁷⁸

Não restam dúvidas de que foi nesta perspectiva que o marxismo evoluiu através do fim do século XIX e durante quase todo o século XX, na tentativa de compreensão sobre a dinâmica e o funcionamento do capitalismo, bem como dos contextos sociais específicos de cada país. Neste sentido, um pensador como Lênin, que soube como poucos entender o estágio de desenvolvimento e da monopolização na qual o capitalismo se encontrava, foi capaz de entender como esta dinâmica afetava um país atrasado e rural. Assim pensou como se poderia acelerar as lutas intestinas da sociedade russa rumo a revolução proletária.

Nesta mesma linha de raciocínio, podemos entender um pensador como Gramsci, que foi capaz de compreender a partir do marxismo, a fragmentação social e o peso que certas instituições presentes no seio da sociedade italiana. Compreender como dificultavam a organização operária e como a questão do nacionalismo na Europa ocidental dificultava, em termos, a lógica de emancipação pretendida pela esquerda comunista.

Nos países periféricos, autores como José Carlos Mariátegui e Caio Prado Junior souberam utilizar o marxismo como um método capaz de apreender a realidade da periferia capitalista e, através de uma revisão histórica sobre o passado desta mesma periferia, procuraram entender as barreiras e as dificuldades que um passado colonial impunham à constituição plena, tanto da nação, quanto do capitalismo propriamente dito.

A difusão do marxismo através dos aparelhos partidários, bem como de sua implementação na universidade, a duras penas, fez com que a compreensão da dinâmica capitalista colocasse questões sobre o desenvolvimento e sobre os destinos dos países na ordem do dia.

¹⁷⁸ Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, obra citada. pp. 96.

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil, através da criação e crescimento das universidades, talvez tenha sido, dentre as transformações ocorridas durante o século XX, a que possivelmente possibilitou uma melhor aceitação e compreensão do marxismo enquanto método de análise capaz de discutir, em profundidade, os problemas enfrentados para a plena constituição e desenvolvimento social do país. Não obstante, é necessário frisar que o marxismo não encontrou caminho fácil na universidade, pois dada à forma oligárquica e elitista no qual a universidade estava inserida desde sua criação, talvez tenha sido, isto sim, um grande avanço conseguir introduzir e solidificar uma certa herança marxista nos trópicos.

Mais do que isto, a questão da universidade estava inapelavelmente ligada à questão das transformações do país, desde que a industrialização e o desenvolvimento econômico e social, passaram a ser questão primeira dos governos constituídos após 1930.

Pensar o Brasil, analisar seu passado histórico e explicar nossas transformações e problemas, foi o mote pelo qual, vários intelectuais empunharam a bandeira do questionamento ordem social brasileira. A refundação do país, sua transformação em a uma nação plenamente constituída, suplantar o descalabro da desigualdade social fruto do passado escravista era o horizonte político de todos os setores intelectuais e políticos progressistas do país.

Foi neste ambiente político dos anos subseqüentes a 1930, que o marxismo encontrou terreno fértil para despertar no país indagações sobre as condições de desenvolvimento capitalista e também como superar o atraso sócio-econômico. Sua implementação nos currículos acadêmicos permitiu um diálogo com correntes de pensamento totalmente oposto ao marxismo, como o pensamento cepalino. Tal aproximação permitiu indagar sobre as perspectivas de condução do Estado no processo de modernização do país.

No correr dos anos 50 e 60, o Brasil conseguia superar a duras penas o atraso industrial e na medida em que consolidava um processo de industrialização visando a plena consolidação do capitalismo no país, as lutas sociais ganhavam corpo. Discutir o Brasil e sua sociedade estava na ordem do dia. Como disse Roberto Schwarz a respeito daquele período: “Nunca fomos tão inteligentes”.

À época do seminário de Marx convergiu para um momento único de inflexão social e política no país. Não só mais a industrialização pura e simples era a questão fundamental. A sociedade e os problemas que haveriam de ser solucionados, principalmente os relativos à incorporação das camadas excluídas, a questão da reforma agrária e da estrutura fundiária brasileira, bem como os caminhos do desenvolvimento econômico foram os ingredientes de um “caldo de cultura” capaz de aflorar na sociedade as mais profundas contradições e disputas de grupos de interesse. O desfecho deste processo é sabido por todos. As águas de março que fecharam o verão de 1964 trouxeram-nos a modernização conservadora e as lutas sociais no Brasil conheceram mais uma derrota frente às forças conservadoras.

Especificamente ao marxismo, restou ruminar e engolir durante decênios os fracassos políticos e sociais daquele período, tentando entender como as forças conservadoras bloquearam uma transformação em curso como poucos momentos de nossa história nacional permitiram.

Não resta dúvida que, apesar dos destinos do país após 1964, o legado de transformação dos nossos “30 anos gloriosos”, no que diz respeito ao período em que o país modificou-se entre 1930 e 1960, foi inegavelmente capaz de consolidar as bases para o surgimento de algo novo e transformador neste país. Neste processo amplo e complexo, o marxismo também tem a sua contribuição.

Ao adentrar nossas universidades, ao contribuir para uma melhor interpretação de nossa realidade nacional, o pensamento marxista brasileiro está entre os mais refinados e modernos campos de investigação social. A incorporação do cabedal intelectual marxista no Brasil fez produzir um amplo leque de pensadores e intelectuais que discutiram a fundo o país, seus caminhos e suas contradições. Serviu fundamentalmente para mostrar os limites do aparato partidário dos Partidos Comunistas, bem como para entender a dinâmica da luta de classes em condições periféricas de desenvolvimento capitalista.

Se nosso legado intelectual ainda sobrevive à duras penas, não resta dúvida de que isto se deve a persistência de pensadores marxistas em apontar os limites que uma modernização conservadora neste país impôs a sociedade.

A vitória liberal-conservadora em 1964 cerceou o projeto progressista em curso desde 1930, porém não foi suficiente para derrotar de um só golpe a proliferação do marxismo pelos debates intelectuais brasileiros, transformando-os em ilhas de críticas consistentes e sólidas capazes de fazer com que o pensamento crítico brasileiro ainda permaneça ativo e com voz.

Se existe algo a ser ressaltado na trajetória do marxismo nestes quase um século de luta intelectual é que nenhuma outra corrente de pensamento foi capaz de entender com mais precisão a questão fundamental da sociedade humana. Esta questão reside talvez naquilo que existe de mais concreto e dialético na História da humanidade, a questão da contradição imanente do Capital. Se o marxismo teve a primazia de entender que a História somente pode ser a História dos homens, teve também o brilhantismo de diagnosticar que ela, a História, foi, é e continuará a ser também a História da luta de classes, para o bem e para o mal.

Bibliografia

- Althusser, Louis – *Ler o Capital*, Trad. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1980.
- Anderson, Perry - *Considerações sobre o marxismo Ocidental*, Trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ªed. 1989.
- Arantes, Paulo Eduardo – *Sentimento de Dialética*, São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- Arantes, Paulo Eduardo - *Um departamento francês de ultramar*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 1994.
- Aricó, José - “O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional”, in: Eric Hobsbawm (org) – *História do Marxismo*, V. 8, Paz e Terra. 1989.
- Aron, Raymond – *Pensar a Guerra: Clawsewitz*, Trad. Brasília, Ed. UNB, 1985.
- Arruda, Maria Arminda do Nascimento - “A modernidade possível: cientistas e Ciências Sociais em Minas Gerais”, in: Miceli, Sérgio (org) – *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, 1998.
- Arruda, Maria Arminda do Nascimento - “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a Escola Paulista”, in: Miceli, Sérgio, org: *História das Ciências Sociais no Brasil*, Vol. II, São Paulo, Editora Sumaré, 1995.
- Arruda, Maria Arminda do Nascimento – *Metrópole e Cultura*, São Paulo, Edusc, 2001.
- Aureliano, Liana - *No Limiar da Industrialização*, São Paulo, IE/Unicamp, 1999.
- Balibar, Etienne – “Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico”, in: Althusser, Louis – *Ler o Capital*, trad. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1980.
- Belluzzo, Luis Gonzaga – *Valor e Capitalismo*, São Paulo, Unicamp, 1998.
- Benevides, Maria Vitória - *A UDN e o Udenismo, ambigüidades do liberalismo brasileiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- Benevides, Maria Vitória – *O governo Kubitschek. Desenvolvimento econômico e Estabilidade política*, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 3ª edição, 1979.
- Benjamin, Walter – “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade”, In: *Obras Escolhidas*, Trad. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Bielschowsky, Ricardo – *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, São Paulo, Editora Record, 2000.
- Bielschowsky, Ricardo – *Pensamento Econômico Brasileiro*, Rio de Janeiro, IPEA, 1988.
- Bordieu, Pierre – *Homo Academicus*, Trad. Inglesa, Califórnia, Stanford, 1984.
- Capelato, Maria Helena - *Os Aautos do Liberalismo*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- Cardoso de Mello, João Manuel – *O Capitalismo Tardio – Contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da Economia Brasileira*. Instituto de Economia/Unicamp. São Paulo, 1999.

- Cardoso de Mello, João Manuel e Novais, Fernando Antonio. "Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna", In: Schwarz, Lílian. *Historia da vida privada no Brasil*, vol. 4, São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- Cardoso, Fernando Henrique – *Empresário Industrial e desenvolvimento econômico*, Difel – São Paulo, 3ª ed., 1975.
- Cardoso, Fernando Henrique – *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, DIFEL, 1972.
- Cardoso, Fernando Henrique & Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica*, Zahar Editores, São Paulo, 1970.
- Cardoso, Fernando Henrique - *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- Cardoso, Fernando Henrique - "Dos Governos Militares a Prudente-Campos Salles" in: *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, 1985, 3ª edição.
- Cardoso, Fernando Henrique - *As Idéias e o seu Lugar* -. Petrópolis, Ed. Vozes, 1992.
- Cardoso, Irene - *A universidade da comunhão paulista*, São Paulo, Cortez editora, 1982.
- Cevasco, Maria Elisa e Ohata, Milton (orgs.) – *Um Critico na Periferia do Capitalismo*, São Paulo, Cia das Letras, 2007.
- Conde, Eduardo Salomão - *Argos e Polifemo – política e cultura no pensamento de José Guilherme Merquior*, IUPERJ 1996, Dissertação de mestrado.
- D'Incao, Maria Ângela (org) - *Historia e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Junior*, São Paulo, Brasiliense, 1989.
- D'Incao, Maria Ângela (org) – *O Saber Militante: Ensaio sobre o Florestan Fernandes*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Debrun, Michel – *Gramsci: Filosofia, política e bom senso* – São Paulo, Unicamp. 2002.
- Decca, Edgard de - *O Silêncio dos Vencidos*, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Draibe Sônia – *Rumos e Metamorfoses*, São Paulo, Paz e Terra, 1986.
- Fausto, Bóris - *A Revolução de 1930*, São Paulo, Brasiliense, 1972.
- Fernandes, Florestan (org) – *Marx/Engels - História* - Coleção grandes cientistas sociais, São Paulo, Ática, 1983.
- Fontana, Josep – *História, análise do passado e projeto Social*, Trad. São Paulo, EDUSC, 1999.
- França, Eduardo D'oliveira – *Portugal na época da Restauração*, São Paulo, Hucitec, 1997.
- Freitag, Bárbara – *A teoria crítica, ontem e hoje*, São Paulo, Brasiliense, 1993.
- Furtado, Celso - *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1991.
- Giannotti, José Artur, "Recepções de Marx", in: *Novos Estudos Cebrap*, número especial, março 1998.
- Haupt, Georges, "Marx e o marxismo" In: *História do Marxismo* vol. 1. – Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Ed. Paz e Terra, 1983.
- Hobsbawm, Eric - *Era dos Impérios*, São Paulo, Paz e Terra, 2006. (10ª Edição)
- Hobsbawm, Eric - *Revolucionários* – tradução portuguesa Maria Célia Paoli – Editora Paz e Terra. 1987.

- Hobsbawm, Eric (org) – *Historia do Marxismo*, trad. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 11 vols.
- Hobsbawm, Eric - *Tempos Interessantes*, Trad, São Paulo, Cia das Letras, 2005.
- Ianni, Octavio - *As metamorfoses do escravo* São Paulo, Difel, 2ª edição, 1988.
- Jacoby, Russel – *Os Últimos Intelectuais: a cultura americana na era da academia*, São Paulo, Edusp, 1990.
- Jaguaribe, Hélio – *Desenvolvimento econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª edição, 1969.
- Kugelmás, Eduardo - *Difícil Hegemonia – Um estudo sobre São Paulo na Primeira República*, Tese de Doutorado, FFLCH, 1985.
- Kuhn, Thomas – *A estrutura das revoluções científicas*, tradução port. 2ª edição, São Paulo, ed. Perspectiva, 1978.
- Lahuerta, Milton – *Intelectuais e Transição: Entre a política e profissão*, Tese de Doutorado, FFLCH, 1999.
- Lênin, Vladimir - “Sobre o direito de autodeterminação das nações”, in: *Obras Escolhidas*, Tradução portuguesa, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1980.
- Lênin, Vladimir - “A que herança renunciamos”, in: *Obras Escolhidas*, Tradução portuguesa, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1980.
- Lênin, Vladimir – “As três fontes constitutivas do marxismo”, in: *Obras escolhidas* tradução portuguesa. São Paulo, ed. Alfa-Ômega, 1980.
- Lênin, Vladimir – “Karl Marx”, in: *Obras escolhidas* tradução portuguesa. São Paulo, ed. Alfa-Ômega, 1980.
- Lênin, Vladimir - “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, in *Obras Escolhidas*, Tradução portuguesa, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1980.
- Lênin, Vladimir - *Obras Escolhidas*, Tradução portuguesa, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1980.
- Lessa, Carlos – *Quinze Anos de Política Econômica*, São Paulo, Brasiliense, 4ª edição, 1983.
- Lima Sobrinho, Barbosa - *A verdade sobre a Revolução de Outubro, 1930* São Paulo, Ed. Alfa-Ômega, 1975, 2ª edição.
- Limongi, Fernando - “Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo”, in: Sérgio Miceli, org: *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 01, São Paulo, Finep.
- Löwy, Michael – *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais*, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- Löwy, Michel - “Notas sobre a recepção do Marxismo na América Latina” in: Paulo Barssotti et all.(orgs) *América Latina – história, idéias e revolução*, São Paulo, Xamã Editora, 1998.
- Löwy, Michel – *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, São Paulo, Cortez, 1987.
- Löwy, Michel - *Ideologias e Ciência Social*, São Paulo, Cortez, 1985.
- Löwy, Michel – *Método Dialético e Teoria Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- Löwy, Michel - *Para uma Sociologia dos Intelectuais Revolucionários: A Evolução Política Lukács (1909-1929)* – Trad. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1979.

- Lukács, Georg – *História e Consciência de Classe*, tradução portuguesa, São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MacLellan, David – “Concepção materialista da história”, In: Eric Hobsbawm (org) *História do Marxismo – O marxismo nos tempos de Marx*, Tradução portuguesa, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- Mantega, Guido - *Teoria da Dependência Revisitada*, 1997. EAESP/FGV/NPP. Mimeografado.
- Mantega, Guido - *Economia Política Brasileira*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984.
- Marx, Karl - *A Ideologia Alemã*, tradução portuguesa, São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- Marx, Karl – *Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro, Alfa-Ômega, 1961.
- Massi, Fernanda – “Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras”, in: Miceli, Sérgio, org. *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. I, Finep, São Paulo.
- Matos, Olgária – *Os arcanos do Inteiramente Outro*, São Paulo, Brasiliense, 1992.
- Mello e Souza, Antonio Candido - “O Significado de Raízes do Brasil” – prefácio *Raízes do Brasil*. São Paulo. Cia. das Letras. 26ª edição. 2006.
- Merquior José Guilherme – *O Marxismo Ocidental*, tradução portuguesa, Ed. Nova fronteira, RJ 2ª ed. 1986.
- Merquior, José Guilherme - *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1969.
- Miceli Sérgio (org) – *História das Ciências Sociais no Brasil. 2 vols.* – Ed. Vértice/Sumaré.
- Morais, João Quartim de – “Concepções Comunistas do Brasil Democrático: Esperanças e Crispações (1944-1954)”, in *História do marxismo no Brasil. Vol III, Teorias e Interpretações*. São Paulo, Ed. Unicamp, 1998.
- Morais, João Quartim de - *História do Marxismo no Brasil*, São Paulo, Unicamp, 6 volumes.
- Mota, Carlos Guilherme - *Ideologia da Cultura Brasileira*, São Paulo, Ática, 9ª edição, 1994.
- Musse, Ricardo, Loureiro, Isabel (org) - *Capítulos do Marxismo Ocidental*, Ed. Unesp/Fapesp, São Paulo, 1998.
- Novais, Fernando Antonio - “Caio Prado Junior Historiador” In: *Novos Estudos Cebrap* nº. 2 – julho/1983.
- Novais, Fernando Antonio – *Aproximações – Estudos de História e Historiografia*, São Paulo, Ed. Cosacnaify, 2005.
- Novais, Fernando Antonio - Depoimento ao livro “*Um Crítico na periferia do Capitalismo*” – reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. org: Maria Elisa Cevasco, Milton Ohata, São Paulo, Cia. das Letras, 2007
- Novais, Fernando Antonio – *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Hucitec, 1979.
- Novais, Fernando Antonio, “Caio Prado Jr, historiador”, In: *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- Oliveira Carlos Alonso Barbosa de Oliveira - *O Processo de Industrialização São Paulo*, Editora Unicamp, 2005.

- Oliveira Francisco de – “A navegação Venturosa” – (org) *CELSO FURTADO*, Col. Grandes Cientistas Sociais, Ed. Ática, 1983.
- Ortiz, Renato (org)– *Pierre Bordieu*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, Ática, São Paulo, 1983.
- Pecault, Daniel – *Os Intelectuais e a política no Brasil*, São Paulo, Editora Ática, 1991.
- Portantiero, Juan Carlos – “O marxismo latino-americano”, in: Eric Hobsbawm (org) – *História do Marxismo*, v.11, Paz e Terra, 1991.
- Prado Junior, Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 34ª edição, 1992.
- Prado, Maria Ligia Coelho - *A Democracia Ilustrada*, São Paulo, Atica, 1986.
- Prebisch, Raul – *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas – Santiago do Chile*, CEPAL, 1949.
- Rego, José Marcio (org) – *Conversas com Economistas Brasileiros*, São Paulo, Ed. 34. 1997.
- Rego, José Marcio (org) – *Conversas com Economistas Brasileiros*, Vol II, São Paulo, Ed. 34. 1997.
- Rego, José Marcio (org) – *Conversas com Filósofos Brasileiros*, São Paulo, Ed. 34, 2001.
- Rego, José Marcio (org) – *Conversas com Historiadores Brasileiros*, São Paulo, Ed. 34, 2003.
- Rego, José Marcio (org) – *Conversas com Sociólogos Brasileiros*, São Paulo, Ed. 34, 2006.
- Ricupero, Bernardo – *Caio Prado Junior e a nacionalização do marxismo no Brasil*, São Paulo, Ed 34. 2001.
- Rouanet, Sérgio Paulo – *As Razões do Iluminismo*, São Paulo, Cia das Letras, 1998.
- Rouanet, Sérgio Paulo – *Mal-Estar na modernidade*, São Paulo, Cia das Letras, 2003.
- Rouanet, Sérgio Paulo - *Poder e Imaginação* - Tese de Doutorado, USP 1979 – mimeo.
- Sampaio Jr. Plínio Soares de Arruda – *Entre a nação e a barbárie*, Tese de doutorado, IE/Unicamp, 1997.
- Santos, Maria Cecília (org) – *Maria Antonia: uma rua na contramão*, São Paulo, Nobel, 1998.
- Schwarz, Roberto – *Ao Vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- Schwarz, Roberto – *Um mestre na Periferia do Capitalismo*, São Paulo, Duas Cidades, 1991.
- Schwarz, Roberto, “Um seminário de Marx”, in *Novos Estudos Cebrap*, número especial, março 1998.
- Silva, Fernando – *O Pensamento Social brasileiro entre 1960 e 1980*, Dissertação de Mestrado, UNESP, 1995.
- Silva, Franklin Leopoldo e Silva, *A experiência Universitária entre dois liberalismos*, Tese de Livre-Docência, FFLCH/1997.
- Thompson, Edward Palmer – *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, Trad, São Paulo, Zahar Editores, 1987.
- Toledo, Caio Navarro de - *ISEB – Fábrica de Ideologias*. São Paulo. Ed. Unicamp. 2ª edição, 1997.